

MARIANA SOARES PIRES MELO

**FORMAS DE VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES LÉSBICAS: UM ESTUDO
SOBRE PERCEPÇÕES, DISCURSOS E PRÁTICAS**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

João Pessoa – PB
2016

MARIANA SOARES PIRES MELO

**FORMAS DE VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES LÉSBICAS: UM ESTUDO
SOBRE PERCEPÇÕES, DISCURSOS E PRÁTICAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal da Paraíba, como parte dos requisitos para obtenção do título de MESTRE EM SOCIOLOGIA.

Orientadora: Profa. Dra. Marcela Zamboni

João Pessoa – PB
2016

M528f Melo, Mariana Soares Pires.

Formas de violência contra mulheres lésbicas: um estudo sobre percepções, discursos e práticas / Mariana Soares Pires Melo.- João Pessoa, 2016.

162f.

Orientadora: Marcela Zamboni

Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCHLA

1. Sociologia. 2. Violências. 3. Lésbicas. 4. *Queer*.
5. Sociologia do desvio.

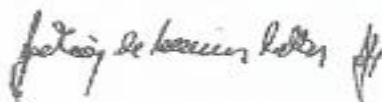
MARIANA SOARES PIRES MELO

Dissertação de Mestrado avaliada em: 01/03/2016

BANCA EXAMINADORA



Profa. Dra. Marcela Zamboni
Programa de Pós-Graduação em Sociologia
Universidade Federal da Paraíba
Orientadora



Prof. Dr. José Luiz de Amorim Ratton Jr.
Programa de Pós-Graduação em Sociologia
Universidade Federal de Pernambuco
Examinador Externo

Profa. Dra. Marcia Reis Longhi
Programa de Pós-Graduação em Antropologia
Universidade Federal da Paraíba
Examinadora Externa



Prof. Dr. Rogério de Souza Medeiros
Programa de Pós-Graduação em Sociologia
Universidade Federal da Paraíba
Examinador Interno

Para todas as lésbicas, as sapatões, as fanchas, as entendidas, as butchs, as femmes, as bofes, as sapatilhas, as sapas, as gays, os viados, as bichas, as bees, os entendidos, os bissexuais, as travas, as trans, as travestis, os assexuados, os “sem rótulos” e xs amigxs. Amemo-nos.

Ninguém nasce odiando outra pessoa pela cor de sua pele, por sua origem ou ainda por sua religião. Para odiar, as pessoas precisam aprender, e se podem aprender a odiar, elas podem ser ensinadas a amar.

"Long Walk to Freedom", Nelson Mandela (1995).

Agradecimentos

A Deus, “a inteligência suprema, a causa primeira de todas as coisas” (Resposta à questão nº 1 dos Livros dos Espíritos “O que é Deus?” - Allan Kardec). Obrigada pela vida, pelas oportunidades, pelas coisas maravilhosas e pelos caminhos difíceis. Ainda que perdida, nunca estive desamparada e ainda que na infância espiritual, sempre fui amada. E que a espiritualidade irmã, nos inspire e nos ajude ao longo da vida, que sejamos generosos, amáveis, tranquilos e persistentes. Que o Senhor esteja conosco e nos guarde sempre.

Aos meus pais, dona Marlene e seu Renato, que me cuidam sempre com tanto amor, com tanto incentivo, com tanto carinho, que eu nem sei se mereço. Pelo apoio incondicional, pelas conversas, pelas crenças, pelos braços abertos na volta para casa quando tudo parecia acabado. Por nenhum julgamento, pelas mudanças de pensamento, pela defesa, pelo colo, pelas caronas, pela paciência. Sinto-me amada incondicionalmente e ainda que o mundo lá fora seja duro, em casa eu me sinto a mais protegida possível. Vocês me dão a certeza de que por mais que eu corra o mundo todo, eu tenho um lar para voltar, um colo para chorar e um afago para receber. Não tem palavras no mundo para agradecer tudo isso. Amo vocês.

À Glícia, por me apresentar um outro tipo de amor, que é bom, calmo, feliz, seguro e gostoso, como um fim de tarde de frente para a praia. Pela paciência com a distância, com as crises, com a falta de tempo. Por me acompanhar nas coisas mais chatas, nos lanches, nos seriados, nos programas de decoração. Por estar sempre aqui, mesmo quando está lá. Pelo futuro juntas, pelos planos, pela liberdade de deixar eu me construir, antes de construir nós duas. Pelos balões para eu não me perder e pelos beijos de chegada e partida que já viram só “bom dia e boa noite”. Te amo.

À Marcela Zamboni, que mais do que professora e orientadora, virou amiga. Te agradeço pelos incentivos, pela calma para me explicar as coisas, os novos pontos de vista, as conversas, as reuniões, os cafés, os e-mails rapidamente respondidos, o cuidado na leitura do meu trabalho e por acreditar que era importante falar sobre esse tema. Por sua causa, eu saio desse mestrado com os olhos mais críticos e um pouco mais madura. Obrigada pelo acolhimento desde o início. O próximo café é por minha conta.

Aos meus irmãos Renato e Ricardo, que me apoiam da forma deles, cuidam de mim mesmo de longe e com as nossas diferenças. Amo muito vocês.

À Amália, por ter me ajudado a descobrir que eu amava dar aula, nunca serei grata o suficiente.

À tia Célia, pelos incentivos, pelas orações ou pelos pulos de boas notícias. Eu adoro quando dizem que a gente se parece demais, afinal, eu acho a senhora maravilhosa.

Às mulheres da família Viana, especialmente minha avó, Dona Maria e minha tia Marleide, mulheres fortes, feministas mesmo sem saber. Eu tenho orgulho de ter mulheres tão empoderadas e de descender delas.

À minha tia Marineide, que com certeza olha por todos nós e estaria muito feliz em saber os rumos que eu ando tomando.

À Maria, pela amizade, por me estender a mão quando eu mais precisava, pelo cuidado de sempre, pelos debates acadêmicos, por ser a primeira a me incentivar a estudar gênero, por insistir que eu tentasse fazer o mestrado, pelas conversas sobre Deus e até pelas grosserias. Minha vida não seria a mesma se você não estivesse nela.

À Rhayssa e Jéssica, por todo colo de mães, por me levarem para sair, por ser juventude na minha velhice, pela paciência em ouvir meus lamentos, por adotarem a minha mãe e o meu pai, pelas visitas, pelo apoio, pelas risadas, pela admiração que eu tenho de vocês.

À Priscilla, pela caminhada de longe, pelas conversas, pelas cervejas e cachaças de jambú, pelas verdades jogadas na minha cara e pelos puxões de orelha. Por compartilhar minhas alegrias e dores nessa caminhada de mestrado, por todo esse incentivo. Por ser meu laço com Belém. Um beijo para quem é travesti!

À Paloma, por me receber na sua vida, por compartilhar Glícia, por me ajudar nas dúvidas sociológicas, pelas besteiras, pelas piadas horríveis e estendidas eternamente. Obrigada pelo “poliamor”.

À Anatil, sem você eu não me formaria, não estaria terminando este trabalho, não aguentaria passar pela graduação sem ter quem me entendesse as besteiras e chatices. Você é uma das melhores pessoas que eu já conheci e vai ser uma antropóloga sensacional. Sua calma, tolerância, persistência e estilo de vida me inspiram, que você viva 150 anos. Obrigada por tudo. Por favor, agradeça a sua mãe por sempre me receber na casa de vocês.

À Edilaine e Carol, pelas lindezas de pessoas que são. Vocês sempre me inspiram a perceber que religião não significa nada quando Deus é a única coisa que nos une, a amizade de vocês me mostra todo dia que preconceito é coisa de quem ainda não aprendeu a amar.

À Mayara e Karina, pelos incentivos, pelos puxões de orelha, pelas cervejas, pelos shows no Multishow, pelas amizades que me acompanham em tantos momentos, por me apresentarem tantas pessoas legais, e por me mostrarem como, às vezes, amizades maravilhosas nascem dos momentos mais difíceis.

Ao Hermano Rodrigues, pelas primeiras leituras, pela força, pelo carinho, pelo incentivo, pelas novas perspectivas, por ter se disposto a ler um trabalho que não era de sua área de atuação, e mesmo assim ter trazido tantas contribuições para pensar gênero. Um dia eu quero ser metade do profissional que você é.

À Helma, por ser uma quase segunda orientadora, obrigada pela leitura do meu projeto e pelo incentivo todo, você é maravilhosa!

Ao Jairo, pelos lanches no final das reuniões com Marcela e principalmente por me receber em sua casa com tanta simpatia e paciência.

Às amigas do GRAV, Emily, Raissa, Laura, Niobe e Nathiely, por suas pesquisas, pelos diferentes pontos de vista e por me abrirem a mente para tantas outras formas de pensar a sociologia e o direito.

Às amigas - e amigo - do QMV, Marília, Luana, Fernanda, Laise, Geisa e Rafael, por tantas risadas, por me receberem e me apresentarem João Pessoa com olhos melhores do que os meus, marejados quando cheguei aqui.

Aos amigos de Mestrado, pelos debates, pelos cafés, por compartilharmos os dramas e as delícias desse mundo acadêmico.

Às amigas da faculdade de Moda, Thaís, Kaká e Nara, por tudo em Belém e em São Paulo e agora pelo contato que matemos. A vida segue e a gente tomou outros rumos, mas os anos que passamos juntas foram incríveis e eu sou grata por ter conhecido vocês!

À Rosyane Rodrigues e Yorrana Maia, eternas mestras.

À Raphaela Andrade, minha psicóloga, bendito foi o dia que eu achei seu telefone e marcamos nossa primeira conversa. Eu não tenho palavras para agradecer a importância que você tem na minha vida. Nada disso teria acontecido sem o apoio todo que você me dá até hoje. Eu descobri que sou uma pessoa muito melhor do que eu pensava, por sua causa, e não tem como agradecer o quanto isso é importante. Mas fica o meu eterno agradecimento.

Aos grupos de estudos espíritas e à Federação Espírita Paraibana, pelo acolhimento e pela oportunidade de me encontrar, descobrir e construir a fé.

Por último, mas não menos importante, às minhas interlocutoras que compartilharam suas histórias com tanta generosidade e espontaneidade. Recebendo-me em suas casas, em seus trabalhos, me apresentando para as suas famílias e me fazendo enxergar que não estou só e que juntas talvez sejamos mais fortes.

A todos este longo agradecimento, eu agradeço de coração cheio porque tudo que fiz foi com vocês e não teria feito nada se não tivesse sempre quem me apoiasse e me ajudasse. Mesmo nos momentos mais difíceis, eu nunca estive só e a trajetória vem se construindo com vocês. Às vezes, eu acho que sou muito fechada e introspectiva, mas sempre que olho para trás e refaço os caminhos que eu tomei, agradeço a Deus por ter encontrado todos vocês. Nada é por acaso e vocês são parte de quem eu sou.

RESUMO

A presente dissertação procura refletir a respeito das variadas formas de violência praticadas contra mulheres lésbicas, analisando esses processos em suas percepções e como influenciam na construção de seus discursos e práticas. Para isso, foram realizadas entrevistas em profundidade com dez mulheres que se identificavam enquanto lésbicas, a fim de observar processos violentos em suas narrativas, bem como as maneiras como percebem e lidam com os mesmos, reconhecendo que tais processos atuam diretamente em suas construções enquanto sujeitos ou “não-sujeitos”, nas relações com outros indivíduos e instituições sociais. Refletimos, assim, sobre a categoria de violência diretamente conectada com questões de gênero e sexualidade, dialogando especialmente com Michel Foucault, Judith Butler e a sociologia do desvio.

Palavras-chave: Violências; Lésbicas; *queer*; sociologia do desvio.

ABSTRACT

The present dissertation seeks to reflect about the various forms of violence practiced against lesbian women, analyzing these processes in their perceptions and how they influence the construction of their discourses and practices. Therefore, in-depth interviews were conducted with ten women who identified themselves as lesbians in order to observe violent processes in their narratives, as well as the ways in which they perceive and deal with them, recognizing that such processes act directly in their constructions as subjects or "non-subjects", on their relationships with other individuals and social institutions. We reflect on the category of violence directly connected with issues of gender and sexuality, especially dialoguing with Michel Foucault, Judith Butler and the sociology of deviance..

Keywords: violence; lesbians; queer; deviance.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Perfil das entrevistadas.	59
---	----

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO 1 - FORMAS DE PENSAR A VIOLÊNCIA	21
1.1. Violência estrutural e poder	25
1.2. Desvio e violência: entre marginalizações, estigmas e rótulos.	32
CAPÍTULO 2 - VIOLÊNCIA, GÊNERO E SEXUALIDADES.	38
2.1. Entrelaçamentos entre violências e sexualidades ditas desviantes	42
3.1. Antes de ir ao campo de pesquisa	52
3.2. O Campo de pesquisa: recortes e trilhas investigativas	55
3.3. Das entrevistadas	56
3.3.1. Perfis e breves considerações	56
3.3.2. Das entrevistadas: contatos e impressões ao longo do caminho.	60
CAPÍTULO 4 - DAS ANÁLISES DAS ENTREVISTAS.	73
4.1. A violência na construção de identidades: a “caixinha” lésbica.	73
4.2. Sair do armário.	80
4.3. Silêncios, segredos, subentendidos e medos.	91
4.4. As bolhas e os guetos.	106
4.5. “Maria sapatão, sapatão, sapatão”: Notas sobre a relação entre estereótipo e violência.	114
4.6. A violência e o relacionamento amoroso – do flerte ao fim.	125
CONSIDERAÇÕES FINAIS	140
ANEXOS	158

INTRODUÇÃO

“Você poderia falar sobre violência”, foi o que a minha orientadora disse sobre a minha proposta de trabalhar lesbianidades¹. Mas como fazer isso? Eu havia acabado de voltar de um congresso sobre diversidade sexual e nele assisti uma mesa repleta de questionamentos sobre as dificuldades e as problemáticas envolvendo transexuais nos mais diversos aspectos de suas vidas. Ali, eu fui alertada, por exemplo, para o fato de que uma travesti vive em média 30 anos, quando chegam nessa idade já podem ser chamadas carinhosamente de “vovós”. Quando diversas pessoas começaram a questionar sobre o que poderiam fazer em relação a proteção daquelas pessoas e o que nós, enquanto homossexuais, militantes da área, estudantes de gênero ou simples curiosos, estávamos fazendo ou deixando de fazer naquela direção, a resposta de Maria Clara e Sofia Favero² foi certa: “Vocês podem começar a admitir seus privilégios”. E, então, tudo pareceu estranho: “Que privilégios?”. Fui apresentada, em seguida, às estatísticas que mostravam uma quantidade desproporcional de assassinatos de travestis e transexuais no país, bem como das condições de emprego, de saúde, de acesso à educação e mesmo de políticas públicas. Peço já desculpas pela minha ignorância.

Voltei para João Pessoa. Assustada. Era claro que as dificuldades que eu enfrentava enquanto mulher lésbica, bem como as de outras mulheres ao meu redor, não eram as mesmas e com toda certeza pareciam ser bem menos complicadas dos que os exemplos dados na mesa do evento. Os questionamentos sobre as violências sofridas por mulheres lésbicas “como eu” (e eu logo lembraria que nem todos tem os mesmo privilégios que eu) me deixava quase envergonhada. Com que parâmetro eu poderia lidar depois de perceber que as minhas próprias dificuldades não pareciam tão grandes quando comparadas com as de Sofia e Maria Clara?

¹ Refiro-me a lesbianidades como as variadas possibilidades de práticas e expressões da sexualidade de mulheres que se relacionam amorosa e/ou sexual e/ou afetivamente com outras mulheres. Desprendo-me assim de qualquer rigidez no que se refere a conexão entre desejo, sexo e gênero conforme as reflexões trazidas por Judith Butler e sua crítica a matriz de inteligibilidade de gênero.

² Maria Clara Araújo é ativista, acadêmica de Pedagogia na Universidade Federal de Pernambuco e mulher trans. Sofia Favero é acadêmica de psicologia em Sergipe, criadora da página “Travesti Reflexiva” na qual analisa e dá voz a diversos casos de transfobia.

Marcela e eu sentamos para tomar café, e enquanto conversávamos sobre o evento, contei das minhas inquietações: como eu poderia estudar a violência contra as mulheres lésbicas a partir daquelas comparações. Ela questionou sobre as dificuldades que eu enfrentava, que, claro, nunca foram poucas. Me “assumi” como lésbicas aos 18 anos. Meus pais, de início, não aceitaram facilmente, mas depois não demonstraram nenhum problema, não apanhei, não fui expulsa e casa. E como tem sido desde lá? Ah, claro, algumas dificuldades de esconder, de tomar cuidados..., “mas nada que se compare”. Em algum momento lembramos de um protesto em forma de beijaço que acontecera na reitoria da UFPB, alguns anos antes, que envolveu dois alunos homens, “muita gente ficou extremamente incomodada e indignada com o ocorrido”.

De repente, ouvimos uma terceira voz: “Eu concordo”, disse uma senhora sentada na mesa próxima, interrompendo a conversa. Virei surpresa, achei que ela expressava apoio. “Eu concordo. Acho uma pouca vergonha mesmo. Como eu vou explicar uma coisa daquelas pro meu neto?”. Naquele momento meus questionamentos sobre a violência sofrida por mulheres lésbicas ou sobre a estigmatização de homossexuais pela sociedade estariam em descompasso com as situações reais. Aquele exemplo, aquela senhora, eram oportunos e representativos. Ela poderia não saber que falava diretamente com uma pessoa “sem vergonha” e com toda certeza não percebeu o contexto da conversa, mas definitivamente expressou sua posição quanto ao assunto, e não deixava dúvidas sobre como ela enxergava a questão da homossexualidade. Tal como a senhora do café, devem existir muitos outros.

A senhora que tomava café na mesa ao lado é, portanto, a grande responsável por me convencer a falar sobre as variadas formas de violência pelas quais mulheres lésbicas passam. Não por vingança (ainda que ela vá receber uma cópia deste trabalho), mas pela necessidade de desmistificação do tema. Pelo fato dela colocar em cheque uma falsa impressão sobre aceitação e mudanças sociais, sobre situações de proteção, justiça e igualdade, e especialmente por me fazer refletir sobre as variadas formas de violência que, por vezes, surgem de forma eficaz e discreta, fervilhando na consciência e por outras marcando as peles e corpos com hematomas reais. Não se trata então de “medir” quem mais “sofre”, mas identificar e analisar determinados “sofrimentos”.

Dali em diante, era preciso pensar a violência que permeia a vida de mulheres lésbicas. Se, por um lado, a temática violência se apresenta de forma extremamente ampla, enquanto objeto sociológico; por outro, as questões que envolvem gênero e sexualidade são reflexos de inúmeras representações quando tratamos da construção social do sujeito. Pensar esses dois temas em conjunto significa, então, pensar assuntos delicados, tanto pela amplitude de ambos, quanto pela necessidade de os compreendermos enquanto processos. Nesse sentido, não tomaremos a percepção das mulheres aqui entrevistadas como elementos prontos e acabados e, sim, como expressões e construções.

Compreendemos que a violência tem um caráter múltiplo, temporal, dinâmico e cultural, ou seja, é necessário pensar a violência de maneira que não se deixe de levar em conta processos que danificam indivíduos e/ou grupos em suas identidades, que por vezes são imperceptíveis para os que não estão próximos ou vivenciando os mesmos processos, ou pior, imperceptíveis mesmo para os que os vivenciam.

Interessa-nos, principalmente, enxergar as percepções e discursos que conectam mulheres lésbicas às expressões de violência motivadas por suas sexualidades ditas desviantes. Seja como forma visível ou invisível, a violência em suas variadas expressões, encontra-se presente na maneira como os sujeitos lidam com suas sexualidades.

É claramente possível atinar para o exercício da violência quando, por exemplo, presenciamos um ataque físico. Tiros, chacinas, linchamentos e golpes de lâmpadas no rosto³ fazem parte das inúmeras estatísticas anuais sobre a violência contra homossexuais no Brasil e no mundo⁴. Contudo, como lidar com as violências indiretas, com ações que não deixam hematomas, mas atingem a identidade?

³ “Lâmpada na cara” é uma forma de violência que parece ter sido incorporado ao imaginário homossexual no país. A referência se dá a respeito do caso ocorrido em 14 de novembro de 2010, na Avenida Paulista, cidade de São Paulo, onde um jovem gay foi agredido no rosto com uma lâmpada fluorescente. Quando questionei à Larissa se ela considerava João Pessoa mais insegura do que outras cidades por ser lésbica, ela foi categórica ao dizer que é relativo: “Você pode tá numa Paulista e levar uma lâmpada na cara.”

⁴ O GGB – Grupo Gay da Bahia divulga anualmente relatórios sobre crimes de ódio contra homossexuais tomando como base notícias nas mais diversas mídias.

Ignorar a percepção de que os sujeitos conduzem suas vidas e repensam seus comportamentos e práticas de acordo com as ameaças, punições e vinganças que os afetam físico e psicologicamente, significa não pensar o fenômeno da violência em suas variadas formas.

Uma visão mais aprofundada permite críticas às representações sociais que hierarquizam valores, ações, práticas e vidas, afetando sujeitos fora da matriz heterossexual (Butler, 2003). Assim, é preciso colocar lentes mais lúcidas sobre as dinâmicas atreladas às variadas formas de violência que se materializam e influenciam na vida de mulheres como as que compartilharam suas percepções e histórias de vida aqui. Neste sentido, esta pesquisa desenvolve-se em três momentos que procuram dar conta desta análise.

No primeiro capítulo *Formas de pensar a violência*, abordamos as teorias necessárias que responderiam às experiências de vida trazidas pelas interlocutoras. Relacionar tais experiências com a violência torna-se indispensável, não apenas com situações advindas de coerção ou do desejo do outro em violentá-las, mas também com dinâmicas de diferenças de poder ocorridas pela existência de marcadores como gênero e sexualidade.

Em *Violências estrutural e poder*, nos utilizamos principalmente de reflexões sobre as teorias de Johan Galtung (1969) para pensarmos as expressões da violência como questões mais amplas. O estudioso interessado pelas questões da paz, observou que antes precisava compreender a guerra e a violência. Em seus estudos, destacou que a paz não é necessariamente a ausência de guerra; e a violência pode ser compreendida em diferentes níveis⁵. Destacamos, nesta pesquisa, o que ele chama de violência direta, aquela observável, que deixa marcas quase concretas, como: assassinatos, socos, xingamentos, torturas; e a violência indireta, também chamada de violência estrutural, que é silenciosa e parte das estruturas sociais, nem sempre praticadas por um indivíduo, e que se torna ainda mais difícil de ser combatida, devido sua complicada percepção.

⁵ Outras formas de violência mais estritas são analisadas pelo autor em outros momentos, como a chamada violência cultural e a violência estrutural de identidade. Para nossa análise, nos valeremos apenas dos conceitos mais amplos de violência pessoal (direta) e violência estrutural (indireta) tratados em *Violence, Peace, And Peace Research* (1969).

Por esse ângulo, a homofobia pode ser compreendida também neste hall de violências estruturais.

Em conformidade com estas noções, nos valem de autores que dialogam com a chamada sociologia do desvio em *Desvio e violência: entre marginalizações, estigmas e rótulos*, em que focamos em Erving Goffman e Howard Becker para compreender a relação entre violência e desvio, especificamente a violência praticada contra aqueles sujeitos ditos desviantes, como as mulheres lésbicas aqui em análise. Em cada perspectiva é possível compreender como se estabelecem marginalizações, rotulações e a construção de estigmas. Esses processos atuam de duas maneiras; tanto são violências em si mesmas, pois constroem sujeito estigmatizados e ditos patológicos, quanto motivam outras formas de violências diretas que se abatem sobre os sujeitos justamente por serem considerados outsiders. Norbert Elias também permite um diálogo para pensar construções como o medo, e a “separação” e hierarquização de sujeitos segundo valores socialmente construídos.

Dali partimos para a análise da relação entre *Violência, gênero e sexualidades*, no segundo capítulo. A visão das homossexualidades⁶ como desvio pode ser analisada por meio dos estudos de Michel Foucault (1992, 1976, 1975), Joan Scott (1996) e Judith Butler (2003; 2006; 2014), os quais oferecem críticas a uma ordem institucionalizada que privilegia os “normais” e violentam os “desviantes”. Com a proeminência da heterossexualidade como elemento correto, saudável e necessário; as homossexualidades, incluídas aí as lesbianidades⁷, são consideradas como entidades errôneas, patológicas e abjetas, especialmente a partir da Era Vitoriana. É possível perceber as questões de diferença de poder que se colocam como motivadoras de variadas formas de violência. Por isso a necessidade de analisar a violência contra mulheres lésbicas pelo viés do desvio socialmente construído, em conexão com questões de gênero e sexualidade, já que as teorias do desvio ajudam a entender o

⁶ Para efeito de pesquisa consideraremos as diversas formas de sexualidades fora da heterossexualidade, como homossexualidades. Longe de definir práticas e desejos, consideramos que todos os sujeitos que se enquadram neste mundo “densamente povoado” (BUTLER, 2014) fora da matriz heterossexual podem compor o objeto deste estudo, tais como gays, lésbicas, transexuais, travestis, dentre outros.

⁷ Referimo-nos a “lesbianidades” como conceito que dê conta de explicar as variadas formas de reações amorosas, afetivas ou sexuais entre mulheres que se reconheçam como identidades lesbianas, e não necessariamente fixas no que se refere ao gênero, sexo, desejo e práticas. Compartilhamos esta visão com Toledo (2008).

desnível entre a detenção dos poderes pelos sujeitos, e, portanto, as violências advindas deste cenário de marginalização.

Pensando nisso, foi preciso refletir sobre a construção social do sexo em *Entrelaçamentos entre violências e sexualidades ditas desviantes*, e questionar a necessária ligação entre gênero, desejo e sexo apregoada por uma sociedade profundamente heteronormativa, reflexão fundamentada principalmente nas contribuições de Judith Butler. Tal questionamento nos ajuda a finalmente pensar as relações entre violência, gênero e sexualidade de maneira mais ampla, antes de analisarmos diretamente as questões trazidas pelas entrevistadas.

Partimos então para *A despeito do campo de pesquisa*, o terceiro capítulo. A maneira para localizar situações e expressões de violência, nesta pesquisa, se estabeleceu por meio das próprias necessidades reivindicadas pelo campo, no percurso em busca das entrevistas. Lembrando que não era possível utilizar-se das mesmas metodologias de pesquisa empregadas para aqueles trabalhos que se referem a homossexualidades masculinas, especialmente porque mulheres lésbicas, como veremos, parecem, de fato, a ocupar espaços mais fechados e privados. Assim, este capítulo refere-se tanto ao momento anterior à ida ao campo quanto aos percursos encontrados ao longo dele.

Em *Antes de ir ao campo de pesquisa*, relatamos sobre as escolhas metodológicas e teóricas para a formulação de um roteiro e de uma abordagem às entrevistadas. Em seguida, empreendemos uma análise voltada para as próprias mulheres que compõem esta pesquisa: *Das entrevistadas*, remete-se ao perfil das interlocutoras, de maneira a observar características de diferentes marcadores sociais, como: classe, geração, “raça”/cor e religião, que nos ajudaram a compreender melhor as formas de violências relatadas e/ou experienciadas por elas enquanto mulheres lésbicas. Bem como trataremos também sobre o campo de estudo, desde as escolhas e contato com as interlocutoras, até as surpresas que ajudaram a desenvolver a análise sobre as violências.

O capítulo 4, *Das análises das entrevistas*, refere-se aos momentos, as situações, as vivências e os locais em que podemos perceber a violência atuando diretamente sobre

mulheres lésbicas. Foi preciso captar em suas histórias as noções de medo, de humilhação e de abjeção que teriam sofrido ao longo da vida. Além de questioná-las sobre a violência em diversos âmbitos, desde as relações íntimas até a proteção legal, ou a falta dela, pelo Estado.

Em *A violência na construção de identidades - a “caixinha” lésbica*, começamos a refletir sobre a violência a partir das questões mais íntimas, aquelas que se referem a construção e ao cuidado de si. De que maneira a violência pode ser identificada desde a definição do que se “é”, até a rígida imposição de uma “caixinha” capaz de modelar suas identidades? O que significa, afinal, ser lésbica para as interlocutoras? É perceptível em suas visões que a violência atua como construtora de moldes de gênero e sexualidade, na medida em que impõe determinados padrões de encaixe para os sujeitos desviantes?

Partimos daí para a compreensão de como a violência esteve ou está presente na decisão e no ato de “assumir-se”, momento no qual as interlocutoras impõem e/ou expõem suas identidades enquanto mulheres lésbicas ao exterior ou são expostas por terceiros. *Sair do armário* diz respeito também aos casos de abuso nessas situações, que vão desde histórias sobre cárcere privado até as humilhações públicas.

Silêncios, segredos, subentendidos e medos correspondem ao ambiente privado e ao que, por medo da violência, não se diz ou expõe. Ainda que semelhantes, o silêncio, o segredo e o subentendido existem de maneiras diferentes entre as interlocutoras e revelam um interessante jogo entre o dito e o não dito que subsiste por medo de situações de violência, compreendidas na forma de abuso, coerções e humilhações.

Interessante notar que em grande parte das falas das interlocutoras, principalmente antes de serem mais profundamente questionadas, muitas de suas ações e não ações eram tributadas como práticas ligadas às suas próprias formas de ser. Daí analisarmos e criticarmos esses processos como resultados de ações violentas ou como expectativa e medo de que outras situações violentas venham a acontecer. É com base em Norbert Elias que percebemos a construção social com base no medo, tomando este elemento como essencial para pensar as formas de ser e agir das interlocutoras.

Na sequência, temos *As bolhas e os guetos*. Neste momento da pesquisa, observamos o que as próprias interlocutoras definem como os espaços que preferem frequentar, especialmente motivadas pelo medo da violência. Obviamente que poderíamos explicitar como outros fatores poderiam influenciar na escolha do local e das pessoas com quem relacionam-se, contudo, o foco se dá sobre as variadas formas de violência que recaem nesses processos. “Bolha” é o que uma das entrevistadas, Beatriz, julga ser o espaço das relações que mantém com os sujeitos. Sua bolha é uma “cápsula protetora”, digamos assim, onde são mantidas apenas aquelas pessoas que as relações sociais não são permeadas por intolerância, por coação, por ameaça ou por abuso. As violências em espaços físicos ou virtuais podem ser diminuídas, controladas ou afastadas pelas interlocutoras, de uma forma ou de outra todas levam em consideração a possibilidade de passar por algum constrangimento ou violência física como elemento que as aproxima ou as afastam de determinados locais e/ou pessoas.

A relação entre violência e estereótipo é contemplada em *“Maria sapatão, sapatão, sapatão”*: notas sobre relação entre estereótipo e violência. As mulheres lésbicas mais masculinizadas são as mais vulneráveis à violência, na visão das interlocutoras? Quais são as formas de manipulação de aparência utilizadas pelas entrevistadas para escapar das situações de risco? Como lidam com a relação entre aparência e trejeitos na violência contra mulheres lésbicas? As noções sobre estereótipos socialmente aceitos e por vezes introjetados em seus discursos surgem, portanto, como questões sinalizadas neste tópico.

Finaliza-se, este capítulo, a partir das noções apresentadas sobre os relacionamentos íntimos entre mulheres lésbicas e por quais formas de expressão de violência eles surgem. Em *A violência e o relacionamento amoroso: do flerte ao fim*, reflete-se sobre a violência enquanto elemento que pode estar entranhado em todas as instâncias de um relacionamento amoroso, desde a busca por um par até o término, que pode ocorrer inclusive com a existência da violência afetivo-conjugal, até a recusa do flerte de forma a estigmatizar a outra por sua sexualidade dita desviante. Além disso, procuramos analisar o que Otero (2013) chama de mitos, em especial, aquele no qual a violência afetivo-conjugal entre mulheres poderia ser considerada uma briga entre iguais.

No decorrer desta pesquisa, presenciamos como a violência, em suas variadas formas, torna-se elemento importante na construção social dessas mulheres, muitas vezes, observadas como “não-sujeitos”. Judith Butler (2014) observa como a heterossexualidade normativa desabilita as sexualidades ditas desviantes como existentes. Para existir como normal, a heterossexualidade precisa que a homossexualidade seja tida como patológica.

Estas formas de tornar patológicas as sexualidades homossexuais apresentam-se de forma violenta. Desde a arbitrariedade da matriz inteligível de gênero até a invisibilidade sofrida por mulheres lésbicas, é possível analisar formas diversas de violências diretas e indiretas que se abatem sobre elas, seja como forma de mantê-las excluídas das esferas da normalidade, tratando-as como seres repugnantes; seja como tentativa de mantê-las incluídas na matriz heteronormativa, gerando sofrimento.

O medo corrente pelo qual calculam suas ações: a sensação de risco, a desistência do falar, o afastamento dos familiares e amigos, o impedimento dos desejos, a perda do eu, a sequência de atos que deixam de ser vistos como resultados de violência para serem reconhecidos como “seu jeito”. Portanto, parte de suas identidades são constituídas por elementos que não condizem com a plenitude de um indivíduo. Por isso, a necessidade de falar em violência e analisar criticamente tais processos como propomos aqui.

CAPÍTULO 1 - FORMAS DE PENSAR A VIOLÊNCIA

Uma visão mais atenta sobre a violência enquanto fenômeno sociológico nos permite caracterizá-la como objeto multidimensional, encarnada de acordo com contextos, necessidades e instrumentos de cada sociedade. Não há, portanto, universalismos, há sim sistemas e definições temporais, de maneira que nem tudo observado como normal e corriqueiro no passado, tem a mesma compreensão na contemporaneidade. Da mesma forma, a violência não pode ser tratada como elemento que tenha definição fixa, sendo, ao contrário, extremamente ampla e comum a assuntos diversos, tornando-se por consequência, um fenômeno dificilmente mensurável (CRETIEZ, 2011).

A dificuldade de definição do que venha a ser violência está clara, na medida em que os conceitos iniciais foram concebidos a partir de situações empíricas para posteriormente atentarmos para a informação teórica, o que se revela como forte influência para a dificuldade de utilização dos conceitos de violência, especialmente pela necessidade de diferenciá-la e colocá-la em posição junto a conceitos como o conflito, a força, a dominação e o poder⁸.

Portanto, não significará apenas a “coerção dolorosa” ou intimidação para que alguém faça algo que não deseja, mas também poderá ser reconhecida na vontade de machucar, de humilhar. Essa pulsão, na visão de Crettiez (2011), satisfaz a cólera, o ódio e o sentimento negativo. Isso tudo quando falamos da violência em seu caráter mais direto. Além disso, é necessário compreender o tema mais amplamente, já que o mesmo autor lembra que: “para existir, a violência deve ser designada, visto não existir em si mesma, sendo fruto de um contexto e de uma luta de poder” (2011, p. 10).

Para Minayo (1994), que por sua vez remete-se a Domenach (1981), a violência deve ser compreendida em rede, como uma configuração onde se cruzam diversos tipos de problemas, em diversas áreas, desde a economia até o direito e a psicologia, passando pela a moral, se firmando, assim, como assunto das relações humanas em

⁸ Conferência Violência e Segurança Pública: entre Práticas e Representações Sociais, por Maria Stela Porto. – SBS 2015 – 22/jul. 2015. Porto Alegre.

geral, do plano individual ao plano social. Tal forma de elaboração do pensamento corrobora para a compreensão de que seja uma temática bastante complexa.

Para Domenach (1981), o progresso do espírito democrático no século XX dá origem a percepção da violência como o “emprego ilegítimo ou pelo menos ilegal, da força”, quando falamos de seu aspecto político, pensando a partir de Max Weber e o monopólio estatal da força. Não se confunde mais a violência com *força* quando todo sujeito que se reconhece como cidadão preza pela felicidade e pela liberdade.

Esta visão poderia complementar a visão de Martucceli (1999), ao pensar a percepção da violência na modernidade. Para ele, as mudanças sociais e culturais apontam para a negação da violência enquanto elemento “positivo”, ou seja, aquela que poderia ser instrumento de revolução ou resposta a uma violência recebida de cima para baixo, dada a diferença de classes conforme o pensamento marxista. Para ele, na modernidade, cada vez mais a violência é encarada como aspecto extremamente negativo ou “primitivo”.

O pensamento de Martucceli se aproxima de Norbert Elias (1994), ao refletir sobre o rechaço da violência como um caminho seguido como *processo civilizador* na constituição de uma modernidade civilizada, “melhorada” e controlada a respeito da violência em suas variadas formas.

É possível observar a questão a violência a partir do pensamento eliesiano em *O Processo Civilizador*, com seu estudo sócio - histórico a respeito de como os costumes e, por sua vez, a sociedade foram modificando-se com o gradativo passar dos anos, culminando em um processo onde costumes violentos ou considerados desagradáveis foram sendo deixados de lado, não como aspecto “evolutivo”, mas como maneira de sucumbir formas de instintos consideradas “selvagens” ou não civilizadas nos sujeitos.

Por esse ângulo, a internalização de regras que formulam esses costumes vai do controle, por exemplo, através dos manuais de etiqueta estudados por Elias, ao autocontrole, onde podemos considerar esse processo como bem-sucedido quando a natureza animal causa repulsa e estranhamento aos sujeitos. Sentimentos como a vergonha e o medo fazem parte do contexto civilizador:

A modelagem por esses meios objetiva a tornar automático o comportamento socialmente desejável, uma questão de autocontrole, fazendo com que o mesmo pareça à mente do indivíduo resultar de seu livre arbítrio e ser de interesse de sua própria saúde ou dignidade humana (ELIAS, 1994, p. 153).

Pensar a violência como aspecto que causa desconforto e angústia nos sujeitos “civilizados” ou modernos, ajuda a explicar os porquês da negação da violência, compreendida, superficialmente, como extremamente maléfica para a sociedade⁹. Por outro lado, é claro que esse debate permite compreender formas particulares de controle, em que as ações sejam vistas como violentas ou, aparentemente, civilizadas. Ainda que pensemos em esportes de luta corporal, por exemplo, na atualidade eles vêm repletos de regras de controle sobre as formas violentas que se desenvolverão ali. Nesse sentido, a violência física, a raiva, as agressões diretas ficariam relegadas, na atualidade, à noção animalesca do incivilizado.

Berger (2001) retrata como o uso da violência física veio diminuindo como forma de controle sobre a sociedade, mas a ameaça de que ela ocorra ou outras formas não-físicas sejam possíveis, torna-a ainda mais eficaz. É uma visão também posta por Foucault (1975), ao observar como as sociedades foram deixando de lado os suplícios, os castigos públicos, as ações diretas contra o corpo, passando às formas mais sofisticadas de exercer controle sobre os sujeitos, por meio de dispositivos de poder tal qual a sexualidade.

Tais processos silenciosos não deixam, assim, de ser considerados como violências. A violência simbólica ou institucional, estudada por Bourdieu (2002), concebe a ordem social como destaque nos processos de violência. A escola, a mídia, a política, a cultura, dentre outros, é responsável por, em grande medida, fomentar e reproduzir as formas de dominação que se interiorizam nos sujeitos dominados. Para ele, os sujeitos não têm consciência de sua dominação e, por vezes, corroboram para que aquela sistemática continue sendo exercida, sendo espécies de violências invisíveis. A dificuldade de pensar na violência simbólica, nesses termos, é que a capacidade de

⁹ Considerando a maior parte das falas cotidianas, violência é entendida como algo negativo quando compreendida superficialmente. Não estou levando em consideração aqui elementos populares como “bandido bom é bandido morto”, por exemplo.

percepção ou combate dessas violências ficam limitadas pela pouca subversão e mudança.

Na visão do professor e pesquisador Carlos Alberto Gomes (2010), as formas de violência, que permeiam sociedades extremamente complexas, são, por vezes, inimagináveis, já que nem todo tipo de violência atinge todo tipo de indivíduo e para alguns desses é impossível captar como se desenvolvem certos contextos violentos. Ele conta que ao participar de um projeto de prevenção do risco e do dano social na Região da Mata Escura em Salvador, trabalho liderado pelo professor Gey Espinheira, culminando no livro *A Sociedade do Medo* (2008), deparou-se com resultados, para ele, inesperados:

Pois bem, até o início daquele projeto eu carregava comigo a convicção que as crianças que perambulavam pelas ruas pedindo alguma coisa deviam estar nas suas casas ou nas escolas. No decorrer do projeto, após termos reunido uma turma de jovens pelo critério da história de vida, privilegiando aqueles que viviam em situação de risco, descobrimos através da escuta flutuante e dos grupos focais uma verdade terrível: os dois lugares que mais temiam eram: a própria casa onde sofriam ou sofreram diferentes tipos de abusos ou violências; e a escola, onde eram vítimas de grupos rivais, tudo isso ocorrendo em público sem que houvesse qualquer ação verdadeira de qualquer órgão ou instituição para evitar a vitimização (GOMES, 2010, p. 39).

Isso significa dizer que a percepção da violência se liga diretamente a diversas formas e expressões, as quais podem passar despercebidas sem um olhar mais apurado que nos permita identificá-la quando nos deparamos com situações incomuns em nosso entorno. Por isso, a necessidade de não apenas estudar a violência a partir da percepção do pesquisador e das inúmeras teorias envolvidas como se fossem elementos rígidos, mas também pela aplicabilidade dessas noções ao que for sendo construído e percebido ao longo da perspectiva do outro, dimensionando os elementos trazidos pelos sujeitos que diretamente são vítimas de situações de violência e que devem possuir diferentes níveis de percepção dessa, a partir de seus contextos e relações.

Para Wieviorka (1997), a violência hoje:

Considera-se não mais o fenômeno no que ela apresenta de mais concreto, de mais objetivo, mas as percepções que sobre ela circulam, nas representações que o descrevem (p. 8).

É importante, além disso, pensar no que afirma Bertrand Gervais (2010): “a violência não significa em si, ela adquire uma significação por sua inserção numa estrutura explicativa, seja ela pessoal, social, filosófica, antropológica etc.” (p. 27). Assim, na medida em que a definição, a percepção e o consenso de que atos violentos acontecem ou aconteceram, por vezes, dependerão de variáveis como sexo, cor/raça e idade. Outras vezes, remeterão a processos ligados à noção de honra, de status, de prestígio e, principalmente, de poder. Não pode ser descartada a violência enquanto processo inserido em marcadores sociais.

Estes processos violentos não são, portanto, lineares, tipos ideais ou absolutamente ordenados, contudo, não deixam de ser analisáveis, densos e dolorosamente perceptíveis por quem as sofre.

1.1. Violência estrutural e poder

Dentre as variadas formas de violência que se estabelecem entre os sujeitos, é interessante pensar a violência estrutural como forma de violência indireta bastante eficaz no controle social. Pensando para além da violência física, podem-se perceber processos violentos indiretos imiscuídos no cotidiano, em redes de controle e agressão sobre os indivíduos. Desde questões políticas e legais ou a falta delas, até a construção social do preconceito, por exemplo.

Dormenach (1981, p. 40) ajuda a compreender a ligação entre o pensamento político e aquelas esferas ligadas diretamente para as interações entre os sujeitos. Para ele, as formas mais “atrozes e mais condenáveis” de violência, “geralmente ocultam outras situações menos escandalosas por se encontrarem prolongadas no tempo por ideologias, ou instituições de aparência respeitável”. Para Gomes (2010), essa noção nos proporciona pensar a chamada *violência estrutural*:

Somos um Estado e uma sociedade baseados em uma violência continuada, silenciosa, surda, institucional e legal de criação e recriação do modelo benéfico para alguns e excludente da maioria que nos obriga à reflexão sobre a violência implícita, latente, que existe permeando as nossas relações sociais (...) (2010, p. 39).

É interessante notar como diversos autores trazem em suas pesquisas perspectivas que denominam de violência estrutural. Na visão de Minayo (1994), a violência é um problema de saúde pública, por ser tão diversa e apresentar diferentes facetas em um mesmo objeto, pode ser dividida metodologicamente em três tipos de violência, na qual a *violência estrutural* é ponto de destaque. Além da *violência de resistência*, que “Constitui-se das diferentes formas de resposta dos grupos, classes, nações e indivíduos oprimidos à violência estrutural” (p. 9), e a *violência de delinquência* definida, como: “aquela que se revela nas ações fora da lei socialmente reconhecida”. Nota-se que para a autora, esses tipos de violência encontram-se conectados à violência estrutural, colocada como “marco referencial” ou como *raiz* de outras violências, pensamento que compartilhamos com a autora. Segundo suas palavras, a violência estrutural é:

Aquela que oferece um marco à violência do comportamento e se aplica tanto às estruturas organizadas e institucionalizadas da família como aos sistemas econômicos, culturais e políticos que conduzem à opressão de grupos, classes, nações e indivíduos, aos quais são negadas conquistas da sociedade, tornando-os mais vulneráveis que outros ao sofrimento e à morte (MINAYO, 1994, p. 8).

Analisando a posição de mulheres lésbicas aqui estudadas, e refletindo a partir de todos estes conceitos, podemos identificá-las como completamente inseridas no contexto de violência estrutural.

Johan Galtung, estudioso da paz, compreende que para estudá-la é preciso pensar também na violência como seu complemento de sentido, afirma que a **“violência está presente quando os seres humanos estão sendo influenciados de modo que suas realizações somáticas e mentais reais estão abaixo de suas realizações potenciais”** (GALTUNG, 1969, p. 168, tradução nossa).¹⁰

¹⁰ Pensando nesta definição científica, é possível remeter ao pensamento religioso-filosófico de Gandhi, que compreendia a violência como “qualquer coisa que possa impedir a auto realização individual, não apenas atrasando o progresso de uma pessoa, mas também a mantendo estagnada. Sob essa perspectiva a violência é violenta porque leva ao retrocesso” Conferência proferida por Roberto de Almeida Gallego durante o II Fórum de Saúde Social, 24ª Semana Gandhi, auditório da FAU/USP - São Paulo, 30 de setembro de 2005.

Esta oposição entre realizações reais e realizações potenciais é ponto chave para o autor, considerando que a violência se reproduz na capacidade de impedir, de limitar ou de conter o outro em suas potencialidades. Ou seja, é a diferenciação entre a potencialidade do que se “é” e a potencialidade “que se poderia ser”. Assim, “o que se poderia ser” não o “é”, por conta das limitações que lhes são impostas. E continua, **“a violência é o que aumenta a distância entre o potencial e a realização, e o que impede que esta distância diminua”** (GALTUNG, 1969, p. 168, tradução nossa).

O autor defende ainda que o fato de tal distância entre potencial e realização ser evitável, ajuda a diferenciar uma prática como violência ou não. Exemplifica que uma morte por tuberculose ocorrida no século XVIII, não poderia ser considerada um tipo de violência, pois era praticamente inevitável à época, dada as generalizadas condições sociais pauperizadas e as limitações da própria medicina nos processos de cura. Por outro lado, uma morte ocorrida em decorrência de tuberculose hoje, nesses termos, poderia ser considerada violência, afinal, morrem por tuberculose aqueles sem condições financeiras e sociais de conseguirem um tratamento que atualmente é extremamente eficaz.

Galtung (1969) ressalva a dificuldade existente para reconhecer o que significa um “potencial” em relação à violência. Esta noção talvez seja mais simples quando nos referimos a violência corporal como uma doença ou um sequestro, que impedem os sujeitos de fisicamente realizar coisas ou infringem danos sobre ele. Mas é preciso pensar também em situações mentais e culturais que impedem os sujeitos de realizar suas potencialidades como, por exemplo, o próprio preconceito, e o estigma.

O pesquisador chama atenção ainda para a noção de que nem todo tipo de potencialidade se encaixa na noção de violência, sendo necessário que se analisem em conjunto as condições sociais e culturais que se colocam em determinado contexto.

Por exemplo, a alfabetização é muito valorada em quase toda parte, enquanto o valor de ser cristão é altamente controverso. Por isso, falaríamos sobre violência se o nível de alfabetização é menor do que o que poderia ser, não se o nível do cristianismo é mais baixo do que aquilo que poderia ser (GALTUNG, 1969/1985, p. 169, tradução nossa).

Obviamente que, se as pessoas estivessem sendo impedidas de exercerem suas liberdades de culto religioso, independente de qual religião estivessem falando, falaríamos de violência. São as potencialidades humanas em suas formas gerais, digamos assim, que importam na mensuração e na percepção da violência.

Por que não, nesse sentido, considerarmos as questões de gênero e sexualidade? Podemos refletir sobre a grande importância dada às relações amorosas na sociedade ocidental (GIDDENS, 1992), como também sobre a liberdade e exercício de si em sociedades liberais democráticas. Não à toa, propomos o exercício inicial de pensar o sujeito político e a violência como questões de Estado.

É possível pensar na teoria de Galtung, a partir do diálogo proposto com as questões de gênero e sexualidade. A negação de sentimento e cuidado, o impedimento do exercício e uso por vontade do próprio corpo sem machucar ou obrigar ninguém a fazer o mesmo, são, portanto, violências praticadas contra pessoas homossexuais, transformando-os em sujeitos ditos desviantes, dissidentes ou abjetos, já que as situações de vulnerabilidade impõem-se não apenas no dano da integridade física, mas também na negligência, na negação, na dominação, na limitação ou do abandono desses sujeitos em decorrência de suas sexualidades.

Dando continuidade à sua análise, Galtung (1969) divide a concepção de violência em conceitos que definem os tipos aos quais estamos expostos. Assim, destacam-se dois tipos de violência: a direta e a indireta, também chamadas de violência pessoal e violência estrutural. A primeira pode ser observada como aquela praticada diretamente contra os sujeitos, é o caso da violência física, da violência psicológica, ou seja, daquela que atenta sobre o corpo, mente ou patrimônio dos sujeitos. A segunda é silenciosa e, por vezes, passa despercebida, especialmente por não ter um sujeito direto que a pratica, mas sim uma estrutura social, contudo, é tão ou mais eficaz do que a primeira, pois além de tudo pode legitimar as violências diretas.

O autor consegue ampliar a visão da violência para fora dos padrões que determinam tanto a violência física quanto outras formas de violência direta como únicas reais. Nesse sentido, põe em cheque outras formas de ação que não seriam facilmente observadas como violências. É assim, por exemplo, que afirma não haver

necessidade de um indivíduo para o exercício da violência, pois ela pode estar constituída dentro das estruturas, sendo perceptível como desigualdade de poder e também como desigualdade de chances na vida. Para Crettiez (2011), a homofobia é um exemplo de violência estrutural nos moldes pensados por Galtung:

Culturalmente muito expandida em um mundo fundado na heterossexualidade, que impede os homossexuais de viver plena e livremente sua sexualidade e pode às vezes desencadear agressões contra os membros desse grupo minoritário (p. 13).

Airi Sacco (2015), ao falar sobre sua pesquisa de doutorado *Orgulho e preconceito: de desenvolvimento de atitudes raciais implícitas e explícitas em crianças de porto Alegre e Salvador*, tenta compreender de que maneira a discriminação e o preconceito moldam a vida dos sujeitos que as sofrem, destacando a diferença entre *preconceito* e *discriminação*. Para ela, o primeiro relaciona-se com o afeto, com a questão do gostar ou não gostar; enquanto a discriminação, relaciona-se com a ação em si, com o comportamento de tratar o outro de forma preconceituosa. Guimarães (2004) endossa essa noção ao lembrar que não necessariamente um sujeito preconceituoso, que não goste de pessoas negras, por exemplo, irá expor seu preconceito em atitudes diretas, “refreando-se”. Para ele: “o preconceito pode manifestar-se, seja de modo verbal, reservado ou público, seja de modo comportamental, sendo que só neste último caso é referido como discriminação” (p. 18).

Seria possível, então, pensar na atuação de violências diretas (discriminação) e violências indiretas (preconceito) a depender dos marcadores sociais que desejamos analisar, nesse caso os elementos de gênero e sexualidade são ponto chave. Para Silva (2004), o processo de discriminação é motivado pelo preconceito. Diz que:

Arriscando uma conceituação sumária, acredito que se pode dizer que, de um ponto de vista mais estritamente econômico, entende-se que existe discriminação quando alguma característica “irrelevante” do indivíduo (sua cor da pele, por exemplo) é utilizada para restringir o seu acesso às oportunidades econômicas, sociais e políticas (Silva, 2004, p. 12).

Bandeira e Batista (2002) refletem sobre a construção do preconceito e sobre a discriminação como sendo expressões de violência. Em suas visões, “seja pela

afirmação e manipulação da condição da diferença, seja por sua insistente negação ou dissimulação”, é possível enxergar expressões de violência.

Assim, há uma tendência em não admitir que existem marcadores de diferença como gênero e sexualidade, daí pode-se dizer que não existindo diferenças, não há também exclusão e marginalização. Afirmar, por exemplo, que mulheres e homens, exercendo trabalho iguais, ganham necessariamente o mesmo salário, ou utilizam-se exatamente desses marcadores da diferença para manipular tal sujeito como, por exemplo, a ideia de que mulheres são diferentes e mais frágeis fisicamente do que homens, portanto seriam incapazes de ocupar determinados postos de trabalho.

Essa violência (...) que nega ou afirma a alteridade ao atribuir-lhe (ao outro) valores negativos ou positivos quanto às características raciais, opções sexuais, de gênero, físicas, emocionais, etc., **é exercida por aqueles que têm algum tipo de poder na sociedade**. Mas isso não significa que essa forma de se relacionar com “o outro” e os valores produzidos sejam inalteráveis (BANDEIRA E BATISTA, 2002, p.137, grifo nosso).

O *poder* passa a ser decisivo para a compreensão da violência atrelada a elementos como controle, sanção, estigmatização, discriminação, preconceito e medo. Elias e Scotson (2000), por exemplo, chamam a atenção sobre a diferenciação de poder entre os grupos que analisam empiricamente em uma cidade no interior da Inglaterra, ficticiamente chamada de Winston Parva. Em um modelo (ou figuração) que pode ser observado em outras relações entre grupos, é possível compreender de que maneira a diferenciação dos indivíduos como estabelecidos ou outsiders, como *normais* e *desviantes*, está atrelada a questão de disputas de poder.

Vez por outra, podemos observar que os membros dos grupos mais poderosos que outros grupos interdependentes se pensam a si mesmos (se auto representam) como humanamente superiores (ELIAS E SCOTSON, 2000, p.19).

Ou seja, a capacidade de marginalizar o outro e colocar-se enquanto preeminente e com maior influência sobre outros sujeitos a partir da diferenciação entre grupos, tem como expoente os aspectos relacionados ao poder. De maneira semelhante, Becker (2008) observará que a capacidade de rotular sujeitos como *outsiders*, como veremos mais a frente, será detida por aqueles que têm mais poder para assim fazer.

Para este trabalho, é fundamental pensar a violência enquanto elemento que se relaciona diretamente com as questões de poder e marginalização dos sujeitos por suas diferenças quanto ao gênero e sexualidade. Michel Foucault (1975, 1976), ao nos apresentar a noção de que os corpos vêm sendo disciplinados e violentados ao longo da história como forma de moldar condutas e identidades, nos apresenta um processo que só ocorre porque determinados sujeitos e instituições, ainda que imperceptivelmente, acabam por deter poder para conduzir tais processos. A vigilância, o suplício do corpo, a punição, a definição do outro como patológico e errado em relação ao que seria saudável, natural e correto, se dá a partir do momento que as esferas de saber/poder, especialmente instituições e saberes como a medicina e o direito, por exemplo, dispõem da capacidade para tanto. Em adição a isso, temos a sexualidade como um dispositivo que retrata bem esse processo. As normas, o poder e o controle exercidos com base na proeminência da heterossexualidade, a heteronormatividade.

No lastro dessas noções de poder disciplinar, se estenderá a noção de *biopoder*, na medida em que enquanto o primeiro refere-se a uma ordem micro, responsável pelos indivíduos; o segundo dilata-se sobre a sociedade como um organismo social e regular (PASSOS, 2002). Estes aspectos da microfísica do poder transfiguram-se com o passar do tempo em eficazes formas de controle do corpo social, sem o uso da violência física, por exemplo.

Sugizaki (s/d) lembra que a violência em si não é uma temática tratada diretamente por Foucault, mesmo quando trata sobre o suplício, por exemplo. Contudo, pode ser percebida nas possibilidades de ação de uns sobre os outros, já que o significante da biopolítica “não é mais matar, mas investir sobre a vida” (Foucault, 1985, p. 131). Ou seja, as formas de controle, por meio de violências diretas, mudam para formas mais indiretas, porém não menos eficientes.

Por outro lado, Foucault (1975) não observa o poder apenas como uma força negativa, limitadora e impeditiva, mas como elemento que também atesta um lado positivo e produtivo, na medida em que é capaz de criar resistências dentro do próprio seio do poder dito dominante, o que mais a frente veremos como jogos de subversão.

Esse processo refere-se também às mudanças nas formas de controle dos corpos, na medida em que se antes o suplício e a dor eram as maneiras de castigo, com o decorrer histórico mostrou-se mais “brando” na superfície, mas não menos eficaz e doloroso na raiz, exercendo o poder através de investimentos profusos sobre os sujeitos e suas condutas e saberes. É possível compreender os processos de marginalização, estigma e rotulação como processos violentos.

1.2. Desvio e violência: entre marginalizações, estigmas e rótulos.

A noção de desvio envolve elementos de importante debate na sociologia. E, neste trabalho, podem ser tratadas em dois vieses: a) a violência enquanto desvio, e, portanto, crime; b) a sexualidade dita dissidente, como desvio, mas não necessariamente como crime.

A diferenciação se dá em como o “Estado define o que é legal, e quando a sociedade define o que é” (CRETTEZ, 2011). É necessário lembrar que desvio não é uma conduta errada em si mesma, mas sim determinada pela norma social, responsável também por julgar o ator e sua conduta.

Sendo assim, crime na verdade é aquela ação dita danosa ao todo social que legalmente está passível de penalidades. O crime é um desvio, mas nem todo desvio é crime por não ferir a norma legal, ainda que fira uma norma social. É no contexto de normas sociais que podemos pensar a questão da heteronormatividade, que, como lembra Judith Butler (2014), seria a obrigação social de que os sujeitos sejam todos heterossexuais. Ou seja, há uma heterossexualidade compulsória. Sujeitos homossexuais tornam-se, portanto, seres desviantes, mas não criminosos – ao menos no Brasil.¹¹

A problemática se dá na medida em que sujeitos homossexuais, ditos desviantes, passam por situações de violência direta e indireta em decorrência do que está determinado como desvio – mais à frente trataremos de determinados graus de desvio. É preciso refletir sobre a marginalização, os rótulos e os estigmas tanto como formas de violência em si, por impedirem “as mesmas chances de vida” de sujeitos, quanto como

¹¹ Países como Malásia e Marrocos definem como criminosos pessoas homossexuais. Em outros como Nigéria e Irã a homossexualidade é passível de pena de morte. (ONDE...2015).

fomentadoras de violências diretas, expressas, por exemplo, em crimes contra mulheres lésbicas e outros sujeitos de sexualidades ditas dissidentes.

Goffman (1975) trata diretamente da questão do estigma como atributo advindo das relações dos sujeitos em seus meios, o que acaba por influenciar na produção e na percepção de identidades. Carregar um estigma significa portar “uma marca” capaz de categorizar sujeitos, incluí-los ou afastá-los de determinados ambientes e relações sociais. Estigmatizar o outro passa a ser, portanto, uma forma de violência, além de um meio permissivo para que outras formas de violência ocorram.

O cerceamento dos sujeitos em suas potencialidades se dará não apenas por meios físicos, mas também por meio das relações de poder entre os envolvidos nas estruturas sociais, podendo considerar como inaceitável, anormal, patológico, incômodo ou diferente. É preciso compreender que para o autor não necessariamente o processo de estigmatização se dará pela existência de uma característica aparente, também chamada “atributos”, mas especialmente pela ligação feita entre a aparência dessa característica e os estereótipos estabelecidos pelos normais, que determinaram o que seria apropriado para si e para outros. Esta ligação, quando divergente, é capaz de gerar uma identidade deteriorada, ou seja, surge um indivíduo que não é pleno na sociedade.

Ainda segundo Goffman (1975), existem duas identidades para o sujeito tido como estigmatizado, ele tem uma identidade real, que pode atestar possuir; e também a identidade virtual, imputada ao estigmatizado como “um retrospecto potencial”. Quando se dá um descompasso entre elas, um atributo se coloca como estigma, tal qual a homossexualidade. Esta noção entre aparente e real pode ser prontamente calculada e manipulada, conforme a necessidade e o desejo de quem o faça. Os atributos podem ser dinamizados de forma a serem preteridos em detrimento de outros ou escondidos, conforme pode ser feito com o segredo, a aparência ou mesmo o trejeito.

O processo de estigmatização constrói-se a partir de representações dos não normais sobre aquilo que os ditos normais reconhecem como “natural”, o que tende a expandir-se para além dos atributos visíveis, tal como o que acontece na crença corrente de que o homossexual não tem caráter ou que seria fraco, pedófilo, violento e etc. Contudo, vale salientar que não é pela existência do atributo que o sujeito passa a ser

estigmatizado, mas pela percepção de que há um descompasso entre um atributo e os estereótipos impostos pelos ditos “normais”. É assim que um sujeito com traços mais afeminados passa ser considerado gay e sofrer um processo de estigmatização por isso, ainda que ele mesmo identifique-se enquanto heterossexual.

Pode-se ainda compreender os indivíduos estigmatizados em dois tipos: ele pode ser desacreditado ou desacreditável. O primeiro caracteriza-se pela evidência do estigma para as pessoas que interagem com o sujeito, é o caso de pessoas com algum tipo de deficiência física, por exemplo. O segundo refere-se ao fato de que o estigma não se encontra visível, aparente, não é possível saber anteriormente a outros fatos que explicitem o sujeito enquanto estigmatizado.

Em semelhante sentido, temos Howard Becker (2008) tratando sobre os rótulos estabelecidos aos sujeitos chamados de desviantes. Ao demonstrar como indivíduos são alijados para uma categoria negativa e apontar os arranjos e etapas que são percorridas por estes sujeitos rotulados, Becker corrobora para a noção de que a ação de dizer determinados sujeitos como desviantes, é um processo conduzido por um grupo dominante, assim reconhecido segundo as diferenças de poder que se estabelecem na capacidade de produzir o outro.

Tal produção, na visão do autor, perpassa o que define ser uma carreira desviante, onde os sujeitos tidos como *outsiders* aprendem modos, técnicas e características de determinada atividade desviante e podem mesmo adquirir senso de pertencimento a determinado grupo, ao ponto de questionarem as normas do grupo que os rotularam como externos e verem a si mesmos, muitas vezes, como melhores do que os ditos “normais”.

Por outro lado, Becker (2008) lembra que tanto o desvio não confere uma “qualidade que reside no próprio comportamento” (p. 27), que ele pode ser considerado desvio ou não, a depender de diversos fatores da interação, como: quem, quando, onde, quais morais envolvidas e reações causadas pela ação naqueles que definem o que será desvio. Portanto, depende da reação causada. O autor descreve, por exemplo, as diferenças de aplicação da lei para pessoas negras e pessoas brancas, que também se gera uma espécie de gradação de valores, em que alguns valores podem ser tidos como

mais importantes – ou sagrados – em relação a outros. Tanto nos processos de estigmatização quanto nos processos de rotulação, observamos como as regras sociais são criadas por grupos específicos, como lembra Becker (2008). Assim como a definição de certo e errado, bem e mal, estão ligadas a imposição de suas construções. Tais processos são essencialmente violentos não apenas por controlar comportamentos de outrem, mas também por abafar potencialidades e possibilidades – retomando aí os conceitos anteriormente traçados por Galtung.

Em *Estabelecidos e Outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade* (2000), esse processo de marginalização coloca-se de tal forma na divisão dos grupos, mesmo não tendo diferenças reais de renda, cor ou etnia, por exemplo, eles enxergavam-se como diferentes, de maneira que os estabelecidos passaram a considerarem-se superiores.

Nesse caso, o desvio posto por Elias e Scotson (2000), diz respeito a uma divisão de acordo com as diferenças de coesão e controle que refletem nos aspectos relacionados ao poder. Assim, quanto mais coeso o grupo, mais forte ele será. Os indivíduos dos grupos estabelecidos, por exemplo, enxergavam a si mesmos como um grupo coeso, em que todos compartilhavam das mesmas “boas características”. Nesse sentido, o controle era bem exercido não, necessariamente, pela violência física, mas por esquemas bastante efetivos como o caso da fofoca, positiva ou negativa, que além de exercer o controle dentro do grupo, também funcionava como forma de controle sobre o grupo externo, reforçando suas características negativas e dificultando a possibilidade de coesão, caracterizados em sequência como desintegrados, logo, mais fracos.

Estes marginalizados são observados como tão depreciados que o contato com eles deve ser evitado, sob o risco mesmo de “poluição”, afinal acabam sendo encarados como transgressores, errantes, sujos, dentre outros adjetivos pejorativos. Tal imagem construída a respeito do grupo divergente chega a tornar-se tátil e real, como no caso de traços físicos como a cor da pele – ainda que não fosse realmente observável -, além de sua associação com características como a violência.

Estes estigmas são colocados como formas do grupo estabelecido propagar a continuidade dessas diferenças de poder que lhes são favoráveis, a fim de manter tal dinâmica de poder e prestígio. Ou seja, os outsiders de Elias não condiziam na realidade observada com as caracterizações qualitativas feitas pelos indivíduos dos grupos estabelecidos, mas tais aspectos seguiam tão enfatizados ao ponto dos próprios moradores outsiders aceitarem tais características.

Estigmatizar, marginalizar ou rotular o outro passa diretamente a categoria de expressão da violência, a partir do momento que gera ou tem no mínimo a capacidade de gerar efeitos funestos na vida de indivíduos caracterizados como desviantes.

Creemos que quando “o estigma e o esforço para escondê-lo ou consertá-lo fixam-se como parte da identidade pessoal” (GOFFMAN, 1975, p. 76), por exemplo, temos violências bastante imbricadas na teia do comportamento dos sujeitos que deixam de ser plenos e relativamente livres, para tornarem-se seres inseguros e constantemente atentos a seus atos. Claro que nem todos os sujeitos estão engajados nesses processos da mesma forma. De fato, parece bem mais notória a existência de processos de subversão ou enfrentamento atualmente.

A violência direta contra homossexuais, em decorrência de serem observados como desviantes, inclui discriminações e violências físicas, como: espancamentos, violências psicológicas, ameaças, humilhações e diversos tipos de violações contra esses sujeitos, motivadas por suas sexualidades. É necessário falar, além disso, da violência lesbofóbica, como forma de especificar e visibilizar a violência contra o sujeito político lésbico sem que esses casos sejam diluídos e generalizados em relação a outros casos como aqueles ocorridos contra transexuais, por exemplo. O 2º *Relatório sobre violência homofóbica no Brasil: ano de 2012* (2013) aponta como persistente a violação de direitos humanos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT).

Tais situações intensificam-se não apenas na obrigação de, na condição de rotulados, marginalizados e/ou estigmatizados, seguir normas morais construídas justamente com base na exclusão e no controle de si mesmos. Mas especialmente quando esses sujeitos passam a introjetar essas regras como parte de suas vidas e não as

questionar, o que percebemos acontecer na não percepção de violências diárias, geralmente travestidas como gosto pessoal ou próprio “jeito” dos sujeitos.

O que se coloca ainda como mais importante dentro de todos esses processos relacionados com a questão de determinação do outro como desviante ou como “outsider”, talvez não seja a sua existência em si, mas processos que influenciam enormemente sobre vantagens, oportunidades e possibilidades de vida para os sujeitos, no limite danificam profundamente suas vidas, não apenas na relação com outros, mas também na aceitação e cuidado de si. Tais processos estão essencialmente ligados à questão de gênero e sexualidade quando tratamos de mulheres lésbicas.

CAPÍTULO 2 - VIOLÊNCIA, GÊNERO E SEXUALIDADES.

Antes de iniciarmos um debate sobre as diversas formas de violências às quais mulheres lésbicas estão expostas, torna-se necessário estabelecer os fundamentos teóricos sobre questões de gênero e de sexualidade.

Nos apoiamos em Judith Butler (2014) para refletir sobre a identidade, a autora afirma que o sujeito é um processo, essa ênfase é fundamental na compreensão dos *estudos queer*. O gênero (masculino e feminino), nessa perspectiva, é uma sequência de atos repetidos ao longo da vida, reconhecido como *performatividade*. É observado em traços e habilidades que são repetidamente “encenados” ao longo da vida, ao ponto de serem confundidos com características naturais dos sujeitos – ainda que isto se diferencie no conceito de performance.

Sendo assim, a partir da encarnação de papéis de gênero dirigidos para homens ou para mulheres, determinados por diferenças biológicas, internalizam-se comportamentos ao longo da vida. Tal processo não sendo natural, apresenta-se de forma coercitiva sobre os sujeitos, mesmo que eles não percebam. Uma das formas de notar que isso acontece se dá justamente pela retaliação, pela coerção sobre os sujeitos, determinando o que devem fazer, vestir, dizer ou como devem se comportar, violentando (de variadas formas) quando não seguem tais diretrizes (BUTLER, 2006).

É importante, junto a isso, compreender gênero e sexualidade como entidades diferenciadas, ainda que correlatas. Piscitelli (2009, p. 15) lembra a importância de separar analiticamente ambas, pois ao pensá-las descoladas, é possível observar como “as performances de gênero são consideradas como expressão da conduta sexual”. Tal noção encontra o pensamento de Butler (2014), na medida em que tais elementos, construídos socialmente, tornam-se conectados uns aos outros.

Desta forma, *desejo, sexo, gênero e prática* são observados a partir de uma “matriz de inteligibilidade de gênero”, responsável por entendê-los como genuinamente unidos. Se você é mulher (sexo biológico), por exemplo, deverá necessariamente ser do gênero feminino, ter desejos por homens e, caso venha a praticar sexo, deverá ser com estes sujeitos masculinos. É a biologia, o natural, que desenvolve essa cadeia no que se

refere à sexualidade, por isso a compreensão generalizada de que sejam elementos atrelados e fixos. A partir daí, define-se a *heterossexualidade compulsória*.

A compreensão de que essa matriz de inteligibilidade de gêneros se estabeleceu fortemente perante a sociedade ocidental, é que leva os *estudos queer* a falar sobre *heteronormatividade*. Ou seja, os processos que levam a esta compreensão da sexualidade e gênero têm como base normas sociais estabelecidas que Butler (2014) chama de *matriz heterossexual*.

A matriz heterossexual é, na visão de Butler (2014), a responsável pela construção arbitrária das identidades dos sujeitos, na medida em que determina normas que excluem indivíduos que não se encaixam na inteligibilidade de gêneros, classificando-os como periféricos, desviantes e *abjetos*.

Mulheres ditas lésbicas são alguns desses seres *abjetos*, observados por Butler, pois estão fora da matriz heterossexual, então são não-sujeitos. A noção de pensar em “não-sujeitos” é que leva diversos estudiosos de mulheres que se envolvem sexual e amorosamente com outras mulheres, a pensar no conceito de *invisibilidade lésbica*. Toledo (2008) chama atenção sobre a percepção negativa e estereotipada de mulheres lésbicas que deságua em uma invisibilidade contínua, construindo identidades deterioradas e sem vozes.

Ainda para Toledo (2008), o termo *lésbica* surge para: “classificar aquelas mulheres desviantes da norma heterossexual”. É Mott (1987) que lembra à Toledo que o termo surge no Brasil como sinônimo de “invertida sexual” e passa a ser usado “sobretudo pelas pessoas mais eruditas” (MOTT, 1987, p. 11, *apud* TOLEDO, 2008, p. 48).

Em *Problemas de Gênero* (2014), Butler retorna ao pensamento de Monique Wittig sobre as questões de gênero e sexo para compreender a própria construção da sexualidade dentro da sociedade e questionar a forma e as motivações das divisões que se impõem como naturais.

Uma dessas formas é, sobretudo, o discurso. Assim, Butler (2014) afirma que para Witting, “a linguagem é investida do poder de criar ‘o socialmente real’ por meio de atos de locução dos sujeitos” (p. 167) e, sendo assim, “conceitos, categorias e abstrações (...) podem praticar uma **violência material** contra os corpos que eles afirmam organizar e interpretar” (p. 168, grifos nossos). Ou seja, a criação de categorias que delimitam os corpos a partir de conceitos baseados em um sistema de heterossexualidade compulsória, nos permite pensar nas classificações e nas etiquetas, para usar o termo de Becker, não só como forças de marcadores sociais rígidos, mas também como processos violentos de modelação de corpos que deveriam ser capazes de suas potencialidades. Temos assim, processos que acabam desvalorizando os sujeitos e impedindo que sejam compreendidos como indivíduos dignos e morais.

Então, é possível pensar que o próprio ato de definir um sujeito enquanto *gay*, *lésbica*, *sapatão*, *fancha*¹², *viado*, *bicha*, *heterossexual*, *transexual*, *travesti*, dentre outros termos, lhe dará status e expectativas definidas, que devem ser seguidas com proximidade por inúmeras construções sociais que fixam papéis de gênero e suas ações. A partir do momento em que se classifica uma mulher que se envolve amorosa, afetiva e/ou sexualmente com outra mulher como sendo uma *lésbica*, a mesma é inserida em mais um conceito rígido. É preciso, então, pensar como tal rigidez pode ser problemática e analisar como uma série de mudanças também vêm ocorrendo no campo social no que diz respeito a conceitos relacionados à sexualidade.

Le Breton (2014) lembra que as convenções de gênero que determinam masculino e feminino são frutos de representações culturais rigidamente controladas, capazes de enraizar no pensamento social características dominantes pressupostas das demarcações biológicas. Por outro lado, para o autor (2014), essa solidez “está desabando”.

Justamente por reconhecer a fragilidade desse sistema fixo (não que concordemos que ele tenha sido sempre rígido e sem fissuras), é que nos questionamos

¹² Notadamente temos a utilização de termos diferentes de “lésbica” para referirmo-nos às mulheres que se relacionam afetiva, sexual e/ou amorosamente com outras mulheres. Veremos ao longo do trabalho as possibilidades de uso destes termos e o porquê de nossa escolha para o termo “lésbica”. *Fancha*, *sapatão*, *sapatilha*, *sapa*, *dyke*, *femme* (lésbica mais afeminada), *butch* e *bofinho* (mais masculinizadas), *bolacha*, *tête*, entendida, dentre outros que possivelmente dependerão de regionalismos e marcadores sociais da diferença como classe, referem-se a tais sujeitos.

a respeito da necessidade de categorizar nossas interlocutoras em um termo fixo: “lésbica”. Afinal, o que significa ser lésbica? Quais as implicações desta definição? Não estaríamos, contraditoriamente, cometendo uma violência ao definir rigorosamente o que venha a ser/estar lésbica, em um trabalho sobre a violência sofrida por elas?

Ao escolher essa categoria, fizemos na consciência desse marcador como forma de estudo, procurando nos distanciar de forma que coloquem a mulher em um código normativo rígido. Para efeito de pesquisa, decidimos utilizar o termo como representativo de mulheres que se relacionam afetivamente e/ou sexualmente com outras mulheres ou que têm práticas homoeróticas, dado uso corrente que o termo *lésbica* vem sendo empregado socialmente.

Por esse ângulo, as próprias interlocutoras questionaram sobre a validade do uso do termo *lésbica*, do significado e da representação, assim como os critérios para definir determinado tipo de orientação sexual ou não. Facchini (2008), por exemplo, utilizou a categoria *mulheres com práticas homoeróticas* ao compreender que *lésbica*, *sapatão*, *entendida*, dentre outros termos, talvez reduzissem a possibilidade de identificação das possíveis interlocutoras, pois um termo pode carregar variadas possibilidades de performatividade, estilos e práticas, a depender de variáveis como classe, geração e etc.

Lacombe (2010) reconhece que o termo *lésbica* é de fato coerente com o uso científico e político, mas possuiria pouco uso em seu campo.

Entendida, mulherzinha, sapatão, fancha, boneca, menininha ou bofinho ganham força de referencialidade e autoidentificação, desmanchando a carga semântica de lésbica. Se pensarmos esta situação como um prisma, esses termos são os que permanecem do lado onde a luz, como um arco-íris, se decompõe em diversos espectros; o termo lésbica enquanto categoria política e científica é, por sua vez, o feixe branco que recompõe em um só os demais, mecanismo óptico da representação (LACOMBE, 2010, p. 178).

Contudo, justamente por empreendermos entrevistas em profundidade e pela necessidade de deixar que essas mulheres expliquem, reconheçam e construam suas próprias identidades, foi do nosso interesse deixarmos em aberto a definição do que venha a ser *lésbica* para elas. Com isso, observamos desenrolar-se com bastante fluidez afirmativas como: “ainda que eu fique com homens”, “fiquei com homens gays”, “fui

casada duas vezes com homens”. Não parece ter havido impedimentos para que elas identificassem a si mesmas como lésbicas. Tais aspectos acabam por retirar, muitas vezes, tanto a carga de negatividade de alguns termos, quanto a rigidez aparente da sexualidade no senso comum.

2.1. Entrelaçamentos entre violências e sexualidades ditas desviantes

Pacificada a noção de que a violência não é aquela classificada apenas pela agressão física, por um estado oficial de guerra ou por um conflito visível que guarda cicatrizes corporais. Compreende-se, nesse sentido, que as violências contidas nas questões relativas ao gênero e sexualidade estão presentes no cotidiano de uma grande variedade de sujeitos em formas de violências indiretas, não apenas nas violências diretas.

Além disso, é preciso pensar sobre as formas de violência direcionadas às mulheres lésbicas, afinal, elas não recebem o mesmo tipo de violência sofrida por homens gays, travestis e transexuais, ainda que tenham inúmeras conexões e cruzamentos entre estes sujeitos e as formas de violências sofridas, conforme observamos no comparativo entre o levantamento bibliográfico e as entrevistas.

Há diversas formas específicas de violências diretas direcionadas aos sujeitos considerados “abjetos” ou à margem de uma sociedade heteronormativa, como, por exemplo: violência psicológica, violência sexual, violência patrimonial, dentre outras. Consideramos a heteronormatividade como uma matriz ou um “espaço” em que a sociedade formula um binarismo padrão sobre o ser homem e o ser mulher.

Existem também outras formas de violência contra os sujeitos homossexuais, realizadas a partir das próprias estruturas sociais que exigem uma heterossexualidade compulsória. Tais noções da construção social revelam-se como mecanismos de controle, repressão e cerceamento, responsáveis por permear a formação dos sujeitos e orientar suas condutas. Ou seja, constroem-se identidades moldadas em meio a processos violentos, por conta da noção imperativa de que existiria uma sexualidade dita “imprópria”.

Tal sistemática opera na manutenção de um *status quo* que prioriza determinados sujeitos em relação a outros, limitando e violentando outras atividades e expressões que coloquem em descrédito ou em perigo a matriz heterossexual, como o fazem as diversas formas de sexualidade. Para Berenice Bento (2010), o olhar ou “a vigilância” sobre a concordância entre sujeitos e as normas de gênero é extremamente importante para afastar o perigo representado pelos “gêneros dissidentes”.

Podemos observar como os processos violentos diretos também fazem parte do cotidiano de inúmeros sujeitos que circulam fora da matriz heterossexual, sendo mais facilmente observáveis e sentidos no corpo. Por esse ângulo, sujeitos de sexualidades dissidentes convivem de maneira bastante próxima da violência enquanto crime em decorrência da sua sexualidade.

Luiz Mott (2005) destaca a necessidade de pensar os crimes de maneira mais específica quando envolvem homossexuais, pois “esses assassinatos não se tratam de crimes comuns, fruto de assalto ou bala perdida. São crimes de ódio, e a condição homossexual da vítima foi determinante no *modus operandi* do agressor” (Mott, 2006, p. 514). A definição de crime de ódio para Almeida (2013) está relacionada ao próprio preconceito que determinados sujeitos ou grupos sofrem por parte do agressor.

Um crime de ódio trata-se de um ataque à propriedade, ameaça, agressão verbal, roubo, intimidação, ato de violência, espancamento, violação, agressão sexual, tortura ou homicídio, isto é, qualquer forma de crime que tenha como base um preconceito, seja ele racial, sexual, religioso, relativo à nacionalidade ou ao gênero da vítima. Em suma, trata-se de um ato de violência ou ameaça que, apesar de ser cometido contra uma pessoa, tem o objetivo de atingir uma categoria social, ou seja, um grupo de pessoas que reúne características idênticas (p. 9).

Para Bergamin e Alencar (2013), a lógica de uma heterossexualidade obrigatória em conjunto com o que denominam de *LGBTfobias* são responsáveis pela morte simbólica e objetiva dos sujeitos. Mulheres lésbicas, por exemplo, “são reduzidas aos xingamentos e humilhações cotidianos de ‘sapatão, mulher-macho’”, ou seja, deixam de figurarem, nesses aspectos, como sujeitos de direitos. Isso refere-se à noção de violência indireta ou violência estrutural.

Bento (2010) lembra que a noção de gênero ainda que habitando o espaço do público, dos atos repetidos e dos trejeitos cotidianos, atua sobre as práticas sexuais que, por sua vez, estão ligadas ao âmbito do privado. Tais noções importam na influência das questões de gênero e nas práticas da sexualidade, ou seja, do público no privado, de onde retiramos a noção de passividade e atividade no sexo. Nesse sentido, não são admitidos o homem afeminado e a mulher masculinizada, pois ambos demonstram em seus usos do gênero que não seguem a necessária tríade que liga gênero-sexo-desejo como determinado pela heteronormatividade.

A autora ainda destaca que nos processos de marginalização são utilizadas tanto as violências físicas quanto violências simbólicas. As formas de reforçar os elementos que constroem determinado gênero e formas de sexualidade, em meio ao binarismo masculino e feminino, remetem ao que ela nomeia de *heteroterrorismo*. Por esse ângulo, os estereótipos do dia a dia, como: rosa para meninas e azul para meninos; bonecas para meninas e carrinhos para meninos, são fomentadores de gêneros hegemônicos que continuamente – e violentamente – excluem e “neutralizam” quaisquer formas diferentes da matriz, projetando à margem uma gama de sujeitos que têm suas subjetividades produzidas em uma “sensação de anormalidade”. Assim, “há um *heteroterrorismo* a cada enunciado que incentiva ou inibe comportamentos, a cada insulto ou piada homofóbica” (BENTO, 2010, p. 4).

Monique Witting (2001), uma das influências no pensamento de Judith Butler, observa a heterossexualidade como uma forma de prática de poder, de domínio sob lésbicas, ou seja, a heterossexualidade como regime político. Interessante notar que Witting tem um pensamento próprio sobre o que venha a ser a lésbica enquanto sujeito político. Para ela, a lésbica não é uma mulher, justamente porque para ser *mulher* é preciso submeter-se ao domínio heterossexista que determina a mulher como mãe e submissa ao domínio masculino, o que em sua visão a lésbica não faria. O modelo heteronormativo de construção dos corpos, para Swain (2012), pode ser entendido como uma faceta política da diferenciação dos sexos, na medida em que “sela as desigualdades sociais” (p. 47).

A imposição sobre o uso, a manifestação do corpo, do gênero e do sexo e suas práticas estão atreladas a um ordenamento que privilegia a heterossexualidade

compulsória. Scott (1996) descreve, por exemplo, que a categoria de gênero é compreendida como uma criação calcada nas diferenças dos sexos, binariamente divididos como homens e mulheres, fazendo com que haja uma ligação entre as formas de relação de poder.

Segato (2003) reflete sobre a violência de gênero contra mulheres de forma ampla em relação ao poder, o que também nos ajuda a compreender a violência contra mulheres lésbicas. A partir de um simples exemplo de Esther Grossi, que observou que as mulheres acompanhadas de seus companheiros em uma sala de aula para alfabetização de adultos tinham menor rendimento quando estes estavam presentes. Segato observa como existem dimensões violentas “inerentes a própria dinâmica tradicional de gênero, praticamente inseparável da mesma estrutura” (p. 3, tradução nossa). Ou seja, como as estruturas de gênero possuem em suas “constituições” dimensões violentas que se encontram capilarizadas nas relações. Além de tratar-se de uma relação de poder, que pode significar lutas por poder, tentativas de subversão deste poder.

Nas palavras de Santos e Izumino (2005), “a situação de violência conjugal, por exemplo, encerra uma relação de poder muito mais complexa e dinâmica do que a descrita pelo viés de dominação patriarcal” (p. 13). Isto não significa dizer que inexistente uma proeminência do masculino sobre o feminino, tampouco da heteronormatividade sobre as sexualidades “dissidentes”, mas que estes não “dominam” e submetem o outro sem que haja luta, diferença, enfrentamento e subversão das mais diferentes formas, ou seja, sem que haja disputas por poder envolvidas.

Tratar de diferenças de poder ajuda a clarear e a repensar noções essencialistas sobre o gênero e sexualidade, trazendo-os para um pensamento crítico e não determinista, bem como um foco maior nos processos e percepções, movimento contrário as questões determinadas e aos conceitos absolutos. Isso nos permite também quebrar conceitos que definem determinados sujeitos, exclusivamente, como agressores e outras como eternas vítimas, sem a capacidade de empreender respostas e desvios as violências que venham a sofrer.

Nesse sentido, é preciso lembrar, por exemplo, que mulheres lésbicas também são capazes de empreender atos violentos contra suas próprias parceiras. Avena (2011) compreende o tema como uma realidade que adquire, muitas vezes invisibilidade, afinal de contas, o foco principal quando tratamos da violência contra a mulher recai sobre os homens como os principais agressores. Mesmo com inúmeras pesquisas, é preciso refletir sobre as formas de violências domésticas empreendidas também por mulheres, pois elas existem. Isso não apenas desmistifica a noção de que processos de violência acontecem apenas pela diferença física, mas também permite relacionar a questão da diferença de poder entre sujeitos como uma variável extremamente importante para compreender o assunto.

Tal dinâmica de pensamento não ajuda a refletir apenas sobre a violência afetivo-conjugal, mas também sobre as mais variadas formas de violência tratadas até aqui, especialmente aquelas ligadas a questões de gênero e sexualidade na relação entre sujeitos em uma sociedade cada vez mais complexa. Ao mesmo tempo, isto significa não pensar a violência apenas como aspecto da dominação de um sujeito ou entidade sobre o outro, mas como uma disputa desenvolvida pela busca e manutenção do poder, capazes de revelar tanto violências, meios e formas de controle do outro quanto possibilidades estratégicas de subversão e emancipação dos que se apresentam fora do que é considerado “normal” e dentro de dinâmicas ditas desviantes.

Para Izumino (2003), as relações de gênero são como “formas de circulação do poder na sociedade”, ou seja, não são entidades fixas e imutáveis, mas dinâmicas passíveis de disputas em um contexto em que a heterossexualidade é contemplada como matriz detentora de poder. Podemos identificar sujeitos “abjetos” como sujeitos também em disputa por reconhecimento e por empoderamento. Nesse sentido, se a violência surge como instrumento para a manutenção de poder da heteronormatividade, é provável que sentir-se em perigo de perder a proeminência seja responsável por casos de violência contra homossexuais.

Neste aspecto, Michel Foucault (1976) demonstra como o sexo torna-se um forte mecanismo de regulamentação dos sujeitos, introduzido como instrumento da díade saber/poder mantenedora da exclusão de sexualidades tidas como patológicas. Formam-se normas na medida em que envolve-se questões relativas à moral, ao cuidado, ao

corpo, à liberdade e às possibilidades de exercício de si. Mesmo dentro destes mecanismos muito fluidos, o autor mostra como é possível pensar na transgressão dentro da própria lei criada, demonstrado na *Herculine Barbin*¹³ (1982), em que as possibilidades de subversão da norma por conta de sua intersexualidade e em tese pela “liberdade” ao transitar por entre as rígidas determinações do gênero e sexo.

Assim, se concordarmos que a violência não se manifesta apenas como instrumento para a manutenção de poderes de uns sobre os outros e que o gênero é construído a partir da binarização advindas de diferença de status, é possível pensar nas próprias determinações de gênero e sexualidade como formas de violência em si mesmas e como base para outras manifestações de violência mais evidentes. Parece fazer sentido, por exemplo, quando muitos sujeitos fora da matriz heterossexual afirmam não gostarem de “rótulos” sobre a sua sexualidade.

Judith Butler (2007), por sua vez, percebe nestes fatores o que vem a ser a *violência normativa*. A partir de *Problemas de Gênero*, a autora critica as diversas noções atreladas a legitimação de gênero, corpo, sexo, desejo, práticas, identidades e discursos, passando a criticar também a construção de certos aspectos como ideais. Em dado momento do prefácio da edição de 2007, a autora descreve em que circunstâncias reconheceu a violência das normas de gênero.

Crecí entendiendo algo sobre la violencia de las normas del género: un tío encarcelado por tener un cuerpo anatómicamente anómalo, privado de la familia y de los amigos, que pasó el resto de sus días en un «instituto» en las praderas de Kansas; primos gays que tuvieron que abandonar el hogar por su sexualidad, real o imaginada; mi propia y tempestuosa declaración pública de homosexualidad a los 16 años, y el subsiguiente panorama adulto de trabajos, amantes y hogares perdidos. Todas estas experiencias me sometieron a una fuerte condena que me marcó, pero, afortunadamente, no impidió que siguiera buscando el placer e insistiendo en el reconocimiento legitimizador de mi vida sexual. **Identificar esta violencia fue difícil precisamente porque el género era algo que se daba por sentado y que al mismo tiempo se vigilaba terminantemente.** Se suponía que era una expresión natural del sexo o una constante cultural que ninguna acción humana era capaz de modificar. También llegué a entender algo de la violencia de la vida de exclusión, aquella que no se

¹³ *Herculine Barbin: o diário de um hermafrodita*, refere-se à narrativa de uma pessoa intersexual (hermafrodita), no século XIX, criada enquanto do sexo feminino, mas que adota a identidade masculina posteriormente. Michel Foucault analisa a questão da construção da sexualidade e das possíveis subversões a partir dos diários de Herculine.

considera «Vida», aquella cuya encarcelación conduce a la suspensión de la vida, o una sentencia de muerte sostenida. El empeño obstinado de este texto por «desnaturalizar» el género tiene su origen en el deseo intenso de contrarrestar la violencia normativa que conllevan las morfologías ideales del sexo, así como de eliminar las suposiciones dominantes acerca de la heterosexualidad natural o presunta que se basan en los discursos ordinarios y académicos sobre la sexualidade. (Butler, 2007, p. 23-24, grifos nossos).

As noções de Butler (2007) são exatamente as formas de expressão da violência que vão desde as mais diretas, seu tio mantido internado como um doente, até a *normativa*, representada na forma de gênero como fixo e binário. Ou seja, existe uma violência que é desempenhada não apenas diretamente, mas também indiretamente. A última acaba sendo mais eficiente, pois dificilmente é percebida nas normas de gênero. Tais reflexões lembram a violência estrutural de Galtung.

Para Toneli e Becker (2010), a violência normativa não é um tipo de violência que se estabelece como norma, mas a norma em si mesma é violência, pois pode se manifestar sobre os corpos, na medida em que atuam no controle e estigmatizam os que não estão dentro da heterossexualidade compulsória. Para as autoras, tal processo pode ser visto mais além, pois as normas de gênero “tanto autorizam a violência física típica que nós reconhecemos rotineiramente como tal, quanto simultaneamente apagam essa violência de nossa apreensão” (p. 6). Atesta-se como o binarismo e a heterossexualidade compulsória promovem bases para que ações diretas ocorram, atuando como possíveis justificativas morais para diversas formas de violência, desde a exclusão dos sujeitos de suas bases sociais como a família, até a própria violência física, a exemplo dos casos de estupro corretivo¹⁴ contra mulheres lésbicas.

Adrienne Rich (2012) reflete, por exemplo, como mulheres lésbicas sofrem com a invisibilidade mesmo quando comparadas a homens gays, eles passaram por uma educação heteronormativa, marcada pela diferença de poder colocada como “essencial” entre homens e mulheres, ou seja, algo que podemos compreender a partir de nossas

¹⁴ O “estupro corretivo” se caracteriza pela violação dirigida às mulheres que se relacionam sexualmente e afetivamente com outras mulheres, não apenas mulheres lésbicas, mas também bissexuais e transexuais, como forma de “correção” de sua sexualidade quando forçada a relacionar-se sexualmente com um homem. Para Santos, Araujo e Rabello (2014), a “prática de violência sexual cometida por um ou mais homens, da família ou não, que estupram uma mulher que é ou consideram lésbica para que ela “deixe de ser lésbica” ou para puni-la por ser (ou parecer) lésbica” (p. 106).

leituras como uma estrutura de matriz heterossexual e de predominância do masculino sobre o feminino.

Berenice Bento (2010), por sua vez, lembra que a eficácia da heterossexualidade compulsória é tamanha, na medida em que as relações homoafetivas são marcadas por passividade e atividade. A divisão heteronormativa condiciona e relaciona, dessa forma, o comportamento masculino à atividade e o feminino à passividade, tal como reflete Bourdieu (2002). Tal noção pode ampliar-se para além das práticas sexuais, quando mesmo no cotidiano e nas tarefas diárias o binarismo heterossexista se impõe sobre os sujeitos, por vezes de maneira mais direta e outras vezes de forma mais silenciosa e simbólica.

Bourdieu, em *A dominação masculina* (2002), analisa bem tais questões, na medida em que o próprio *habitus* referente à mulher pode ser observado:

Essa espécie de confinamento simbólico é praticamente assegurado por suas roupas (o que é algo mais evidente ainda em épocas mais antigas) e tem por efeito não só dissimular o corpo, chamá-lo continuamente à ordem (tendo a saia uma função semelhante à sabatina dos padres) sem precisar de nada para prescrever ou proibir explicitamente (“minha mãe nunca me disse para não ficar de pernas abertas”): ora como algo que limita de certo modo os movimentos, como os saltos altos ou a bolsa que ocupa permanentemente as mãos, e sobretudo a saia que impede ou desencoraja alguns tipos de atividades (a corrida, algumas formas de sentar, etc.); ora só as permitindo à custa de precauções constantes, como no caso das jovens que puxam seguidamente para baixo uma saia demasiado curta, ou se esforçam por cobrir com o antebraço uma blusa excessivamente decotada, ou têm que fazer verdadeiras acrobacias para apanhar do chão um objeto mantendo as pernas fechadas. Essas maneiras de usar o corpo, profundamente associadas à atitude moral e à contenção que convém as mulheres, continuam a lhes ser impostas, como que a sua revelia, mesmo quando deveriam de lhes ser impostas pela roupa (como o andar com passinhos rápidos de algumas jovens de calças compridas e sapatos baixos) (2002, p. 19 - 20).

Como pensar então essas dimensões e processos violentos contra mulheres lésbicas? Quais as especificidades e nuances que correspondem especificamente ao fato de serem mulheres lésbicas? Como elas percebem ou respondem as violências em suas formas diretas e indiretas? Gerados a partir da violência, os fatores tratados até aqui são responsáveis pelas formas de experienciar suas próprias vidas como mulheres lésbicas, marcada por meio de segredos, cálculos diários do fazer e não fazer devido à

insegurança, ao questionamento constante sobre a identidade como decorrentes de processos violentos.

Santos, Araújo e Rabello (2014) apontam para alguns elementos relacionados à violência que permeiam as vivências de mulheres lésbicas:

Mulheres envolvidas em comportamentos homoafetivos enfrentam opressão assombrosa; algumas são assassinadas, estupradas, forçadas a casamentos heterossexuais, ou internadas em instituições psiquiátricas. Algumas se suicidam, a outras é negada a guarda de suas crianças e o direito de adoção. Elas também têm sido proibidas de encontrar-se com suas amantes devido a cláusulas discriminatórias em leis que regulamentam imigração e exílio. O acesso a pensão ou herança de suas amantes mortas também lhes é negado, e tampouco têm direito a terras ou propriedades. [...] para evitar estigmatização social, prisão ou demissões, as lésbicas têm se enclausurado atrás de um muro de silêncio (BLACKWOOD E WIERINGA, 1999, p.26, APUD, SANTOS, ARAÚJO E RABELLO, 2014, p. 106).

Contudo, é preciso deixar claro que identificar-se enquanto mulher lésbica indica necessariamente diferentes formas de sofrer e lidar com violências, mas que também compartilham raízes com a violência contra o sujeito político *mulher*. Não é à toa que exista uma grande bibliografia sobre lesbianidades advindas do pensamento feminista e que refletem sobre a própria condição feminina (ADRIENN RICH, 2012; MONIQUE WITTING, 2001; JUDITH BUTLER, 2003, 2006, 2007, 2014).

Quando foi perguntado para as interlocutoras se haviam passado por algum tipo de violência por serem lésbicas, as respostas conduziam geralmente a exemplos de agressões físicas e psicológicas, lembrando situações de cárcere privado, *bullies*, xingamentos, surras, abusos sexuais, expulsões de estabelecimentos, agressões afetivo-conjugais, dentre outros. Algumas dessas lembranças ligadas diretamente ao fator gênero feminino e outras exclusivas por identidades lésbicas, o que não significa que não se cruzem, é o caso do temor sobre o estupro corretivo.

Por outro lado, com o aprofundamento dos questionamentos, foi possível observar como as violências latentes e as violências estruturais estavam constantemente presentes em suas vivências. Principalmente na forma como precisavam esconder ou não suas sexualidades, no uso do silêncio e do segredo em determinados momentos-chaves, no medo da família, na sensação de desproteção social, no anseio por respeito

no ambiente de trabalho, nos ambientes que deixavam de frequentar ou mesmo no preconceito contra si e contra outras mulheres lésbicas.

A violência no que diz respeito ao gênero e a sexualidade deve ser compreendida então como prática reguladora e de manutenção das sexualidades dissidentes. Do íntimo ao institucional, mulheres lésbicas têm sofrido agressões diretas e indiretas, sem que muitas vezes percebam. Nota-se que a violência pessoal, aquela mais facilmente identificável e sentida, pode gerar transformações mais rápidas que se desenvolvem por conta da provocação dolorida. Contudo, a violência estrutural desenvolve-se silenciosamente, passando despercebida e camuflada, além de tornar difícil o combate de forma efetiva. Não se trata, entretanto, de valorar, nesta pesquisa, qual delas causa maior angústia, dada a compreensão de que esta mensuração só pode ser dada pelos sujeitos em seus próprios contextos sociais.

Neste sentido, procuramos analisar, dentro das próprias narrativas de mulheres lésbicas, de que maneira diversos processos violentos se abatem em suas vivências diárias. Por isso, a proposta de ir a campo interrogá-las diretamente sobre o tema.

CAPÍTULO 3 - A RESPEITO DO CAMPO DE PESQUISA

3.1. Antes de ir ao campo de pesquisa

Determinados assuntos ainda são extremamente delicados de serem tratados. Violência e a relação desta com questões de gênero e sexualidade exigiriam certo tato. Todos, de uma maneira ou de outra, terão alguma opinião sobre as mais variadas formas de violência. Todos, de igual forma, terão episódios para contar, sobre o que aconteceu consigo e com os outros. O senso comum nos lembrará de como “o mundo está muito violento”, bem como “já não podemos nos sentir seguros em lugar nenhum”. Obviamente que estas expressões da semântica do cotidiano não brotam sem razão, baseiam-se nos casos mostrados nos jornais, dos mais sangrentos aos ditos mais austeros, a sensação de medo que nos acompanha nos ônibus, nos passeios. No julgamento do outro, na nossa aparente brutalização e insensibilidade com o diferente.

Mas ainda que todo esse contexto deva ser levado em conta. No plano sociológico, é preciso aprofundar-se sobre os temas, escavando-o. Bourdieu lembra-nos que a sociologia “é um esporte de combate”, criticar é necessário. Portanto, tratar de dois temas, por vezes espinhosos, é um processo sensível. Questionar sujeitos sobre as suas percepções e momentos que foram afetados por violências, deverá gerar estranhamento, por isso foi preciso bastante manejo para alcançar suas respostas e seus contra questionamentos.

Após a escolha da temática e o direcionamento metodológico a ser traçado, a escolha de mulheres que se propusessem a conceder uma entrevista foi o segundo passo. Nesse momento, ficou claro como falar sobre *violência* era uma proposta que precisava de cuidados. A procura dessas mulheres começou pelos espaços mais próximos, tais como: amigas, conhecidas, amigas de amigas. Dada a compreensão de que as várias formas de homossexualidades ainda carregam pecha de estigma e que tais sujeitos enquadram-se, muitas vezes, como desviantes., odemos reconhecer que a violência – pessoal e estrutural – é um processo inerente às vivências de mulheres lésbicas e, portanto, qualquer mulher que se identificasse enquanto lésbica e se dispusesse a me conceder uma entrevista teria chances de apresentar alguma perspectiva sobre violência.

Na primeira busca, em uma roda de conversa, perguntei se alguma das minhas amigas gostaria e poderia me conceder uma entrevista. A informação era de que o tema seria “formas de violências contra mulheres lésbicas”. Algumas acharam interessante, mas não tinham disponibilidade para uma conversa. Uma delas afirmou: “seria muito legal! Mas não posso ajudar você. Nunca sofri violência”. O que minha amiga provavelmente queria dizer era que nunca havia passado por uma forma de violência direta, como uma agressão física ou um xingamento, o que ela reconhecia como sendo violência de fato. Essa foi a primeira de uma série de respostas semelhantes ao propor uma entrevista. Isso serviu para confirmar que, independente de escolaridade e da classe, as chamadas violências indiretas ou aquelas violências diretas que não recorrem à agressão física são mais dificilmente reconhecidas, conforme o pensamento de Galtung (1969).

Ainda sobre esse aspecto, é necessário lembrar que ao propor que as mulheres me dessem uma entrevista, eu apenas informava o tema geral, “formas de violência contra mulheres lésbicas”, e não definia o que era violência. Mesmo durante as entrevistas, um dos primeiros questionamentos foi “Você já passou por algum tipo de violência por ser lésbica?”, e ainda que perguntassem: “mas que tipo de violência?”, a orientação era “o que você define como sendo violência.”. Isto é importante na medida em que não é a pesquisadora que impõe diretamente ao grupo pesquisado suas definições científicas e pessoais, mas sim os significados trazidos pelo grupo que deverão ser proeminentes nos resultados analisados. De toda forma, essa perspectiva também casa com a noção de que a violência é um elemento dinâmico a ser trabalhado e as percepções do outro tem mais importância nesse momento do que qualquer conceito fixo e científico que eu use para limitar a entrevistada.

Tal direcionamento metodológico permite que não procuremos definir fixamente o que é violência a partir da concepção do grupo de sujeitos, nem apenas o que seja violência a partir dos estudos teóricos, especialmente porque a violência contra mulheres lésbicas, ainda que inseridas dentro de violências homofóbicas, possuem particularidades como será visto ao decorrer da pesquisa.

É necessário diferenciar, além disso, a *definição* da violência e a *percepção* da violência. Talvez mais importante do que procurar um conceito fixo e imutável para o

que venha ser violência, seja trabalhá-la enquanto sua percepção e envolvimento pelos sujeitos ouvidos na pesquisa, o que influencia nas dinâmicas de relações sociais desenvolvidas por elas ao longo da vida.

Para Minayo (1994), “enquanto cidadãos, ao mesmo tempo sujeitos e objetos deste fenômeno” (p. 8), a violência nos impele a vivências individuais, ou seja, em sua complexidade, a violência poderá ser percebida diferentemente por quem a sofre, por quem a empreende e por quem a observa. Especialmente por estarmos tratando de processos e não entidades que se constroem em si mesma¹⁵.

A maneira como o roteiro de entrevistas foi construído leva em conta estas noções. Enquanto mulher lésbica, negra, escolarizada e de classe média, parte das questões se iniciaram a partir das minhas vivências e das violências sofridas por mim. Contudo, claramente elas não seriam suficientes para conceber formas de violência percebidas e sofridas por outras mulheres lésbicas. Mulheres mais novas e mais velhas, de cores diferentes, de classes diferentes, de escolaridades diferentes, de cidades diferentes, de vivências completamente diferentes das minhas tem direito à visibilidade.

Assim, em meio às conversas e as observações de casos sofridos por conhecidas e desconhecidas, na busca de sites com conteúdo voltado para mulheres lésbicas e principalmente na reflexão teórica sobre a sexualidade e sobre a violência, adentramos em um processo de construção de um roteiro de entrevistas que buscou investigar com profundidade questões bastante delicadas.

Sendo a violência um assunto tão amplo e capilar, foi preciso questionar seus relacionamentos amorosos, familiares e laços de amizades, suas percepções sobre formas de violência que não reconheciam como tal, sobre medo, sobre estereótipos, sobre definições a respeito de gênero e sexualidade, sobre espaços privados e públicos, além, claro, sobre políticas públicas e atuação governamental. Ao longo das entrevistas, outras respostas como “eu acho que nunca pensei sobre isso antes” aconteceram, não por ignorância, mas talvez porque refletir sobre esses assuntos implique em retomar

¹⁵ Tema tratado pela professora da UnB, Dra. Lia Zanotta Machado, em conferência realiza no dia 30 de novembro de 2015, na Universidade Federal da Paraíba – UFPB, com o título “Antropologia, práticas culturais e violências”.

experiências e memórias dolorosas ou também porque muitas formas de violência não são facilmente compreendidas como tal.

3.2. O Campo de pesquisa: recortes e trilhas investigativas

A pesquisa enquadra-se como sendo do tipo qualitativa, realizada através de entrevistas em profundidade gravadas em áudio e transcritas com consentimento das interlocutoras. Estas consistiram em mulheres que se identificavam enquanto lésbicas ou que se relacionavam amorosa e afetivamente com outras mulheres.

A violência, como tema central, foi definida para fins metodológicos como mais próxima as definições de Johan Galtung, ao tratá-la como estrutural ou pessoal. No que se refere a questões sobre gênero e sexualidade, a pesquisa volta-se para a noção de construção do corpo e do sujeito político lésbico como central para a compreensão dos tipos de violência que incidem sobre eles, justamente por serem compreendidos como sexualidades ditas desviantes ou dissidentes. Nisso, os *estudos queer* foram importantes, na medida em que compreende que o gênero é um devir e uma construção diária, uma performatividade, importando especialmente o pensamento de Judith Butler sobre tais questões e as reflexões de Joan Scott sobre a relação entre gênero e poder.

Tais perspectivas ajudaram na construção de um roteiro de entrevistas semiestruturado capaz de abordar algumas possíveis e variadas formas de violência empreendidas contra mulheres lésbicas, captando suas percepções sobre o assunto, bem como a relação destas com a violência de gênero.

Para a análise dos dados coletados, partimos de conceitos e reflexões sobre violência, gênero e sexualidade, alinhadas ao pensamento sociológico sobre a questão do desvio, de forma a contemplar a pesquisa tanto na temática sobre a violência quanto sobre as lesbianidades. Paralelo a isso, se entende que analisar as diferenças de poder entre os sujeitos é indispensável para a compreensão dos processos violentos expostos no decorrer das entrevistas, recorrendo aí especialmente às noções trazidas por Michel Foucault, Goffman, Elias e Becker. Entendemos também que estereótipos, estigmas, rótulos e marginalizações são formas de violências empreendidas contra mulheres lésbicas a partir das diferenças de poder impostas por questões de gênero e sexualidade.

A análise de seus discursos conta com a narrativa de suas biografias, remontando a momentos em que foram vítimas de violências, percebidas por elas como tais.

3.3. Das entrevistadas

3.3.1. Perfis e breves considerações

Tabela 1: Perfil das entrevistadas

Nome	Idade	Profissão	Escolaridade	Religião
Larissa	27	Bacharel em letras	Superior	Espírita/Evangélica
Eduarda	27	Arquiteta	Pós-graduada	Sem religião
Silvia	67	Professora Aposentada	Pós-graduada	Espírita
Beatriz	22	Jornalista	Superior	Ateia
Iara	39	Pedagoga	Superior	Católica “não praticante”
Carolina	23	Publicitária	Superior	Ateia
Adriana	22	Estudante	Superior	Católica “não praticante”
Suzana	36	Cuidadora de idosos	Fundamental	Candomblecista
Ana	48	Autônoma	Fundamental	Candomblecista
Paloma	24	Atendente	Ensino Médio	Evangélica “não praticante”

Antes de apresentar as interlocutoras e suas falas, desejamos citar aqui brevemente alguns marcadores sociais que devem ajudar no entendimento de suas perspectivas sobre as violências sofridas por elas e percebidas nas vivências de outras mulheres lésbicas.

Isto importa na medida em que autores como Simões, França e Macedo (2010) observam como determinados marcadores sociais, tais como: classe, “raça”/cor, idade/geração, junto com a sexualidade, operam como forma de classificar os sujeitos,

contribuindo para diferentes formas de relações, conquistas e, conseqüentemente, acreditamos, de lidar e perceber as formas de violências. É assim que se institui a construção das diferenças em conjunto com tais elementos.

Ainda para esses autores:

A classificação é o processo pelo qual indivíduos tornam-se sujeitos e atores sociais, apropriando-se de – ou sendo levados a se reconhecer em – determinadas identidades; o que, por sua vez, lhes abre determinados cursos de ação (2010, p. 41).

Esses cursos de ação podem, no contexto deste trabalho, ser entendidos como as formas de lidar com violências empreendidas pelas interlocutoras. Na visão de Piscitelli (2009), as diferenças de poder quando relacionadas com a questão do gênero e da sexualidade aparecem fortemente motivadas por outros marcadores sociais no que se refere a uma espécie de hierarquização de sujeitos no espaço homossexual. Iara, minha primeira entrevistada, resume bem essa noção quando a questiono sobre a forma de lidar com a violência a partir das diferenças de classe.

Diferença de classe muda tudo (risos). É tanto que eu... Quando eu comecei as minhas primeiras histórias assim... Eu falava pra um amigo meu: “É engraçado, rapaz! Eu preciso conhecer o submundo gay dessa cidade”. “Como assim?” “Eu quero ir pros bares, eu quero conhecer a galera pobre! Eu quero ver!” Porque olha, é muito fácil você olhar pra uma atriz, uma cantora “ah, olha, um exemplo”. Imagina, mesmo o homofóbico, só pelo status que a pessoa tem, respeita! Imagina, quem não vai respeitar uma Zelia Duncam?! Pode até chamar ela de sapatão, mas com respeito pelo trabalho, pela posição que ela tá na sociedade. Quem não vai respeitar um ator, uma atriz, um médico, um doutor, e tal. Mas eu quero saber quem é que respeita o viado. Quem é o viado? O viado é o pobre, né? A sapatão é a pobre. A rica não, é a lésbica. Quem tem status é diferente. A mulher pobre é sapatão.

Essa diferenciação entre classes e forma de ver sujeitos homossexuais é tema de estudo de Marsiaj (2003), em trabalho intitulado *Gays Ricos e Bichas Pobres: Desenvolvimento, Desigualdade Socioeconômica e Homossexualidade No Brasil*. Para o pesquisador, há um vão de diferenças no que se refere ao status de sujeitos homossexuais quando se leva em conta a classe social na qual eles estão inseridos. Para ele, essas questões socioeconômicas afetam “a criação de relações homoafetivas e redes homossociais, o uso de espaços comunitários, e a prática da violência contra gays,

lésbicas e travestis” (PÁGINA). Por consequência, acreditamos que também deverá afetar a forma de sofrer e lidar com as violências, partindo da ótica de mulheres lésbicas. Nesse sentido, destacamos elementos como suas profissões e escolaridades, onde podemos compreender o peso do status nos processos violentos nos quais estão inseridas.

No que diz respeito a percepção das interlocutoras sobre as questões ligadas à “raça” e cor¹⁶, nota-se que no geral, as possibilidades de sofrer violências para aquelas mulheres lésbicas e negras são intensificadas em comparação com mulheres lésbica brancas, por exemplo. A percepção dessa construção histórica sobre a noção de “raça”/cor no Brasil ajuda a entender como as interlocutoras percebem a coadunação entre duas experiências ditas desviantes ou mesmo “degeneradas”. Rodrigues (2013), por exemplo, em seu estudo sobre Madame Satã, relembra a constante perseguição policial sofrida por ele, enquanto um corpo fortemente desviante: negro, homossexual e malandro. Chama atenção, por exemplo, o famoso registro policial de uma de suas prisões que afirma, dentre outros fatores, que Madame Satã era “um indivíduo de temperamento calculado e mesmo propenso ao crime: um invertido, por todas as razões inteiramente nocivo à Sociedade” (p. 87).

Partindo da perspectiva da mulher negra, Sant’Anna, em seu livro “Canibalismo Amoroso” (1993), analisa a noção literária brasileira a respeito de um personagem específico: a “mulata apetitosa” na sociedade escravocrata. O problema apresentado é que essa noção ainda estaria presente no imaginário brasileiro. Ou seja, a mulher negra passa a ser a mulher “comível”, diferente da mulher “esposável” – branca – e seu corpo é lugar de prazer do masculino. Ela é retratada sempre como receptiva, amorosa e passional, para o homem branco. Além de permitir que o homem a domine, no aspecto vertical; no horizontal, das relações sociais.

Compreende-se, dessa forma, porque as interlocutoras enxergam mulheres lésbicas negras como mais vulneráveis à violência. Para além do racismo, a mulher negra e lésbica também sofre por não “cumprir” seu papel original, ela deixa de ser

¹⁶ O tema “raça”/cor das entrevistadas não foi diretamente questionado, direcionamos a pergunta sobre estes marcadores sociais para a relação com a violência que elas observavam em suas vivências entre “raça”/ cor, violências e mulheres lésbicas no geral.

objeto de prazer masculino quando recusa ficar com um homem para exercer a prática do desejo com outra mulher, contrapondo-se à “mulata”, como observado por Sant’Anna.

Sobre idade e geração, Alves (2010), nos ajuda a pensar, por exemplo, na invisibilidade das mulheres lésbicas mais velhas e, por consequência, a invisibilidade de suas experiências em relação a violência. Uma questão curiosa a ser observada é: para onde vamos quando envelhecemos? Santos e Carmo (2013) percebem, por exemplo, a falta do debate a respeito do envelhecimento, dentro dos próprios movimentos sociais das mulheres lésbicas.

Lembrando que Eisenstadt (1976) afirma que “a idade e as diferenças etárias estão entre os mais básicos e cruciais aspectos da vida e determinantes do destino humano” (p. 1). Para o autor, fortemente influenciado por Parsons, a idade é basilar para a compreensão das relações sociais e distribuições de papéis.

Da mesma maneira que a classe pode ser observada como marcador social hierarquizante quando falamos de gênero e sexualidade, a idade/geração dos sujeitos pode ser vista dentro de tal contexto. Perlongher (1987), por exemplo, trata das “tias” e as “mariconas”, homens gays mais velhos muitas vezes pejorativamente definidos por outros homens gays e por michês “sustentados” pelas *tias*.

A questão da religião não figurava como forma de violência nos questionamentos para interlocutoras. Elas sinalizavam a religião apenas como dado do perfil das interlocutoras, ao longo do roteiro de entrevistas e como resposta para questões diversas, como: “quais locais deixaram de frequentar?”; “quais contextos sociais motivariam agressões contra elas?”, a religião firmou-se como elemento de destaque em algum momento das narrativas. Assim, a representação da religião possui grande peso em suas visões sobre a responsabilidade das situações consideradas agressivas contra elas, mais especificamente religiões protestantes. Em contraposição ao observado pelas interlocutoras, Ana e Suzana enxergam o candomblé como mais acolhedor.

Destaco que a sexualidade dita desviante é o cerne dessas múltiplas possibilidades de percepção da violência em nossa pesquisa. Todos esses elementos não devem ser deixados de lado no momento das análises das entrevistas, mas nossa análise recai sobre as lesbianidades e a violência. Damos maior peso, então, aos locais em que se sentiram mais amedrontadas ou mais seguras, as pessoas com quem mantiveram relações de sociabilidade, os sujeitos que lhes agredem e sobre quais pretextos e motivações assim o fazem, por exemplo.

O que se observa em seus discursos é que elas próprias compreendem que para além da violência de gênero, também se agregam esses marcadores como atenuadores ou intensificadores das violências já enfrentadas enquanto mulheres lésbicas.

3.3.2. Das entrevistadas: contatos e impressões ao longo do caminho.

A primeira entrevistada foi Larissa¹⁷, 27 anos. Dentre as mulheres lésbicas que eu conhecia em João Pessoa, ela foi a primeira que se propôs a me dar uma entrevista. Larissa também foi a primeira pessoa a ser minha amiga quando cheguei à cidade, responsável por me apresentar outras mulheres lésbicas que também se tornaram minhas amigas. Nesse sentido, eu não passei pelas dificuldades apresentadas por Facchini (2008), em adentrar no “mundo” lésbico e conseguir informantes. A maior dificuldade se deu mais pela temática violência, do que pela sexualidade em si.

Na época da entrevista, Larissa estava morando em outra cidade da Paraíba, estudando para o mestrado em Letras, mas é natural de uma cidade do interior (aproximadamente sete mil habitantes) no sertão do estado, de família simples. Depois de um conturbado período na adolescência, veio para João Pessoa fazer faculdade – nota-se que outras interlocutoras passaram pelo processo de sair de casa para evitar conflitos ou livrar-se das situações violentas que se encontravam, muitas delas não voltaram ou voltam por obrigação com os pais.

Este conturbado ano começou quando a mãe descobriu o relacionamento que mantinha com uma prima, dona de “lindos olhos azuis”, aos 15 anos de idade. A mãe de Larissa descobriu isso por uma tia sua, que, por sua vez, era mãe da moça com quem

¹⁷ Todos os nomes apresentados nesta pesquisa são fictícios, a fim de preservar as entrevistadas.

Larissa estava namorando. Larissa já havia se relacionado com homens antes, mas a prima foi seu primeiro relacionamento homossexual. Ainda que hoje se veja como uma mulher lésbica, afirma relacionar-se com homens, o que mais uma vez quebra com o sistema fixo sexo-gênero-prática-desejo.

Não apenas a tia e a mãe de Larissa descobriram o relacionamento secreto, como o restante da família ficou extremamente incomodada. Antes disso, Larissa foi colocada, segundo suas próprias palavras, em cárcere privado pela mãe, apanhou dos irmãos mais velhos e foi obrigada a não ter mais qualquer tipo de contato com a menina de olhos azuis, trato que é mantido com a mãe até hoje. Dentre as violências sofridas dentro de casa, conta que só não foi expulsa porque isso significaria que as pessoas da cidade saberiam.

Me deixar presa, pelo menos na minha cidade, morando lá, significava que as pessoas não iam saber (...) e isso fez com que ela nunca me expulsasse, mas as agressões foram inúmeras. Até hoje, vez ou outra, ela solta alguma agressão verbal, achando que não é direcionada para mim. Existe um fingimento. ‘Melhor fingir que não sei’. Eu acho que ela tomou esse posicionamento.

Larissa conta que na época a mãe afirmava preferir que a filha tivesse morrido e que tinha nojo dela. Hoje, o relacionamento é “bem melhor”, mas o assunto e as namoradas de Larissa são espécies de tabu, ou seja, há nas palavras dela um “fingimento”. Na época da entrevista, Larissa não mantinha qualquer relacionamento amoroso, mas uma coisa importante chamou atenção sobre sua entrevista. Principalmente, ao relatar um caso onde ela e uma namorada foram abordadas por um rapaz em uma festa, Larissa conta que disse para o rapaz que “até ficava com caras, mas ele não era homem o suficiente”.

Esse pequeno fragmento, porém, importantíssimo, não impediu a continuidade da entrevista, mas certas dúvidas surgiriam dali: eu afirmava desde o início que a entrevista se daria com mulheres lésbicas, como amiga de Larissa nunca havia a visto relacionando-se com um homem e, repetidamente, nas entrevistas, eu afirmava “como mulher lésbica...” e não havia sido corrigida quanto a questão da orientação sexual, mas Larissa “ficava” com homens. Era preciso que as definições sobre mulheres lésbicas

fossem melhor desenvolvidas para compreender questões ligadas com a identidade e sexualidade, através de perspectivas mais fluidas e constantemente construídas.

Tal perspectiva foi de extrema importância para o restante das entrevistas e análises, especialmente quando pensamos em gênero, sexualidade e violência, na medida em que a própria tentativa de definição rígida sobre a sexualidade do outro entraria no *hall* das violências praticadas contra elas.

A segunda mulher entrevistada foi Eduarda, também de 27 anos, arquiteta, amiga de muitos anos de Larissa e que conheci por meio do grupo de amigas que Larissa me apresentou. Ficou muito interessada em dar a entrevista como forma de ajudar a pesquisa, além de tratar-se de um assunto que julgava importante. No dia da entrevista, Eduarda estava na casa da mãe, passando o final de semana. Marcamos lá. A mãe de Eduarda não estava, o que talvez a ajudasse a se sentir mais à vontade, pois ainda que a mãe soubesse que Eduarda era lésbica e estivesse tendo um relacionamento com uma mulher na época, o assunto também era delicado e recente. De certa forma, também me ajudava a fazer as perguntas sem ter medo de causar desconforto para ela.

Eduarda conta que o primeiro relacionamento com uma mulher foi por volta dos 19 anos, com uma amiga muito próxima e que nenhuma delas “sabia ainda o que era”, então era um relacionamento repleto de medos, dúvidas e preconceitos delas próprias com relação ao que estava acontecendo. De todas as interlocutoras, Eduarda foi uma das que mais tiveram facilidade de perceber as variadas formas de violência para além das agressões físicas, relatando que certa vez ajudou a mãe a fazer um trabalho sobre violência na escola para a faculdade, o que talvez tenha ajudado a discernir diversos tipos de violências.

Eduarda foi também uma das interlocutoras mais falantes e descontraídas, talvez por nos conhecermos um pouco, ela tenha ficado à vontade. Contudo, ainda que de forma relaxada, suas histórias remetem a situações, na minha visão, bastante complicadas e dolorosas, especialmente no que diz respeito a relação com familiares.

Não apenas no discurso de Eduarda, mas uma das coisas que mais chamou atenção em todos os discursos dessas mulheres foi justamente a forma como

conduziram seus relatos. Isso porque, situações muito desgastantes emocionalmente foram narradas como situações rotineiras, que foram superadas ou ainda que aconteceram como algo que se pode viver sem dar grande atenção. Talvez fosse uma questão de negar o peso que aquelas agressões poderiam ter. As violências passadas podem ter gerado danos consideráveis em suas identidades, relacionamentos e aceitação de si, mas para que isto ficasse visível em seus discursos, as entrevistas precisaram voltar para lembranças bastante anteriores e casos que pareciam esquecidos ou nem sempre contados, como nós fortemente atados que precisam de perguntas certas para desatar. Nesse sentido, diversas situações de violência relatadas por Eduarda foram sendo relembradas por ela própria, ao longo dos questionamentos sobre vários âmbitos da sua vida, como o primeiro relacionamento e as dificuldades em mantê-lo escondido de todos.

A terceira entrevista foi com Silvia, a entrevistada mais velha das dez mulheres que conheci, tem 67 anos, é professora universitária aposentada. Ficou entusiasmada com o tema do projeto, especialmente por ter se envolvido em debates e em militâncias sobre diversidade sexual no passado. Cheguei à Silvia por meio de uma conhecida do primeiro grupo de pessoas que Larissa me apresentou. Na época, eu tinha interesse em entrevistar uma mulher lésbica mais velha, especialmente porque a faixa etária das mulheres que eu conhecia estava muito próxima da minha e seria importante ter o ponto de vista de outra geração, contando em saber quais as diferenças e as aproximações que com relação às interlocutoras mais jovens, permitindo comparar como a questão da homossexualidade feminina vem se desenvolvendo ao longo do tempo, com mudanças históricas, econômicas e políticas. A expectativa era também de analisar se as formas de violência continuavam a repetir-se ou se mudavam com a idade e a época.

A entrevista de Silva foi bastante instigante. Natural de João Pessoa, ela foi a que mais trouxe histórias sobre sua vida e sobre pessoas que conheceu. Conta que ajudou uma jovem amiga a fugir de um hospital psiquiátrico, quando o pai da mesma descobriu que ela se relacionava com outra mulher. Lembra também que saiu de casa com 24 anos para casar com a primeira companheira e que, por isso, não achava que poderia ou deveria esconder dos pais o real motivo, já que naquela época mulheres não saíam de casa para irem morar sozinhas. Chegou a morar em outras cidades, mas voltou

para João Pessoa onde criou três filhos junto com a companheira, separando-se cerca de 20 anos mais tarde.

As lembranças de Silvia remetem a sua infância, ao relacionamento com os pais, familiares e amigos e algumas situações vexatórias, mas sem deixar de lado suas visões sobre como vive hoje. Alguns trabalhos procuram analisar a questão geracional e do envelhecimento com a homossexualidade, questionando inclusive sobre a invisibilidade que parece tomar conta desses sujeitos com o passar dos anos, por isso as falas de Silvia são importantes na tentativa de compreender a questão da mulher lésbica e da violência com relação ao envelhecimento.

Lembro que em rodas de conversas com outras amigas lésbicas, um questionamento ficou sem resposta: “o que acontece quando a gente envelhece?”. A questão da invisibilidade vem sendo assunto decorrente de trabalhos sobre mulheres lésbicas há bastante tempo, mas ainda assim pouco se fala sobre o envelhecimento dessas.

Beatriz, 22 anos, foi a quarta entrevistada, a conheci por meio de duas amigas heterossexuais. Ainda que bem mais jovem do que Silvia, minha entrevistada anterior, e inicialmente reservada em suas colocações durante a entrevista, as falas de Beatriz trazem situações bastante densas em relação ao silêncio e ao subentendido sobre sua sexualidade e sobre as violências indiretas com que convive desde cedo, já que o primeiro relacionamento com uma mulher foi aos 16 anos.

Poucos dias antes da entrevista, Beatriz havia contado para a mãe que era lésbica. A mãe e o pai moram em São Paulo, e, ainda que ela e os pais não morem juntos há 12 anos, achou que “era hora” de contar. O interessante é que ela não tem certeza se o pai sabe, apenas acha que a mãe deve ter contado para ele.

Em João Pessoa, Beatriz mora com uma tia, uma sobrinha e duas primas, nenhuma delas sabia “oficialmente”, no tempo da entrevista, de seu relacionamento atual com Carolina ou mesmo que havia namorado outras mulheres, mas ao mesmo tempo o “não dito” vira o condutor das relações familiares: “elas sabem, mas não sabem”, o que se torna mais fácil em sua visão, menos desgastante, mas que em outros

momentos parecem incomodar: “nenhum! nenhum lugar! nem na minha casa me sinto segura suficiente para isso [demonstrar afeto], só no meu quarto, pronto!”. Por outro lado, Beatriz define que não esconde o assunto, mas não trata sobre ele diretamente. Tal noção ajuda a pensar como estes processos são fluidos e tênues em relação a forma como os próprios sujeitos percebem dinâmicas violentas ou permeadas por medo de que elas aconteçam.

Não estar à vontade e ter receio da reação das pessoas refletem violências diárias passadas por Beatriz, experiências que não são incomuns para a grande parte de mulheres lésbicas obrigadas a esconder, manejar, silenciar sobre sua sexualidade, não apenas no ambiente familiar, mas também no trabalho e na faculdade. Beatriz traz então reflexões muito importantes sobre a questão do espaço, da visibilidade e das relações entre mulheres lésbicas permeadas pelo silêncio e segredo.

Após Beatriz, Iara, de 39 anos, foi a minha entrevistada. Na época de nossa conversa, ela namorava Silvia e foi por meio de uma outra pessoa conhecida que cheguei a conhecê-las. Iara trabalhava como servidora pública na área de pedagogia, morando em uma cidade próxima, estava sempre em João Pessoa para ver os pais e a namorada. A história de Iara sobre como “se descobriu” lésbica permite-nos, mais uma vez, pensar na sexualidade como algo muito mais fluido do que a rigidez do senso comum deixa compreender.

Antes de relacionar-se a primeira vez com uma mulher, Iara foi casada duas vezes com homens. O primeiro casamento foi aos 17 anos, o segundo aos 21. Apenas aos 30 teve o primeiro relacionamento com uma mulher. No momento da entrevista, Iara namorava há poucos meses com Silvia, ela conta que na verdade já se conheciam há muitos anos, Silvia era professora de um namorado de Iara, mas apenas anos depois se encontraram e iniciaram um relacionamento.

Interessante notar como sua perspectiva sobre a própria sexualidade e mulheres lésbicas são noções diferentes daquelas anteriores e posteriores ao momento no qual passou a identificar-se enquanto lésbica, especialmente quando se fala na percepção da violência e nas situações que envolvem possíveis agressões. Conta que sempre teve muitos amigos gays e lésbicas, e que mesmo fazendo parte de movimentos militantes

quando jovem, apenas percebeu o que significava “ser” lésbica, sofrer determinadas sanções e controle quando “mudou de lado”. Ou seja, se anteriormente Iara era “livre” para falar de seus casos amorosos e demonstrá-los sem medo, ao “virar” lésbica as coisas mudaram de figura.

Ao contrário de outras interlocutoras que sempre “souberam” ou exerciam suas sexualidades com outras mulheres, Iara traz a perspectiva a partir de quem passou muitos anos da vida pensando a própria sexualidade como algo “normal”. Torna-se interessante comparar seus discursos e percepções anteriores e posteriores ao início de relacionamentos amorosos com outras mulheres.

De igual forma, Iara percebeu como nas pequenas agressões diárias estavam ditas muitas coisas, por vezes piores do que agressões diretas, como na relação com a família ou na consciência de estereótipos relativos às aparências e “trejeitos”.

Carolina, 23 anos, foi a entrevistada seguinte da pesquisa. A indicação para sua entrevista foi dada por Beatriz, sua namorada, que acreditava que Carolina teria “boas histórias para contar”. De fato, Carolina tem uma das histórias mais peculiares entre as interlocutoras no que diz respeito ao momento que “se assumiu”. Natural de uma cidade do interior da Paraíba, Carolina saiu de casa antes dos 20 anos para morar em Campina Grande, segunda maior cidade do estado, e fazer faculdade. Depois dali, mudou-se para João Pessoa a fim de cursar outra faculdade e morar com uma tia, o que há de peculiar em sua história é que Carolina “foi tirada do armário” duas vezes. A primeira vez pela tia, ocasião bastante conturbada que culminou em uma sessão de exorcismo, a segunda vez pela mãe, quando passava um período de férias em casa.

A entrevista de Carolina transcorreu entre situações tristes e outras em que a própria entrevistada era capaz de contar aos risos, mas que merecem reflexões mais sensíveis. Uma das falas mais marcantes em seu relato diz respeito a não aceitação de si mesma e de seu desejo por outras mulheres. Ela lembra: “Eu sabia o que eu era desde sempre, mas eu tinha nojo de mim por causa da repressão que eu tinha em casa. Foi tudo muito conflituoso”.

Refletimos, neste trabalho, a respeito da violência estrutural. Carolina, a despeito da sessão de exorcismo, não passou por uma agressão física ou uma violência direta antes de assumir-se, mas dada a noção de que a homossexualidade implicaria em anormalidade e rejeição, Carolina passou a considerar-se abjeta e isso deve ser analisado mais profundamente.

A entrevistada seguinte foi Adriana, 22 anos, conhecida de Beatriz, que ficou interessada pela pesquisa ao conversar com essa última sobre o tema. De todas as interlocutoras, Adriana foi a que aparentava ter os menores problemas em lidar com variadas formas de violência. Em boa parte de sua fala, o que passa é que não deixava de fazer coisas ou nem tinha medo de que algo acontecesse por ser lésbica. Contudo, relata situações em que foi desdenhada por garçons, outras em que precisou conversar seriamente com sua mãe sobre sua sexualidade, além de admitir que não pode dizer “a verdade” para determinados colegas de trabalho e faculdade com medo do preconceito e discriminação.

Ainda que a percepção de situações violentas não fique bem delineada ao longo das entrevistas, nota-se quando determinadas situações trazem à tona dificuldades e medos em graus diferentes. A violência, dessa forma, possui amplas possibilidades de ação sobre os sujeitos e que nem sempre eles o admitem ou percebem. Além disso, graus de percepção dessa violência refletem a posição social destes indivíduos. As experiências de Silvia, professora universitária, por exemplo, serão necessariamente diferentes daquelas passadas por Ana, que tem baixa escolarização.

Adriana também questionou constantemente as categorias apresentadas a ela no momento da entrevista. Ela, por exemplo, afirmou não gostar de rótulos, mas que se precisasse identificar-se enquanto algo seria lésbica. Criticou também, a noção de “assumir” ser lésbica, segundo ela, isso carregava uma noção de que estaria fazendo algo errado, o que reafirma constantemente não fazer.

Estas entrevistas foram realizadas entre março e junho de 2015, analisadas no período específico. Ainda que com características e histórias diversas, as interlocutoras até ali possuíam certos marcadores sociais bastante semelhantes. Fachinni (2008) observa como parte das entrevistadas de sua pesquisa, oriundas da classe média, tinham

relações diferentes com familiares, por exemplo, no que consistia a aceitação da sexualidade pela família. Também reflete como, a depender dos bairros que habitavam, fossem periféricos ou centrais, a relação com a exposição da sexualidade e a violência seriam diversas.

Era evidente, naquele momento, que falar de um grupo de mulheres com curso superior, moradoras e frequentadoras de bairros e ambientes de classe média da cidade, não possibilitaria a percepção da violência de maneira mais ampla, especialmente quando o enfoque da pesquisa estava voltado para mulheres lésbicas em variadas intersecções.

Com isso em mente, comecei a questionar onde encontrar mulheres lésbicas em bairros mais afastados da praia, em João Pessoa, tidos como periféricos. Era de interesse saber se as formas de violências que elas me apresentariam, seriam de fato diferentes daquelas já lembradas pelas interlocutoras anteriores. Essa reflexão levou-se ao segundo ponto: eu, enquanto mulher lésbica, não conhecia mulheres moradoras de periferia, nem mesmo conhecia informantes que pudessem me levar até elas. Este foi o segundo maior problema encontrado em campo, obviamente que isso refletia as minhas próprias relações sociais e meu posicionamento social afastado daqueles meios.

A solução foi parcialmente resolvida com o contato com o *Maria Quitéria*, Grupo de Mulheres Lésbicas e Bissexuais da Paraíba, movimento social de João Pessoa, voltado para a proteção dos direitos dessas pessoas. Em uma reunião marcada com algumas militantes pude expor a temática do trabalho, o processo até aquele momento e a importância de falar sobre a violência contra mulher lésbica num contexto mais amplo. Então, pedi ajuda para que pudesse encontrar mulheres moradoras de periferias para analisar também as formas de violências as quais estavam expostas e fazer um comparativo com as outras entrevistas que estavam sendo realizadas até ali¹⁸.

Apresentei essa perspectiva para elas, na qual fui diretamente confrontada. Segundo uma das meninas, moradora de um bairro de periferia de João Pessoa, o Roger,

¹⁸ A iniciativa de não fazer entrevista com as próprias militantes se deu para que a amostra da pesquisa não fosse marcada apenas pelo discurso feminista (considerando a atuação da referida organização), que claramente não defendem os mesmos discursos que a maior parte da sociedade, a maioria. Assim, procuramos outros contatos que marcassem a diferença de classe e a escolaridade.

as meninas lésbicas ali, seriam em verdade muito mais abertas sobre suas sexualidades do que o apresentado por mim naquela conversa. O que ela observava na verdade, era uma maior abertura e mesmo demonstração de carinho em público sem que houvesse problemas. Na visão dela, o que eu apresentava na verdade não fazia sentido, pois a periferia não era um ambiente conservador, mas, sim, mais aberto do que eu poderia considerar. Talvez, os moldes do controle social fossem outros ou mais ou menos rígidos do que aqueles que recaíam sobre mulheres lésbicas professoras da universidade e responsáveis por manter determinado prestígio e status social que perpassavam, sim, a sexualidade, considerado como elemento definidor.

O marco social “classe” por si só, então, não seria representativo. Portanto, ainda que necessária a busca por mulheres que morassem e tivessem a maior parte de suas relações em bairros periféricos de João Pessoa, definiu-se ali a tentativa de comparar a relação da violência e a sexualidade com a riqueza, o poder e o prestígio em conjunto com a noção de classe.

Com isso em mente, a entrevistada seguinte foi Ana, antiga dona de um bar fora da região central de João Pessoa e que atualmente é dona de um quiosque em uma praça na mesma região.

A existência de Ana veio através das próprias interlocutoras, quando questioneei sobre os locais que elas conheciam em João Pessoa que fossem voltados para o público LGBT e especificamente para mulheres lésbicas. Ao menos três interlocutoras referiram-se a esse bar como um dos poucos lugares com tais características. Existiam em João Pessoa outros locais frequentados por mulheres lésbicas, mas Ana confirmou que em determinada época apenas mulheres lésbicas podiam entrar no bar. Infelizmente, o bar havia fechado já há bastante tempo, mas a dona havia virado referência, abrindo inclusive outros locais, mas não exclusivos para mulheres lésbicas, embora até hoje seja grande parte de sua clientela.

A minha rede de informantes não chegava até Ana, sendo assim, a solução foi enviar uma mensagem para ela por uma rede social, na esperança de resposta. Ana reunia a questão do prestígio no meio lésbico de João Pessoa, por ser reconhecida como dona de um local frequentado por mulheres lésbicas, além do fato de ser moradora de

um bairro fora de região central de João Pessoa, Mangabeira. Alguns dias depois, estávamos com a entrevista marcada, fui até a praça do outro lado da cidade para encontrá-la.

Além de me receber em seu local de trabalho, ela me apresentou seu filho, concebido por inseminação, e sua esposa. Os nomes dos dois eram tatuados nos antebraços. Ana me contou sobre os bares e casas de show que já foi dona, das dificuldades e das discriminações que passou, além das formas que aprendeu a lidar com todos esses processos. Mas ainda que tenha sido perseguida, em suas palavras, nesses anos todos, Ana é bastante reconhecida e ficou surpresa ao saber como pessoas desconhecias sabiam do seu antigo bar.

A entrevista com Ana foi interrompida diversas vezes pelo filho de cinco anos, pelos clientes que ainda começavam a chegar, pelos amigos e por vários conhecidos que passavam cumprimentando-a. Ela foi responsável por estabelecer uma ponte com as duas últimas interlocutoras, Suzana e Paloma, mas os processos de chegar até elas foram diferentes. Ana passou primeiramente o contato de Paloma, pois ao saber do tema da minha pesquisa achou que outro grupo de amigas, "que só tinha lésbicas", poderia me ajudar e Paloma fazia parte desse grupo. Ela seria a próxima entrevistada. Depois de trocarmos algumas mensagens, combinamos o dia e a hora, mais uma vez a entrevista seria realizada no quiosque da Ana.

No dia e hora combinados, Paloma se atrasou, por cerca de 2 horas. Ela e outras amigas estavam preparando um aniversário surpresa para Ana. Cheguei na hora que o quiosque estava abrindo e fiquei conversando com Ana enquanto esperava, mas ao contrário do outro dia que estive lá, uma funcionária estava no quiosque.

Entre conversas sobre a minha pesquisa, sobre as minhas histórias de como vim morar em João Pessoa e, claro, sobre a violência contra mulheres lésbicas. Suzana, a moça que trabalhava ali, passou na mesa e disse que estava indo na casa de Ana, que era ali próxima, para buscar algo. Quando ela se distanciou de nós, Ana disse: "essa também". Questionei se ela também "era" e Ana confirmou. Interessante dizer como não precisei dizer o que Suzana "era", tanto Ana quanto eu sabíamos sobre o que estávamos querendo dizer.

Quando Suzana voltou, Paloma já estava atrasada por mais de duas horas. Perguntei então se Suzana não aceitaria me dar uma entrevista, depois de alguns não envergonhados e o incentivo de Ana, que disse "não ser nada demais" e, provavelmente, com pena pela minha espera, Suzana aceitou, tornando-se minha nona entrevistada.

A história de Suzana era também muito interessante. De cabelos longos e bastante feminina, confesso que conhecendo os estereótipos sobre mulheres lésbicas, ela não se encaixava em nenhum, o que demonstrava mais uma vez a necessidade dessa pesquisa e, principalmente, de não se prender aos estereótipos.

Suzana trabalhava com Ana há muitos anos, teve o primeiro relacionamento com uma mulher apenas aos 23 anos, e de tanto frequentar os espaços montados por Ana, acabou trabalhando para ela. De todas as interlocutoras, Suzana foi a única a apontar espaços da periferia de João Pessoa como locais que gostava de frequentar. Citou o CAC do Rangel, famosa festa já pesquisada por De Leon (2015), e a *Ponte Preta*, no bairro do Mandacaru, ambos espaços que ainda que não fossem "gays" eram bastante tranquilos de frequentar, na sua opinião.

Paloma foi, enfim, minha última entrevistada. Jovem, de 24 anos, traz em suas falas muitas vivências para a idade, se compararmos com falas das interlocutoras com idades próximas com as suas. Engravidou aos 17 anos e foi casada com um homem até quando percebeu que na verdade "gostava de mulheres".

Frequentadora assídua do quiosque de Ana, conta que vai para lá quase toda noite. Ao falarmos sobre o tema da violência mais propriamente dito, Paloma passou a ser a única das interlocutoras que admitia ter figurado como agressora em um relacionamento íntimo. Ao encontrar a companheira com sua amiga, "na cama", ela conta que perdeu a cabeça. No momento da entrevista Paloma estava sendo processada por agressão, mas ressalva que a companheira também a agrediu, "foi mútuo". Isto ajuda a investigar a violência dentro dos relacionamentos entre mulheres lésbicas, pensando também no comparativo entre esses tipos de relação e aqueles entre casais heterossexuais, tópico que também será contemplado neste trabalho.

Todas as interlocutoras colaboraram com a pesquisa trazendo seus pontos de vista e ajudando a pensar sobre como seus discursos traduziam tanto violências diretas como indiretas. Acredito que seja interessante analisar suas percepções da violência e das lesbianidades a partir de marcadores sociais presentes em suas vivências; em como enxergam os mesmos elementos para outras mulheres lésbicas, tal como: classe, cor, idade; A forma como passaram por situações de violência, seus medos, suas relações. Com isso, poderíamos refletir sobre como a violência atua nas vivências de mulheres lésbicas.

CAPÍTULO 4 - DAS ANÁLISES DAS ENTREVISTAS.

4.1. A violência na construção de identidades: a “caixinha” lésbica.

Definir o que se é e, principalmente, definir o outro, é pensar na própria existência de categorias sociais e identitárias que permitem ao sujeito ver-se no mundo. Torna-se necessário investigar, portanto, esses processos de construção no interior das estruturas de poder, de controle e de coerção, que se utilizam da violência em suas variadas formas.

Assim, os sujeitos constituem-se como identidades fortemente moldadas e constantemente analisadas por inúmeros saberes institucionalizados, deixando rastros de normalidade ou patologia, principalmente quando falamos de sujeitos fora da matriz heteronormativa. As violências participam então de definições, conceitos, reconhecimentos, identidades e práticas, revelando-se expediente produtivo em suas mais variadas formas. Crettiez (2011), em uma análise de diversas teorias a respeito da violência, afirma:

A violência já não é considerada apenas expressão da cólera ou da modalidade não convencional da expressão política; é antes de tudo um meio de afirmar a identidade coletiva daqueles que praticam ou, ao contrário, um modo de negar a identidade dos que a sofrem (p. 17).

Por esse ângulo, a identidade, o pertencimento e o exercício de si são potencialidades de indivíduos e grupos que são violentados pela negação de seus potenciais. Ocorre que em uma série de constantes violações silenciosas ou gritantes, a auto identidade e a percepção de si, enquanto mulher lésbica, por vezes, parece difusa em meio a afirmação de uma identidade coletiva heteronormativa que define a outra como abjeta. Ou seja, ao fixar as definições do que é uma identidade “correta”, especialmente no que diz respeito ao uso do sexo, acaba negando o “ser lésbica”, pois essa situação está fora de um ideal normativo.

Tratamos de como a violência e as estruturas de poder estão enraizadas em nosso cotidiano de forma menos direta. Nas entrevistas é possível reconhecer também formas de diferenciação e de questionamento que são feitos a respeito da constituição sólida do pensamento heterossexual e predominantemente masculino. Há também variadas formas do feminino e do masculino, muitas vezes, contraditórias, na medida em que “as

concepções tradicionais de gênero estão voando aos cacos” (LE BRETON, 2014, p. 20). Em concordância com o pensamento de Butler, a identidade de gênero, as práticas, os usos e os comportamentos vêm se tornando cada vez mais maleáveis. É possível conferir estas noções a respeito da orientação sexual durante a entrevista com Eduarda, por exemplo:

Por muito tempo, eu me questioneei bi pelo fato de que eu já falei, eu também gosto de homens. Eu também sinto atração por homens, mas como eu me identifiquei pra relacionamento com mulher, porque pra mim isso é mais do que sexo, é um conjunto de fatores, então essa pra mim é a minha orientação, porque eu não só sinto atração, eu sinto a vontade de me relacionar, de me entregar, de etc. e tal. Então pra mim, lésbica (EDUARDA).

Se anteriormente as definições sobre a sexualidade eram, ao menos publicamente, mais rígidas e as díades feminino e masculino, que pressupõem aparências, exercícios e práticas atreladas, eram os exemplos a serem seguidos, podemos notar que as interlocutoras possuem reflexões mais amplas e maleáveis, especialmente entre as mais jovens, ao menos no que diz respeito a percepção da própria identidade.

Definir-se rigidamente pareceu questionável. Uma definição elementar não daria conta das diversas possibilidades de envolvimento amorosos, físicos, afetivos ou mesmo do desejo. Adriana, bem como Eduarda e Silvia, por exemplo, não descartam a possibilidade de que possam vir a ter um relacionamento com homens, e consideram que podem encaixar-se na categoria lésbica.

A questão de ser lésbica ou não, eu não gosto muito de me rotular, porque eu acho que é muito mais do gostar, se acontecesse de eu gostar de um cara, eu acho que a gente tá sujeita a qualquer coisa, assim como um cara que a vida toda foi hétero e se apaixonou por outro homem está sujeito a esse tipo de situação. Então, eu prefiro não dizer “sou lésbica”, “sou bissexual”, mas se for pra dizer o que eu mais me encaixo... Homossexual. Sou lésbica (ADRIANA).

De igual forma, os discursos empregados por outras interlocutoras demonstram que não sentem a necessidade de “rotulação” de sua sexualidade. Em diversas falas, refutam esses rótulos como incapazes de apreender toda capacidade de experiência em torno de suas práticas e desejos. Silvia (67), por exemplo, afirma que desde muito cedo

percebeu seu desinteresse por homens. Na sua visão, por outro lado, esse desinteresse se dá apenas no nível amoroso, no que diz respeito a questão da sexualidade é diversa da questão da aversão ao outro em todos os âmbitos da vida. Em sua visão as práticas amorosas são diversas e “potencialmente todo mundo pode ser bissexual”. Assim diz:

Se eu me apaixonasse por um cara, eu ia ficar com esse cara! Eu não queria nem saber! Só se ele não me quisesse. O que não é difícil, nessa idade (SILVIA).

Quando Butler (2014) analisa o processo de construção dos sujeitos e de suas identidades, podemos perceber a forma pela qual essa moldagem dos corpos é feita a partir de estruturas de poder “sexuadas e generificadas” (SALIH, 2013, p. 18). Tais estruturas de controle significam um grande peso da violência nesses regimes. Concordamos com a autora quando reafirma a noção de sexo e gênero como objetos não fixos, ao contrário da definição dos modelos dominantes.

As falas das entrevistas, nesse sentido, ajudam a perceber como os próprios sujeitos, fora da matriz heterossexual, enxergam tais processos. Contudo, a influência da noção de obrigatoriedade, que nasce com a crença da naturalidade do gênero, intervém diretamente no comportamento dos indivíduos, assim: “as possibilidades históricas materializadas por meio dos vários estilos corporais nada mais são do que ficções culturais, *punitivamente reguladas, alternadamente incorporadas e desviadas sob coação*” (Butler, 2014, p. 199, grifos nossos). Estas coações poderão ser mentais, morais ou físicas.

Larissa - [sofri agressões] dos meus irmãos quando eles descobriram. Depois de um mês, estava tudo tranquilo, mais ou menos tranquilo. Assim, estava já em cárcere privado, mas depois de um mês meu irmão me bateu.

Mariana - Cárcere privado?

Larissa - A minha mãe me proibiu de sair pra qualquer lugar, é... Eu só podia ir ao supermercado da nossa família que fica ao lado da casa e a missa quando ela ou os meus irmãos iam.

As ações que inscrevem as definições de gênero e sexo como binários e rígidos, ligam-se diretamente a processos violentos de legitimação desse status quo, justamente por firmarem-se em meio a “estruturas restritivas” como a dominação masculinista e a

heterossexualidade compulsória (BUTLER, 2014). A construção da própria identidade, portanto, passa a ser negociada em meio ao controle, domínio e vigilância, ou seja, em meio a violência. Podemos perceber na fala de Ana como esses processos estiveram presentes ainda na adolescência:

Quando eu era mais jovem, eu jogava futebol. Na minha época, a gente se escondia, de todas as formas, a chuteira, o short, o uniforme em si, pra jogar. Hoje em dia, você bota a chuteira no ombro, você é atleta. Antes, no meu tempo, eu saía, era "macho fêmea", era "sapatão", mas hoje em dia é atleta, não diz que é sapatão essas coisas nem nada não. Esse preconceito no meu tempo tinha demais (ANA).

A vigilância cerrada sobre uma prática socialmente ligada ao mundo masculino e cheia de impedimentos para o mundo feminino, fez com que Ana relembresse algumas formas de subverter a ordem, ainda que fosse escondendo a chuteira. Subverter, contudo, não é deixar de sofrer a vigilância, é encontrar entremeios para lidar com estruturas, de certa forma, violentas. Ainda que para Ana tenha havido uma mudança na visão do que "é" um "sapatão" (aquela com chuteira no ombro quando era jovem), isso não significa que formas de preconceito tenham sido extintas. Elas apenas completam a noção de que o gênero se comporta como uma ficção, definido a partir de arranjos morais e outros sistemas de controle - como a fofoca que poderia se espalhar pela pequena cidade de Larissa.

Isso indica que não faz sentido uma definição rígida sobre o que venha a ser mulher lésbica. Na verdade, se tivéssemos procurado a definição em um dicionário de conceitos, poderíamos ter corrido o risco de nos acomodar em significados polarizados ou essencialmente binários - feminino e masculino. Nesse sentido, para as nossas interlocutoras, as convenções vêm tornando-se menos fortes e, possivelmente, mais fluídas. Iara categoricamente afirma:

"Qual é o critério?" eu sempre questionava: "Qual é o critério pra gente dizer que é lésbica? Que é gay? A sensação que eu tenho é como se a gente tivesse entrando numa outra caixinha, sabe? Num outro quadradinho. Meu amigo, eu passei 30 anos dentro de um quadrado, que era hétero, aí eu tô entrando agora dentro de outro quadrado? Que loucura! Eu preferia que não existisse nome pra nada. Eu ainda acho que um dia talvez as minhas sobrinhas e netas vivam numa sociedade em que não precisa de nome pra nada, as pessoas são pessoas que amam livremente, quem quiser, da maneira como quer e que não

precisa ficar rotulando com letrinhas. Essa sopa de letrinhas aí (IARA).

O relato de Iara não é incomum. No momento de nossa conversa, ela estava com 39 anos e já vinha mantendo relacionamento com mulheres desde os 30 anos. A forma como teve que aprender a lidar com as coerções diárias, sofridas por mulheres lésbicas, são lembradas em diversos momentos, desde do momento de lidar com familiares até situações no trabalho - esconder a namorada ou impor uma identidade não “doentia”.

A percepção que Iara tem de si mesma é mais simples, menos problematizada em meio ao que poderia ser “de verdade”. “Seria” ela bissexual? Teria “sido” sempre lésbica? “Virou” lésbica? “Foi” hétero? Os verbos parecem ser sempre estáveis nestas perguntas. Destacamos que sair de uma “caixinha” para outra retoma a noção de molde ou de rigidez de um quadrado que não permite arestas ou maleabilidade. Se no passado essas caixinhas eram utilizadas como necessárias, os discursos como o de Iara não parecem insensíveis a diversos questionamentos a respeito das sexualidades. Retomando assim o conceito de violência de Galtung (1969), que nos demonstra que a violência é aquilo que impede alguém de suas possíveis realizações, a sexualidade e suas amplas possibilidades também podem ser cerceadas por um termo, uma “caixinha”, que não surge imparcialmente e descontextualizada.

Essa ampliação dos conceitos e das definições pode estar tornando-se cada vez mais espontânea, pois existe a defesa da necessidade de tratar a lésbica como um sujeito estratégico para o reconhecimento de direitos, como a união estável entre pessoas do mesmo sexo. Críticos como Licínio (2014) chamam a atenção para o que vem sendo colocado como assimilacionismo, ou seja, a política de tentar inserir-se em uma sociedade majoritariamente heterossexual por meio de uma “incorporação de hábitos e comportamentos tipicamente associados a cultura heterossexual” (p. 48). Sendo um desses hábitos a composição de uma família heteronormativa, calcada em sentimentos de afeto (o amor que justifica toda e qualquer ação) e no desejo de ampliar seu lar com filhos, por exemplo. Nesse tipo de inserção, talvez, seja preciso ou socialmente requisitado estar em uma “caixinha”.

Por outro lado, as interlocutoras observam que as situações de violência física surgem nos discursos de ódio. Questionadas sobre se o “ser” lésbica poderia motivar mais ou menos uma agressão, a interlocutora Beatriz respondeu:

Eu acho que sim. Se perceberem que é isso, vai virar um argumento contra você, um argumento a mais pra te denegrir, te xingar e tal. No meio da discussão, tá todo mundo xingando, percebe que você é, já xinga "Ê, sapatão do c*****" poderia acontecer sim. (BEATRIZ).

A problemática de categorizar o que é uma mulher lésbica pode caminhar na direção de outras “normas” atreladas à heterossexualidade, como o conceito de que em uma relação sexual entre duas mulheres uma delas necessariamente é passiva e a outra ativa, uma é a masculina a outra a feminina, uma é o homem e a outra a mulher. Esses enquadramentos são violentos, mas qualquer coisa que “saia” dessas normativas corre maiores riscos de retaliações, o mesmo paradigma se desenha para casais homossexuais masculinos. Por outro lado, a condição como mulher lésbica acrescenta a exigência do “feminino apesar de”: tolera-se, pois, ‘apesar de relacionar-se com outra mulher, ela parece uma mulher’. Apesar de se relacionar com outra mulher, ela ainda se enquadra em parte do significante “mulher”, em uma matriz heteronormativa. Tanto que nossas entrevistadas reconhecem que as mulheres mais “masculinizadas”, em suas aparências, correm maiores riscos de violência. Isso indica questões ligadas aos estereótipos, detalhado posteriormente.

Aguião (2008), em seu estudo sobre mulheres lésbicas no Rio de Janeiro, refere-se primeiramente ao termo “entendida” como comum e mais facilmente compreendido no campo. As próprias mulheres que a autora teve contato referiam-se a si e as outras como “entendidas”. Para a autora, além do termo ser mais frequente, ele garante mais “neutralidade”. Por outro lado, ainda observando os termos: “sapatão”; “caminhoneira”; “ladies” para designar mulheres homossexuais, notou como estas expressões “parecem se organizar um continuum, cujos extremos são marcados por uma associação aos desempenhos de gênero considerados mais masculinos ou mais femininos” (AGUIÃO, 2008, p. 301). Nesta pesquisa, a autora descreve “caminhoneiras” como “ativas” e “ladies” como “passivas”, relacionando a aparência com a prática sexual, tal qual

observado em relações homoeróticas entre homens, quem “penetra” é o ativo, logo o “homem” da relação; enquanto o “penetrado” é o passivo, logo a “mulher”.

Mesmo que seja preciso dar uma definição, como contestou Adriana sobre “ser” algo, esses conceitos, divisões, colocações estáveis de masculino e feminino, da butch e da femme¹⁹, da ativa e da passiva, não parecem mais ser o centro do debate para as próprias mulheres que têm práticas homoeróticas com outras mulheres, ao menos é o que demonstraram nossas interlocutoras. Ainda que termos possam ter sido levantados e diretamente relacionados a espécies de estereótipos, as interlocutoras não os reivindicaram como divisões fixas e reais, o que leva a pensar como tais aspectos vêm sendo desconstruídos ao longo do tempo.

Não apenas as velhas identidades fragmentam-se, como também se tem evidenciado constantes práticas que prescindem de definições. É o caso de Eduarda, por exemplo, que se intitula enquanto lésbica e afirma ter ficado com homens gays. Ou de Suzana que “adora” quando, por sua aparência, as pessoas não sabem à primeira vista que ela gosta de outras mulheres, por que isso a permite brincar com o imaginário das pessoas, revelando certa manipulação divertida e subversiva das caixinhas que tentam enquadrá-la.

Green (2000) nota que, a partir dos movimentos sociais por direitos e por novas formas de percepções da homossexualidade, as mudanças culturais levaram a compreensão de que o desejo não é mais atrelado a um sistema de gênero rígido, em que homossexuais masculinos não são mais compreendidos como mulheres presas em corpos de homens e vice-versa. Para minhas interlocutoras, a preocupação de estar dentro ou não da caixinha parece manifestar-se com menos pesar, talvez, porque, como afirma Butler (2014) “estar ‘fora’ da ordem hegemônica não significa estar ‘dentro’ de um estado sórdido e desordenado de natureza” (p. 190).

O interesse pelas formas de violência perpassa claramente a necessidade de entender também como elas enxergam a si mesmas e como são “enxergadas” (ou não). No princípio das ações de afirmação da identidade, mesmo de identidades mais fluídas, temos o processo de aceitação de si e a “saída do armário”, algo como tornar público

¹⁹ *Butch* pode ser compreendida como lésbicas masculinizadas e *femme* como a lésbica feminina.

esta mesma identidade construída, muitas vezes, em meio a coerção e a negação, tópico que veremos a seguir.

4.2. Sair do armário.

Encaixar-se numa caixinha específica traz uma série de requisitos de papéis sociais capazes de limitar o devir, a expressão e o mundo íntimo da sexualidade dos indivíduos. Ainda que as interlocutoras consigam no momento relativizar bem as situações e mesmo posicionarem-se de forma mais contundente e aberta em relação às suas práticas homoeróticas e identiárias, o processo de aceitação de si, que se liga diretamente com o fato de “sair do armário” ou assumir-se lésbica, nem sempre foi natural ou simples. Na verdade, elas apontam para situações que vão desde pequenos transtornos tratados com algum gracejo, até claras situações de abuso, bem como circunstâncias não percebidas por elas como violentas, mas que se caracterizaram como relatos de controle e agressões sutis.

Ao narrar às condições de construção de uma carreira moral dentro do desvio, Goffman (1975) trata como o indivíduo, ao perceber-se como possuidor de um estigma, é obrigado a lidar com distintas possibilidades de ação para manejar este estigma da melhor forma possível. Considerando, por exemplo, que a aceitação social plena talvez não seja possível: “assume o estigmatizado que a sua característica distintiva já é conhecida ou é imediatamente evidente ou então que ela não é nem conhecida pelos presentes e nem imediatamente perceptível por eles” (GOFFMAN, 1975, p. 14). Transportando esse conceito para nossa pesquisa, questionamos às interlocutoras: “Você é assumida?”. Entre o “ser/estar” e o “parecer” homossexual, há inúmeras variáveis a se considerar para confirmar, negar, esconder ou dissimular sobre um estigma: o cuidado, a percepção de si, o uso dos prazeres, a manutenção do medo e o uso dos estereótipos, na busca de aceitação dos outros.

Saber se nossas interlocutoras eram assumidas ou não, procurava compreender qual o papel e o peso dos processos violentos para a necessidade ou o desejo de

assumir-se enquanto lésbica, buscar uma identidade, considerando o entendimento de que “sair do armário” é revelar um segredo que poderia muito bem servir de proteção contra situações hostis ou agressivas.

Consta ainda como essencial o fato de que ser “assumida” tem uma variedade de momentos. Diz Eve Sedgwick:

Mesmo num nível individual, até entre as pessoas mais assumidamente gays há pouquíssimas que não estejam no armário com alguém que seja pessoal, econômica ou institucionalmente importante para elas (2007, p. 20)

Assumir, não é apenas a revelação de um segredo para outra pessoa – especialmente considerando a importância que a pessoa possui na vida do outro. Contar para os pais ou familiares, por exemplo, não tem a mesmas expectativas condizentes com o ambiente de trabalho. É preciso, muitas vezes, “assumir” primeiro para si, ou seja, admitir ou aceitar-se dentro de sua sexualidade dita dissidente para depois poder “assumir” para outras pessoas, caso ache necessário. Para Sedgwick, (2007), o armário configura-se a partir do momento que rígidas regras instituídas por uma heterossexualidade compulsória organizam o espaço público como o espaço da heterossexualidade e relegam ao privado, a homossexualidade. *Assumir*, portanto, é colocar em público o que se considerou tolerável apenas quando escondido.

Assumir, pode gerar uma série de encargos, mais leves ou mais pesados, a depender dos espaços para os quais se sai do armário. Para Miskolci (2009) não apenas a homossexualidade ficou relegada desde o início ao segredo, mas também a decisão de esconder ou não esconder suas práticas. O pesquisador lembra que “em contextos heterossexistas, ‘assumir-se’ pode significar a expulsão de casa, a perda do emprego ou, em casos extremos, até a morte” (p. 172). Ou seja, a decisão não se dá a respeito de revelar ou não sua sexualidade, mas em esconder ou não esconder algo que foi concebido como desvio, associado a características ruins e que pode (ou podia) apenas manter-se no privado.

Por vezes, este ato requer determinada postura de enfrentamento do sujeito e do grupo na posição de questionamento das estruturas, ou violências estruturais, que o

relegaram a um plano inferior. Quando questionada se era “assumida”, Adriana retrucou:

Essa ideia de assumir, eu discordo muito. Porque pra mim a gente assume se a gente fizer algo errado e a minha opção sexual eu não considero como algo errado. Então, eu não preciso chegar pra minha mãe ou meu pai e dizer “olha mãe, pai, eu sou lésbica” porque nenhum hétero chega para o pai, para mãe “olha, pai, sou hétero!” (risos). Mas, assim, a maioria das pessoas que têm contato comigo sabe (ADRIANA)

A fala de Adriana contesta não apenas a necessidade de que os outros saibam sobre suas práticas e desejos, mas também a definição e carga da palavra *assumir*. Ela, nesse sentido, intuitivamente percebe as diferenças entre esconder e revelar. Quando há a possibilidade de revelar algo é possível revelar coisas positivas, divinas. Coisas boas, como bem se sabe, não são escondidas, se algo é escondido, o senso comum dirá que é negativo de alguma maneira. Assumir que se fez ou que se “é” algo, relaciona-se a esta noção de que foi preciso assumir uma coisa vista como ruim.

Por outro lado, para assumir sua sexualidade, sair do armário, não é necessário dizer, explicar, justificar ou relembrar quais os motivos com todas as letras. Além disso, para esconder não basta apenas negar, é preciso uma série de ações e procedimentos bem dirigidos e calculados que permitam que os fatos que denotam a sexualidade de uma pessoa sejam escondidos.

Se nos termos de Goffman, o estigmatizado é capaz de esconder sua possível condição de desacreditável, especialmente se seu estigma não é aparente, os discursos empregados podem ser bem trabalhados entre o segredo, a omissão e o silêncio. Giddens (1992) exemplifica um pesquisador que pedia a pessoas heterossexuais que ocultassem seus companheiros em seus discursos sobre o cotidiano por um dia, na tentativa de apontar a difícil atenção que pessoas homossexuais precisam ter quando, por alguma razão, não podem deixar que os outros saibam de seu relacionamento afetivo ou práticas com pessoas do mesmo sexo.

Ainda assim, se a fala de Adriana remete em certos momentos a menores problemas na acepção de sua lesbianidade, para outras mulheres o extremo inverso se

converte em exemplo de como a violência, conforme concebemos aqui, tem papel de destaque em suas biografias. Carolina diz:

(...) eu demorei a me aceitar, exatamente por causa da minha família, tanto que a minha primeira namorada foi só quando eu tinha 20 anos. Eu nunca tinha ficado com nenhuma menina. Eu sabia o que eu era desde sempre, mas eu tinha nojo de mim por causa da repressão que eu tinha em casa. Foi tudo muito conflituoso, essa parte de eu me ver gostando de uma menina que também gostava de mim...
(CAROLINA)

O discurso de Carolina remete a sua juventude quando caracteriza a si mesma como patológica ao ponto de ter nojo dela mesma. Assumir-se, neste contexto, levou tempo e necessidade de reconstrução da própria identidade, coisa que só aconteceu, na sua concepção, quando saiu de casa, revelando o peso da família nestas situações.

Eduarda também traz em sua fala uma reflexão de como a violência impede a realização do indivíduo de maneira plena. Principalmente ao considerar que sua saída do armário foi gradativa, durante oito anos. Primeiro contou para os amigos mais próximos sobre seu relacionamento. Em seguida, há cerca de um ano, contou para a família, não o relacionamento anterior, mas o atual.

Questionada sobre a razão pela qual matinha segredo sobre o assunto, afirma que “era uma questão que a gente [a namorada e ela] não sabia ainda o que era, a gente foi a primeira uma da outra, então, havia uma série de dúvidas, uma série de medos, uma série de falta de conhecimento sobre mim mesma e preconceito”. Tanto Carolina quanto Eduarda contam sobre o preconceito sobre si mesmas e a necessidade de desconstrução dessa visão para poder desenvolver relacionamentos vistos como positivos e saudáveis, não apenas os amorosos, mas também os familiares e amigáveis.

São diversos os fatores que levaram as interlocutoras a “sair do armário”, fosse a necessidade de não esconder um segredo ou a necessidade de buscar liberdade que julgavam não ser possível caso estes âmbitos de suas vidas fossem silenciados à força. Silvia, entrevistada mais velha, apesar de considerar João Pessoa uma cidade “muito mais provinciana do que hoje”, acredita que assumir-se para os pais aos 24 anos foi a decisão mais correta.

Eu estava saindo quando contei, e aí eles não entendiam porque eu queria sair, né? Eles não aceitavam. Inclusive meu pai. Eu vou ter que dizer, eu ia inventar o que? Então eu cheguei e disse, não foi fácil, mas eu disse. (SILVIA)

Para Paloma, a situação precisou de cuidados para com toda a família, em especial por ser casada na época e precisar enfrentar o preconceito do próprio marido. Mas conta que a única pessoa realmente importante, em suas palavras, era o filho:

Já tinha quase dois anos que eu não tinha nada com ele [o ex-marido], porque eu não conseguia. Assim, eu acho que o preconceito maior que a gente enfrenta no começo, no início de tudo, é consigo mesmo. Aceitação com a gente mesma. Então assim, eu já estava numa situação que eu não aguentava mais! Sabe aquele negócio dentro de mim? Que até um dia eu cheguei pra ele, conversei com ele e disse que não dava mais, que eu não estava aguentando, que era isso. E a gente brigou feio. Ele disse que já sabia e até então ele também não fala mais comigo. Ele quer ver qualquer coisa na frente dele menos a mim, pela minha opção sexual mesmo, pelo que eu sou. Aí então cheguei, conversei com meu filho, que é a pessoa primordial da minha vida. Depois cheguei na minha mãe e falei o que eu era, meu pai, enfim minha vida é um livro aberto todos sabem o que eu sou. (PALOMA)

Enquanto a maioria das interlocutoras teve a possibilidade de mediar e controlar a forma como saíam do armário: preparando formas de dizer, quando dizer ou mesmo esperando determinadas reações mais agressivas, outras não puderam fazer o mesmo e as situações de violência foram mais pronunciadas, como o cárcere privado de Larissa.

Alguns processos podem ser ainda mais delicados e gradativos, na medida em que “se assumir” para uma pessoa possui repostas incertas no que diz respeito a aceitação e a negação. Carolina curiosamente foi “retirada” do armário por duas vezes em sua família, uma pela tia e a outra pela mãe. Não partiu dela a decisão de contar, tendo sido pressionada para explicar situações que não deixavam dúvida sobre o fato de relacionar-se com outras mulheres.

Na verdade, a minha mãe que descobriu porque na verdade ela é muito bisbilhoteira (...). Eu namorava, tinha uns 5 meses eu acho, sendo que a minha namorada era daqui de João Pessoa. Aí eu voltei pra cidade de férias, foram três meses de férias, aí no final de janeiro mais ou menos, 2012... Ela encontrou coisas e presentes que a minha namorada tinha me dado dentro da bolsa do meu violão, aí veio me perguntar. (...). Ela foi super cedo, eram 6 da manhã, ela estava saindo pra trabalhar, ela foi procurar um negócio lá na bolsa, sendo que ela

nunca mexe lá, por isso que estava lá, sendo que ela mexeu e obviamente... aí encontrou as coisas, ela leu as minhas cartas (...). Ela botou um perfume no pulso dela, e veio.... Eu só senti o perfume assim! Acordei com o perfume e ela “de quem é esse perfume?”. Eu com o coração na boca. E eu: “Sei lá!, amostra grátis”, uma coisa assim... Aí ela ficou calada, e fez: “quem é Gabriela?”. Foi aí que eu acordei, assim. Sentei, olhei pra ela, “Mãe, sou gay”, inclusive nessa época, eu mesma não tinha desconstruído isso em mim da palavra lésbica, eu usei a palavra gay. Aí pronto, aí ela botou pra chorar, começou a chorar desesperada, e dizer “Não! Não! Não!, Você não é, e não! Isso são está acontecendo, e não!”. (CAROLINA)

A situação foi ainda mais inusitada com a tia.

Antes da minha mãe descobrir, minha tia daqui descobriu, logo quando eu vim pra cá, eu morei com uma tia daqui, 6 meses. Evangélica, tipo muito, dessa que fica ouvindo música alto e repetindo as coisas. Aí toda vez quando eu acordava “Cadê meu celular?”, ela estava com meu celular ligando pra Deus e o mundo (...). Aí numa dessas vezes, uns 2, 3 meses, ela resolveu ler as minhas *sms's* e aí ela viu. Um belo dia, eu estava lá fazendo meus trabalhos da universidade e ela me chama no quarto com a cara super séria. E aí quando eu entro no quarto, tá a Bíblia aberta na minha cama e uns folhetos, uns negócios. Ela ficou conversando comigo um tempão, conversando não, ela ficou me acusando, falando um monte de m*****, repetindo as mesmas coisas de sempre, da Bíblia, de Deus. Ela chegou a baixar a minha cabeça e tenta me exorcizar! Eu passei por um exorcismo, da minha própria tia! (risos dela) foi bizarro! (CAROLINA)

A religião não surge, portanto, como um assunto desprovido de contexto nessas falas, principalmente nos discursos das interlocutoras que marcam a religião como elemento central para suas famílias. O foco apresentado pelas interlocutoras no que se refere ao entrelaçamento com o preconceito, a violência e a religião, parte da compreensão de que seus rótulos e estigmas contam com a fundamentação de representantes de determinadas religiões. Para Carolina, o afastamento da família, dentre vários motivos, se dá também pela visão de sua sexualidade enquanto pecado ou sacrilégio.

Eu tenho dois tios, primos, tias e tios meus, meus padrinhos, meu padrinho é pastor, é engraçado. Tem uma parte da minha família que é evangélica e outra parte que é católica, quando o assunto é religião eles não se entendem bem, mas nesse ponto [a sexualidade] todos concordam. (CAROLINA)

Beatriz e Iara registraram outras circunstâncias quando questionadas sobre o fato de serem assumidas, principalmente em conformidade com a tensão entre segredo e revelação. Beatriz define a situação como “engraçada, porque não é para todo mundo. Recentemente eu assumi pros meus pais, eu moro com a minha tia aqui, e ela não... teoricamente não sabe”. Beatriz teve seu primeiro relacionamento aos 16 anos, ninguém da família sabia, tampouco seus amigos, o que era mais simples de ser escondido porque a namorada morava em outra cidade. Até hoje, o assunto é bastante subentendido, mesmo estando em outro relacionamento, os limiares entre quem sabe, o quanto sabe e a manifestação destes saberes são muito tênues – falaremos mais sobre Beatriz quando tratarmos de segredos.

Iara, por sua vez, tem outra visão sobre “sair do armário” e “assumir”. Ela acredita que é preciso que a pessoa assuma, admita ou aceite primeiro para si, considerando que isso tornaria todo o processo menos complexo, talvez mais seguro quando os questionamentos e os embates surgirem. Isso não é um processo simples, quanto a sua própria história conta: “eu me sinto muito assumida pros meus amigos, agora pra minha família não, pra minha família é meio... assim todo mundo... acho que já percebe. Eu falo já porque talvez a minha história seja um pouco atípica.”

Iara casou-se duas vezes e até os 30 anos de idade teve apenas relações amorosas com homens. O primeiro casamento foi aos 17 anos, “novinha”, acreditava que havia cumprido todos os deveres padronizados que deveria cumprir enquanto esposa. O outro casamento foi aos 21 anos, durou cerca de um ano, com um estudante de letras. Assim que terminou, decidiu que não voltaria para casa dos pais, já tinha lutado “um bocado” para ter independência financeira, além de remeter ao seu contato com estudos feministas que parecem ter lhe dado outras visões sobre a questão da mulher e a liberdade. Assim, considera que o rompimento com as regras conservadoras dentro de sua família entre os 21 e 22 anos foi fundamental para que não precisasse prestar contas sobre a vida pessoal. Mais uma vez, a separação entre público e privado:

Então, desde aquela época, aprenderam a me respeitar, a saber assim que eu não sou bobinha, que eu não sou fácil, então talvez por isso hoje a questão da homossexualidade na minha vida não tenha sido uma coisa que as pessoas pensem em se meter ou em fazer algum comentário, porque desde muito tempo eu já coloquei limite de que a vida era minha, então veio como uma coisa a mais, sabe?

Como afirmamos anteriormente, existem diferenças em “sair do armário” para diferentes pessoas. Na verdade, o espaço que uma pessoa ocupa na vida de outra é importante no momento de selecionar a pessoa que irá compartilhar os assuntos que envolvem parte da vida de mulheres lésbicas, uma parte que por sinal tem grande relevância.

Essas relações podem ser feitas a partir do interesse desses sujeitos na ampliação de possibilidades, como demonstra Green (2000), ao estudar os espaços de flerte entre homens homossexuais, no início do século XX, no Rio de Janeiro e São Paulo. O autor lembra que assumir para outros – não necessariamente contando, mas aparentando também - é importante no jogo amoroso, afinal, como se dará uma conquista e flerte se não há a certeza ou mesmo a pista de que ambas compartilham dos mesmos interesses amorosos? Beatriz, por exemplo, afirma que não tem muitas amigas lésbicas, mas tem um número reduzido de pessoas próximas de outras esferas como universidade e colegas de trabalho que sabem que ela é lésbica. Questionei, então, como ela fazia para conhecer outras pessoas que fossem possíveis relacionamentos amorosos:

Beatriz - Eu não sei flertar! (risos) eu não chego em ninguém, eu não faço nada, eu fico lá quieta, na minha... Eu não dou em cima das pessoas, só quando eu tenho certeza que é, aí eu...

Mariana - Mas como você faz pra ter certeza?

Beatriz – Geralmente, tem amigo em comum né? Porque todo mundo conhece todo mundo e se conhece, ainda mais em João Pessoa, todo mundo se conhece. Aí a gente sabe que é... Ou então alguma amiga: "Ei, eu tenho uma pessoa legal pra te apresentar!". Aí bum! Por mais que você não fique, mas você acaba virando amiga!

De igual forma, ter amigos externamente rotulados como desviantes, como avalia Becker (2008), pode tornar mais simples a sociabilidade entre estes indivíduos, fortalecendo o senso de identidade, proteção e segurança. Eduarda, por exemplo, reconhece no fato de não ter tido amigas lésbicas, “um grupinho” ou a quem recorrer sobre dúvidas mais íntimas em relacionamentos, não ajudou a ter mais facilidade em se aceitar, principalmente nas descobertas de um primeiro relacionamento. Diferentemente de Adriana, para quem reconhecer-se como lésbica foi “muito natural. O problema foi

entender porque que eu era diferente das outras meninas. [...] até porque não paquerava com os meninos da escola”, e tendo encontrado um grupo na escola que:

Tinham 5 homossexuais, eram 3 amigos meus, uma amiga que era bi, e eu. Então eu me achei! Então quando você tá ao redor de pessoas que são como você, você se sente à vontade de mostrar para as outras pessoas o que você é de verdade.

Para Larissa, a falta de um grupo fez diferença também na forma de lidar com a violência que sofreu pela família. Decorreram daí medo, estresse, insegurança com a possibilidade de intolerância, castigo físico ou psicológico, desprezo do outro e etc. sem a possibilidade de um suporte de relações exterior ao grupo familiar.

Minha mãe disse que queria que eu tivesse morrido, dizia que ia se matar e que a culpa era minha, que eu dei a maior decepção da vida dela. Ela não conseguia imaginar ter alguém como eu. Então teve a violência física uma vez, mas a psicológica é a pior, você não ver sua mãe olhando no teu olho. (LARISSA)

Questionei as interlocutoras sobre os tipos agressões que sofreram, se algumas figuravam como mais dolorosas, por terem sido cometidas por pessoas mais próximas ou familiares, em oposição àquelas cometidas por desconhecidos. As respostas voltaram-se para a primeira opção, todas reconheceram que as violências praticadas por familiares eram consideradas como piores, mais tristes e dolorosa. Embora, Silvia tenha relativizado as violências a depender da pessoa que recebe a agressão, já que nem sempre “uma agressão vai ser uma agressão”, seria preciso compreender o contexto que a envolve.

Notamos que o questionamento tinha a intenção de diferenciar as noções de familiares e pessoas próximas, por isso falávamos em uma ou outra categoria. Mesmo assim, todas se voltaram para questão familiar, sem mencionar outros conhecidos, como: amigos, colegas de trabalho ou vizinhos que possam manter algum tipo de contato mais regular com elas, por exemplo. Isso importa na medida em que o 2º *Relatório Sobre Violência Homofóbica No Brasil: Ano De 2012* (BRASIL, 2013), divulgado pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR), ao analisar as relações existentes entre suspeitos e vítimas que se conheciam, como familiares - mães, pais, irmãos, dentre outros -, empregadores e empregados,

companheiros e ex-companheiros, professores e amigos, também são suspeitos de cometerem violências.

Entre as denúncias que chegaram ao conhecimento do Governo Federal, no que diz respeito a porcentagem de vítimas que conheciam os agressores, 58,9% das vítimas conheciam estes suspeitos. Obviamente que a metodologia utilizada pela pesquisa da Secretaria conta com dificuldades para avaliar todas as questões relativas à violência. O conceito que utilizamos em nosso trabalho extrapola ainda mais as definições possíveis de serem estudadas pelo próprio tipo de pesquisa – quantitativa – realizada.

Por outro lado, esses dados corroboram para a compreensão de que casos de violência homofóbica existem em grande escala e que as ocorrências de denúncia se referem em maior grau às relacionadas com familiares e pessoas conhecidas. Assim, mesmo que não seja possível definir se as ocorrências dos dados estatísticos do relatório apresentam-se na mesma proporção, a partir da nossa pesquisa é possível conferir como, em maior ou menor ocorrência, o peso das agressões cometidas por familiares, nas mais variadas formas de agressão, tem maior lembrança do que as formas cometidas por desconhecidos.

Nota-se que a família, especialmente incorporada nas figuras maternas e paternas, surge com mais ênfase e frequência nos discursos que respondem a questões que versam sobre esta “saída do armário”. Assim, não necessariamente todos devem ou precisam saber sobre suas sexualidades para que estas mulheres considerem que “são” assumidas ou mesmo que reivindiquem identidades e práticas como suas, mas as famílias ocupam um papel especial nesses contextos.

Para Adriana, por exemplo, é possível anular uma pessoa desconhecida de suas vidas, mas não se pode fazer isso com uma tia ou uma prima. Carolina também concorda que desconhecidos podem sequer importar em sua vida, mas classifica que não apenas a violência é mais dolorosa por parte da família, como também é responsável por mantê-la distante das relações familiares, afinal ela não pode ser a mesma quando estão próximos.

As outras interlocutoras concordaram com a noção de que as violências que se perpetuam em meio familiar são aquelas que trazem maior sofrimento. Larissa e Beatriz destacam que a confiança é a responsável por fazer esses laços mais atados, na medida em que as expectativas de cuidado e de proteção são proporcionais a decepção com que percebem as violências cometidas por seus entes.

Nesses aspectos, as interlocutoras trazem à tona a necessidade de “liberdade” financeira como forte elemento para que possam expressar livremente sua sexualidade, algo como “não dever nada a ninguém” permite que, mesmo não se desvencilhando de preconceitos, possam reagir ao menos no que diz respeito às pessoas que as sustentam.

Olha, você quer viver a sua vida independente de ser homossexual ou não, você quer viver a tua vida? Sua independência começa pela independência financeira. Não tem outra saída, nesse mundo que a gente tá, capitalista, você tem que se virar, não dá pra ficar dentro de casa e sendo sustentado pela família e querer que o outro engula você de todo jeito, é meio incoerente, né? Liberdade dá independência com os pais ou pessoas de quem dependem financeiramente. (IARA)

A noção relatada por Iara é compartilhada por outras interlocutoras, como Silvia que saiu de casa ainda jovem de maneira que não dependia do dinheiro dos pais. Além da questão do dinheiro, Silvia lembra da noção do prestígio, pois a partir do momento que vira professora, ela adquire um status positivo para os pais.

Eu costumo dizer que eu agradeço muito a Deus pela minha vida, inclusive foi uma intuição muito grande que eu tive logo cedo, de que eu tinha que me organizar bem, pra sofrer menos, [...] então, mas assim, eu consegui me enquadrar um pouco e conquistar espaço social, eu sempre trabalhei, logo cedo eu tive a minha autonomia, isso te dá muito fôlego, você ter a sua independência financeira, você se manter, não precisar tá pedindo nada a ninguém, você saber que não mora às expensas de ninguém, saber que não depende do outro, isso te dá muita calma.

A dependência financeira de familiares ou outros sujeitos aponta para a atuação de outros elementos que parecem influenciar constantemente na decisão de assumir a sexualidade para outro, pois permite o afastamento quando necessário, e “desata” a dependência do outro, permitindo que os silêncios, os segredos e os subentendidos, façam parte do cálculo sobre as possibilidades de ameaças e violências diretas.

4.3. Silêncios, segredos, subentendidos e medos.

Falar sobre silêncios, segredos e subentendidos entre mulheres lésbicas é falar sobre uma das facetas mais importantes. Estes elementos têm relação com a chamada invisibilidade lésbica e com variadas formas de violência que refletem ameaças constantes.

Para Guimarães (2004), a produção do mito do silêncio ou de uma “ideologia do silêncio” que “obscurece a questão da sexualidade e a ‘ideologia do desvio’, que reveste o comportamento homossexual” (p. 33), liga-se diretamente a hipótese repressiva derrubada por Foucault (1976), ou seja, não de que o sexo não era assunto a ser falado ou pronunciado, mas sim de que apenas foi falado dentro das limitações estabelecidas por estruturas de saber/poder que assim o permitiam, relegando à homossexualidade a condição de conduta errada e marginal.

Assim, silêncios, segredos e subentendidos, a depender da forma como são invocados, podem ser compreendidos como efeitos tanto da violência direta quanto indireta, como podemos perceber nos discursos das interlocutoras, haja vista serem processos decorrentes da estigmatização, do controle e da coerção de suas práticas e experiências.

Parte das interlocutoras não percebem estes processos como violentos, contudo, apreendem mal-estar e receio sobre o tema. Quando questionei para Beatriz como ela se sentia ao omitir sua sexualidade dos colegas de trabalho, ela é incisiva.

Beatriz - Eu adoraria não ter que esconder, né? Mas...

Mariana - Você acha que isso te incomoda em que nível, assim?

Beatriz - Incomoda muito, me incomoda muito, porque é uma parte do que você é... Você fica escondendo porque os outros vão te tratar mal por causa disso. Não é nem ser indiferente, é tratar mal mesmo. Sei lá de não falar mais com você, esse tipo de coisa.

Nesse sentido, “Estar no armário” significa que determinadas pessoas ou a maior parte delas não estão cientes da sua sexualidade. Conforme Beatriz, isso importa na medida em que, mexe com vários âmbitos da vida desses sujeitos, pois “é uma parte do

que você é”. Diversas vezes, a manutenção desse segredo aberto ocorrerá para que não precisem lidar ou sofrer com situações violentas das mais variadas, desde humilhações e piadas até mesmo violências físicas.

Desta forma, o segredo, o silêncio e o subentendido, ainda que bastante próximos, diferem-se em suas formas de experiência. O primeiro, para o Dicionário Aurélio, significa: “Aquilo que não pode ser revelado; sigilo”. Ou seja, o que está oculto, não pode ser atacado, nem diretamente violentado. Embora, seja preciso refletir se a necessidade de ocultação é necessariamente uma forma de percepção da violência estrutural em ação. O silêncio, por sua vez, compreendemos como “o estado de quem se cala”. Ou seja, ainda que questionado sobre determinado assunto, o sujeito cala-se ao invés de verbalizar uma resposta, o que não deixa de ser uma espécie de resposta, por vezes, subentendido. Por sua vez, a definição de subentendido é “o que está na mente, mas não foi expresso”.

Para Simmel (2011): “Apesar do segredo não estar diretamente ligado com o mal, este tem uma conexão imediata com o segredo: aquilo que é imoral se esconde por razões óbvias (...)” (p. 100). Nota-se que a definição de imoral se faz dentro da sociedade e determina o que é normal e o que é patológico. Pensando na visão histórica sobre a homossexualidade e os diversos preconceitos envolvidos sobre o tema, é possível entender o receio e a necessidade de manter o tema como segredo.

O caso de Eduarda remete a tais reflexões, ela resolveu contar para a família que era lésbica porque o assunto era uma espécie de tabu, o que a incomodava profundamente. Acontece que depois da revelação de um segredo ou, talvez, da confirmação dele, o assunto pareceu continuar sendo um assunto problemático, um tabu.

Foi num momento de raiva, porque eu sei que eles evitam falar a respeito, então eu juntei uma coisa com a outra: “Vocês não querem falar. Sabem, fingem que não sabem. Então tenham certeza e continuem não falando”. E foi o que aconteceu, continuam não falando.

Seja por vontade ou necessidade, silenciar ou mentir sobre sua sexualidade, tanto permite que mulheres lésbicas desvencilhem-se de maiores dificuldades em suas

vivências, quanto reflete a existência de violências palpáveis contra elas. Não contar ou não aparentar (naquele sentindo de manipular um estigma), torna-se, em diversos momentos, um cálculo doloroso: dói mais esconder e viver constantemente atento ou enfrentar as possíveis discriminações por não ter se escondido?

O primeiro relacionamento de Eduarda foi mantido em sigilo para a maioria das pessoas, mas isso não evitou que ela fosse questionada quando sua mãe viu um abraço e quase um beijo em uma despedida entre as duas, uma brecha para a visualização do segredo. O relacionamento continuou escondido, mesmo que sem a confirmação de sua existência, as perguntas não diminuíram e a angústia aumentou com o tempo.

Eduarda - Era constrangedor. Por exemplo, teve um dia que a gente passou um tempo juntas. Fui levar ela lá embaixo, fui me despedir e dei um abraço um pouco mais demorado e minha mãe veio cheia de perguntas e questionando, "O que é aquilo? Que não existe aquilo" meu irmão ficou falando e ficou um falatório entre eles.

Mariana - Por causa de um abraço?

Eduarda - É, por causa de um abraço demorado

Mariana - Imagina se tivessem visto um beijo...

Eduarda - É... Inclusive ela quase viu, foi um questionário, e eu fingi que tava com muito sono.

As estratégias nem sempre negam veementemente, talvez pela recusa da mentira direta. Mesmo diante de perguntas sem respostas, fica evidente a construção de fendas capazes de ainda manter sua fachada, sem que se perca por completo a percepção de si, ou seja, da própria identidade. Para Eduarda, isso também funcionava como uma forma de proteção dela e da namorada.

Olha, a princípio, como eu tive um relacionamento com a mesma menina, era uma proteção das duas, porque se eu dissesse pra qualquer pessoa que eu namorava uma menina já saberiam que era ela, porque a gente andava muito junta. E muita gente já sabia, inclusive sem eu dizer. (EDUARDA)

Destaco na fala de Eduarda que “muita gente já sabia, inclusive sem eu dizer”. Isso estaria próximo do que entendemos como *subentendido*. Não expressar diretamente

determinado discurso não significa que ele deixe de ser compreendido, como foi o primeiro relacionamento de Eduarda para várias pessoas, nem como é a questão da sexualidade de Beatriz para parte da família.

Beatriz - Eu contei pra minha mãe, aí ela ficou de falar pro meu pai, mas eu não tenho certeza se ela falou pra ele, né? Possivelmente não, porque ele não falou nada pra mim. Tá meio confuso, mas pra minha mãe foi tranquilo.

Mariana - O tipo de relacionamento entre vocês permite que você consiga conversar sobre isso, ou fica meio subtendido, ou é bem aberto?

Beatriz - Não, eu só liguei pra contar mesmo, ela nunca perguntou nada sobre.

Mariana - Certo, você falou que mora com a sua tia. E ela não sabe?

Beatriz - Não... Não sabe com todas as letras, não cheguei pra ela "tia, eu sou lésbica". Eu levo minha namorada lá, então...

Mariana - Mas você a identifica enquanto sua namorada?

Beatriz - Como assim?

Mariana - Você fala "essa aqui é minha amiga", "essa aqui é minha colega" ou então você não fala nada?

Beatriz - Não, nunca falei nada, só cheguei e ela: "Quem é essa?". Nunca apresentei, mas ela nunca perguntou qual era a minha relação com ela.

Mariana - Como é isso pra você?

Beatriz -. Eu acho mais fácil do que chegar, sentar todo mundo e dizer gente essa aqui é minha namorada, seria mais fácil só chegar e mostrar a pessoa.

A intensidade dos laços familiares também pode significar que esses elementos relativos ao silêncio, segredo e subentendido, sofrem variações a depender da necessidade dos envolvidos. O medo de perder a proteção amorosa pode ser um desses fatores, mas outro fundamental é a dependência financeira, especialmente para as mais jovens. Mesmo afastados, os pais de Beatriz mandavam dinheiro e intercambiavam a proteção familiar com a tia. Outra motivação forte parece ser a inevitabilidade da exposição do mundo íntimo. Ao revelar um segredo ou confirmar um subentendido,

questionamentos provavelmente serão feitos e para Beatriz provavelmente não haveria a possibilidade de “só chegar e mostrar a pessoa”.

Apesar do subentendido surgir na maior parte de seu discurso, Beatriz também usa do silêncio como estratégia para a formação de laços sociais. Esse ato fica relegado especialmente para as pessoas que ela ainda está conhecendo ou não conhece ainda, de maneira que Beatriz classifica o espaço de suas relações sociais como uma espécie de “bolha”, onde só entra quem estiver de acordo com “seu jeito de ser”, fazendo com que ali não haja segredo, silêncios ou subentendidos a respeito da lesbianidade de Beatriz.

Depois que você se aproxima daquela pessoa, que você sabe como é, aí você conta. Por exemplo, aqui na faculdade mesmo eu, de contar mesmo, eu contei pra pouquíssimos colegas, os outros descobriram, tem gente que ainda é muito distante de mim que não faz ideia, então... (BEATRIZ)

Notam-se como se processam os estágios: primeiro a necessidade de proximidade, como um tatear pela penumbra; em seguida, a apreensão de como aquela pessoa é, seus preconceitos, suas visões de mundo, provavelmente quais as moralidades expressas por ela em relação à homossexualidade; e, por fim, “contar”, sem esperar necessariamente que haja acolhimento. Um cuidado de si, mas um processo de alerta e julgamento que provavelmente dificulta a abertura e o nascimento de amizades ou laços mais fracos, tanto que Beatriz tem “pouquíssimos colegas”.

Compartilhar um segredo, como lembra Simmel, faz com que as pessoas compartilhem de relações mais estáveis, que estabeleçam regimes de confiança e honraria pela partilha do segredo. O que Beatriz revela é a importância de pensar a questão da confiança nas pessoas para assim poder revelar um segredo ou confirmar algo que está subentendido. Confiar, significa que os sujeitos se sentem seguros o suficiente para não temerem por certos tipos de violências que possam vir da outra pessoa que adentra ao mundo daquele que informa.

Se o segredo pode ser compartilhado e pode ser valoroso, o silêncio denota outra figura, a que cala, a que se abstém de falar. Isso sinaliza os processos de invisibilidade lésbica, temática que acompanha constantemente a maioria dos estudos ligados às sexualidades lésbicas.

No discurso de Adriana, há o predomínio do silêncio como referência para parte de suas relações, “ela afirma que “não é bem disfarçar”, e continua “Eu não conto, mas se alguém perguntar eu vou falar”. Há quase um jogo entre a revelação e não revelação, uma inércia que para ser quebrada precisa de um primeiro passo do outro para que o assunto seja confirmado, desmentido ou revelado. Ela mesma permanece em silêncio, em parte por receio. Quando pergunto sobre como ela se sente ao lidar com essa necessidade de “não esconder”, mas precisar ser instigada a dizer, ela responde:

Adriana – Assim, eu não gosto de esconder porque eu gosto que as pessoas saibam que eu também não gosto de homem dando em cima de mim, então eu prefiro que saibam logo, pra não ter uma situação constrangedora.

Mariana – Você se sente mais à vontade?

Adriana – Eu me sinto mais à vontade depois que as pessoas sabem. E, as pessoas que eu não contei e que eu nunca tive abertura pra contar, eu não conto porque eu tenho receio de que mudem comigo, entendeu? Algumas pessoas da própria universidade.

Mariana – Já aconteceu?

Adriana – Não... Nunca aconteceu, é mais receio mesmo por conhecer as pessoas, por saber como elas são eu tenho certo receio.

Esse “ter receio” é mais um dos fatores que nos permite falar em regimes de violência visível e invisível contra mulheres lésbicas. Tal fala também demonstra algo que se repete constantemente ao longo das entrevistas, em um primeiro momento muitas mulheres afirmam que todos sabem sobre sua orientação sexual ou ao menos aqueles a quem elas definem como importantes em suas vidas, geralmente familiares e amigos. Contudo, esse “todo” desaparece, obviamente, a cada ressalva dependente das dinâmicas sociais nas quais precisam estar inseridas como, por exemplo, no trabalho, outro espaço sempre citado. O medo da incompreensão, o afastamento daqueles que consideram importantes ou a impossibilidade de aproximar-se de pessoas novas fazem com que se registrem as ressalvas sobre quando, como e para quem devem sair do armário. Revelando, mais uma vez, que este não é um processo simples.

Larissa lembra que não sente necessidade de ficar “reafirmando” a própria sexualidade, pois, “da mesma forma que eu não precisaria dizer que eu sou hétero ou que eu sou homo (...) você não precisa dizer pra alguém que você é hétero, eu não

preciso dizer a minha condição sexual.”. Há, porém, uma ressalva quando Larissa fala do trabalho como professora. Para ela, especialmente em escolas mais tradicionais, você “acaba se transfigurando um pouco pra demonstrar menos a sua sexualidade e não entrar em embates com outros profissionais dentro dos colégios”. Acredito que “demonstrar” seja algo ligado à aparência, a manipulação de estereótipos ligados a lesbianidade. Larissa não precisa negar sua sexualidade no trabalho, mas precisa mantê-la em sigilo. Eduarda também conta que há abertura sobre o tema para quase todos, fazendo ressalvas:

Eu não saio escancarando pra todo canto, mas, por exemplo, em casa, eu decidi me abrir. Minha família paterna pela forma que é, a dinâmica que é, já se espalhou. Já vieram conversar comigo. Na família materna só tem uma prima que sabe, mas rola muito tabu, rola muito preconceito, então em respeito a não aceitação. Eu não falei pra eles e por esse motivo inclusive eu adiei falar em casa, eu esperei ter certeza, esperei passar por várias provas, e etc e tal. No ambiente de estudo/trabalho, que é o mestrado profissional, eu fico num ambiente. Todos sabem. O pessoal do mestrado que eu tive um mês de aula, vamos dizer assim, alguns professores sabem, outros não. É questão de oportunidade, eu não escondo, mas eu também não saio [dizendo]... Até por questão de proteção pessoal independente da sexualidade, sabe? Eu acho que tem coisa que a gente vai contando na medida em que acontece, mas muita gente já sabe. (EDUARDA)

Destaca-se na fala de Eduarda, uma mutabilidade também a depender do espaço onde o sujeito se encontra, e da apreensão das percepções morais daqueles com que mantém algum tipo de relação – como é o caso de diferentes partes de sua família. De uma forma ou de outra, essas noções se repetem entre as outras interlocutoras. Sendo assim, é preciso tomar cuidado sobre uma tênue linha de análise entre “é o jeito” de cada uma delas e o que remete ao medo e ao receio construídos em torno do que sejam as ameaçadas por expressarem suas sexualidades consideradas desviantes. Esse “saber lidar” torna-se parte de seus repertórios de vida.

Paloma, por exemplo, mesmo sendo assumida em todos os âmbitos de sua vida, na família, no trabalho, na igreja, afirma sobre demonstração de afeto em público:

Acho que [demonstro] em determinados lugares. Porque assim é questão de respeito. Acho que até questão de criança de idoso que a gente sabe que o idoso tem aquela visão antiga da vida e em questão de criança, o meu filho tem a educação que eu dou, mas o filho de outra pessoa não. Entendeu? Enxerga a vida de uma maneira diferente

de uma forma preconceituosa então não esconder, mas evitar determinadas situações como beijo, um abraço então eu prefiro não. Não é questão de esconder, se for pegar na mão senta junto senta perto, mas assim determinadas ações, eu evito principalmente na frente de criança. (PALOMA)

De outro lado, há também as interlocutoras que afirmam não precisarem lidar com silêncios, segredos e subentendidos como forma de proteção. Suzana é taxativa ao dizer que não esconde ou disfarça de qualquer pessoa o fato de relacionar-se com mulheres. Essa expressividade, segundo ela, veio a custo de discussões e brigas, inclusive físicas, com a própria mãe e mesmo com desconhecidos. Violências invisíveis tornam-se visíveis a partir do momento em que regras silenciosas são quebradas.

Paloma chega a julgar as pessoas que, por alguma razão, escondem ou omitem suas orientações sexuais, mas concorda que é preciso “preparação” para enfrentar percalços, por conta disso.

É uma pessoa fraca! Uma pessoa fraca porque é como eu disse, se não for aquilo que você quer da sua vida, vá viver outra vida! Saia daquilo, você tem que ser aquilo que você é! Você tem que ser forte! Eu acho que você se assumir gay é uma decisão muito séria que você tem que tomar, então assim, você tem que estar preparada mentalmente pra você assumir e arcar com as consequências de tudo. Você tem que assumir aquilo que você é. Independente da opinião de qualquer pessoa, de mãe de pai, de amigos, de trabalho, eu sou aquilo! E você tem que impor seu respeito, é só isso.

O medo ou receio de enfrentar tais situações parecem levar essas mulheres a compreender que aparências, ações e trejeitos próximos aos estereótipos de masculinidade influenciam no sofrimento de algum tipo de violência. Nesse sentido, tais noções estão centradas na observação do subtendido que estamos trabalhando aqui, afinal a aparência e os trejeitos não se encaixam como dizeres diretos, mas podem figurar como discursos que mostram ou escondem, lidam com o direto e o indireto, com a aparência e com o íntimo.

Na visão de Joan Scott (1996, p.188), a categoria de gênero revela a maneira de ser dos sujeitos, atravessada por discursos e práticas designadas para eles a partir da conformidade de seus corpos a um sistema de gênero, um campo onde acontecem articulações de poderes. Na medida em que tais articulações e disputas colocam as

mulheres lésbicas em situações de invisibilidade e de violência nas práticas mais diversas da vida, esse sistema permite e legitima construções sociais baseadas no medo, elemento que para Elias (1994) ocupa lugar de destaque, além de ser um meio para o controle social. Através do medo, advindo das mais variadas formas de ameaça ou reprovação, torna-se possível transmitir regras e valores morais para os indivíduos.

A vergonha ou o nojo, por exemplo, são apreendidos ao longo do processo social e há uma forma de aprendizado sobre a conduta dos sujeitos, fazendo com que está se torne “parte” dele, algo quase natural para determinados indivíduos. Tal “processo civilizador” atingiria o sucesso quando os próprios sujeitos adquirissem autocontrole, ou seja, eles mesmos tolhessem suas condutas sem a necessidade de ação mais direta de outras esferas de controle, já que passam a ser sentimentos internalizados. Ao mesmo tempo, as instituições e estruturas de poder tornam-se mais rígidas e fortes, ainda que não necessariamente sejam aparentes a uma primeira vista, o que acaba dificultando as transgressões. Dentro de toda essa sistemática, interessa-nos, sobretudo, compreender como esse medo parece confundido com o que as interlocutoras chamam de seu “jeito”, de suas formas de ser.

Se para Elias todo indivíduo tem o potencial de sentir medo, as formas pelas quais este se instalará, ou seja, sobre o que especificamente se tem medo, é fruto de circunstâncias históricas e culturais (REZENDE; COELHO, 2010). Obviamente que, como lembra Baierl (2004), existem medos fundados a partir de particularidades ou acontecimentos que geram espécies de traumas, “fruto da história de cada um”, contudo: “Há outros (...) que são medos singulares sim, mas que têm sua construção social definida” (p. 133).

Não é à toa que as mulheres lésbicas entrevistadas discutem a disseminação de uma espécie de medo latente, já que historicamente violências diretas e indiretas têm sido perpetradas contra sujeitos fora da matriz heterossexual, e relegaram sua posição ao silêncio, ao escondido ou à condição de invertidas e doentes. Assim, foram analisadas e consideradas como mulheres-homens por criminalistas, psiquiatras e endocrinologistas (GREEN, 2000). Prisões, agressões e violações foram e continuam sendo parte do cotidiano de mulheres lésbicas ao redor do mundo, mesmo em um contexto de relativa equidade.

A noção de medo nas entrevistas apresentou-se de forma mais contundente quando questionamos para as entrevistadas sobre quais tipos de violência as lésbicas costumam estar mais expostas. Para Beatriz, por exemplo, a mulher lésbica está exposta a todo tipo de violência que as “outras” mulheres sofrem, mas considera que a homofobia²⁰ é sim uma dificuldade a mais. Adriana, por sua vez, acredita que as mulheres “de modo geral”, estão mais expostas a piadas e situações embaraçosas do que propriamente a violência física. Sobre a percepção que tinham a respeito das violências praticadas contra mulheres lésbicas, as violências psicológica e moral foram mais lembradas, mas o destaque foi a percepção de que mulheres lésbicas estavam mais expostas à violência física.

Tais pensamentos estão conectados a compreensão de que características visíveis ligadas à noção de feminino ou masculino, como roupas, trejeitos, comprimento do cabelo e etc., constroem as avaliações feitas a respeito destas mulheres. Estas avaliações podem protegê-las ou deixá-las vulneráveis. Isso fica evidente na fala de Carolina ao considerar que mulheres lésbicas, ou que “pareçam” lésbicas segundo aqueles conceitos, podem sim sofrer agressões sem qualquer outro tipo de razão que não a orientação sexual: “‘Você tem cara de sapata! Vai lá e desce o sarrafo na mulher’”.

Um dos elementos de maior destaque para esta pesquisa surge nas falas sobre violências físicas: o medo do estupro, especificamente o *estupro corretivo*, diretamente dirigido para a mulher lésbica. Larissa, por exemplo, afirma que tem “muito receio dessa violência sexual”, especialmente porque consegue identificar que muitos dos estereótipos que envolvem mulheres lésbicas estão ligados ao machismo. Ou seja, uma violência estrutural que legitima uma violência direta. Para ela a noção de que “você só é lésbica porque um cara não te comeu” gera uma sensação de insegurança constante, e ainda que considere que a violência verbal seja mais recorrente, a violência sexual é, para ela, mais assustadora.

Ainda que para Eduarda as mulheres lésbicas estejam vulneráveis a todos os tipos de violência, ela também ressalta a preocupação com o medo da violência sexual,

²⁰ Compreendo a categoria como própria do campo. A entrevistada opta pelo termo, ao invés de lesbofobia, ou LGBT fobia. Decorreria daí a necessidade de um debate sobre os termos e a apreensão deles pelos sujeitos dentro e fora dos movimentos LGBT, que deixaremos para outro momento.

destacando também a conexão feita entre estereótipos amplamente propagados como "tá faltando alguma coisa aí" para duas mulheres juntas e frases do tipo, como motivações para os agressores. Carolina também se remeteu ao estupro corretivo como um dos tipos de violência aos quais as mulheres lésbicas estão mais expostas, seguida por outras formas violência física, como espancamentos. A mesma opinião surge na fala de Paloma.

Apenas Silvia destacou como as formas de violências psicológicas – jogos, chantagens, humilhações e ameaças – são mais preponderantes e também mais perigosas:

Silvia - Você leva uma pancada você vai pra um exame médico de corpo delito, está lá a pancada. E aquela tortura psicológica? É essa aqui, camuflada essa é a pior que tem.

Mariana - Mais eficaz?

Silvia - Sim, porque mais destrutiva, até porque é mais difícil você se defender dela. Até porque o outro, as pessoas que estão envolvidas no jogo da opressão geralmente desconhecem.

Nota-se que a maior parte das interlocutoras nunca passou por violência física. Foram mais lembradas em suas falas os constrangimentos, humilhações, coerções e vigilâncias sobre suas práticas, inclusive íntimas. Embora, todas elas tenham a plena convicção que poderiam sofrer violências diretas e que estas podem facilmente acontecer. Há então uma sensação de insegurança que toma mais força, na medida em que todas têm um caso para contar sobre outras mulheres lésbicas violentadas de alguma forma.

Larissa, por exemplo, narra como conheceu uma mulher no interior da Paraíba que havia sobrevivido a um estupro corretivo. Dessa violência, gerou-se uma filha. Silvia conheceu outra que foi forçadamente internada em um hospital psiquiátrico quando o pai descobriu que ela namorava outra mulher. Iara, conta sobre uma ex-namorada que apanhava da mãe constantemente, para que ela tivesse “conserto”. As situações não passaram despercebidas, não deixaram de figurar em suas memórias e corroboram para a sensação de medo. Este passa a ser o elemento do cotidiano alimentado pela quantidade de exemplos presenciados ou conhecidos. Isso nos leva a pensar que não apenas a violência estrutural continua forte e eficaz através do

machismo, da heteronormatividade compulsória, da LGBTfobia, como também seus efeitos: o medo, a ameaça e a provável reprovação social, a invisibilidade ou não, são também recorrentes no imaginário dessas mulheres.

Casos exemplares desses efeitos surgem quando questionamos as interlocutoras sobre o afeto em público. Foi confirmado pela maior parte das interlocutoras que a noção de que os espaços públicos tendem a ser menos seguros e mais vulneráveis para mulheres lésbicas. Eduarda observa:

[Tenho medo] De ser alvo sim. Porque como qualquer outra coisa na vida, quando você foge um pouco do padrão você tende a ser alvo de crítica de diferenciação. Você pode sofrer isso por qualquer outro fator, por ser gordo, por ser pagodeiro, sabe? Qualquer outra coisa.

Para minhas interlocutoras é perceptível como casais heterossexuais têm maior possibilidade de demonstração de afeto entre si. Ações como carinhos, mãos dadas, abraços mais longos, olhares e declarações, não fazem parte de seus repertórios da mesma forma que para casais heterossexuais. Isso tem a ver também com a possibilidade de uso do espaço público da mesma forma. Por isso, interlocutoras como Iara falam em “guetos”, locais em que podem agir mais livremente nessas gerências do afeto. Há uma problemática na medida em que o espaço público precisa ser conquistado e “insistido”, posto que predominam receios envolvendo a sensação de medo, desconforto, vergonha.

O medo de frequentar lugares públicos (se a aparência é mais “masculina” ou menos “feminina”), de agir de determinadas formas, de aproximar-se mais da companheira em restaurantes menos cheios, como conta Larissa, demonstra como este espaço parece mais desprotegido. Segundo Soliva (2011), a violência experimentada no espaço público incute em pessoas homossexuais o medo, e a rua, tomando a noção de Roberto DaMatta, configura-se como um espaço *anti-gay*, sendo este o espaço da desordem e, portanto, da violência. Especialmente para o autor, essas violências ocorrem quando há demonstração de afeto em público ou quando o sujeito expressa discordância entre o sexo biológico e o socialmente esperado, como é o caso de algumas travestis e transexuais.

Perguntamos, então, para as interlocutoras se elas preferiam espaços mais íntimos como casas de amigos e pequenos bares ou espaços mais públicos, como shows e boates. De maneira geral, elas deram prioridade para a primeira opção. Estes espaços mais íntimos são vistos como locais onde poderiam ficar mais “à vontade”. Surgem como espaços onde podem expressar-se não apenas com mais segurança, mas com mais desenvoltura, deixando elementos como medo e vergonha de fora, principalmente por não terem a possibilidade dessas performances em outros ambientes.

Em casa de amigos! É o *máster*! Casa de amigos já é um lugar que a gente se sente mais à vontade porque a gente pode conversar sobre qualquer coisa, é um lugar que eu já me sinto mais à vontade.
(EDUARDA)

A presença do medo relaciona-se diretamente a humilhações e mais ainda com a interdição. Dada a noção evidente de perigo, de dano físico, psicológico ou moral, coisas são feitas ou deixadas de fazer, e ainda que em um primeiro momento elas neguem estes elementos, posteriormente demonstram um sutil jogo de esconder ou não esconder. Transparece assim, uma tênue linha entre o que é “natural” e o que definem como sendo seu jeito:

Iara - Engraçado, porque na verdade eu sou muito tímida.

Mariana - É de você?

Iara - É... Por incrível que pareça. Tem gente que diz que eu não sou tímida nada. Então, eu sempre fui muito na minha, mesmo com as minhas relações héteros, mas eu sou carinhosa naturalmente. Assim, talvez o meu carinho seja muito fraterno, aquele carinho que eu faço também com os amigos de abraçar, essa coisa. Aí eu expresso naturalmente. Agora se for de beijar na boca no meio da rua, eu não tenho muita cara, eu não tenho muita coragem.

Evidentemente é possível questionar o que as interlocutoras chamam de “meu jeito”, quando na verdade parecem mais com comportamentos controlados e calculados com base no medo de sofrerem algum tipo de coerção ou retaliação. Não seria “o meu jeito” na verdade o medo internalizado no sujeito, mas, por vezes, imperceptíveis?

Sim, faço demonstrações, mas não faço igualmente em qualquer lugar. Eu diferencio e faço porque sou eu. Eu sou assim, eu sou uma pessoa carinhosa, grudenta e eu gosto de *tá* assim. Em alguns casos eu evito pelo meu bem também, até porque eu acho que alguns casais, até héteros, têm que fazer isso. Questão de demonstração de carinho

público é uma coisa que é visão de moral. Moral entre aspas porque cada um tem a sua. A minha moral é isso, é uma coisa que eu me preocupo em qualquer ocasião que eu esteja. (EDUARDA)

Mas frequentando grandes restaurantes, lugares, café, eu nunca me senti [insegura]. Assim, eu só não demonstrava. Mas é aquela coisa, você frequenta, mas você não demonstra. No máximo você toca a mão, sei lá. Toca na face. Mas nada mais que isso. (LARISSA).

Não. A gente frequenta qualquer lugar. Eu gosto mais de lugares onde dá pra ficar à vontade (...). Esses lugares onde dá pra você ficar à vontade sem ter ninguém olhando e te julgando (ADRIANA)

Segundo Carolina, os atos de carinho, “depois de 20 anos de *repressão*”, hoje em dia são naturais e ela procura não cercear suas maneiras o quanto pode. Faz ressalvas, contudo, para situações em família, onde de fato diz sentir-se “outra pessoa”. Fala, por exemplo, sobre quando sai com a namorada:

No geral, normalmente quando a gente sai tipo...Dá um abraço, faz um cafuné, pega na mão (...). Aliás, muitas vezes eu perco a noção, eu quero pegar na mão dela aleatoriamente. Tipo no supermercado. Eu estava com o braço assim nela [por cima dos ombros] e eu ia dando um beijo sem querer nela e ela ficou bem [tímida] e eu “eita”, porque tem horas que eu perco a noção mesmo, pra mim isso é tão natural que às vezes eu perco a noção que pras outras pessoas não é. Mas às vezes eu tento prestar mais atenção, porque Beatriz era mais assim (...). Comigo ela tá perdendo mais esse medo. E aí justamente, é muito isso, andar de mão dada e etc., no meio da rua. (CAROLINA)

Assim, a adoção de medidas que previnam algum tipo de violência ou conflito não é incomum. Eduarda, por exemplo, procurava não ter contato com muitas mulheres quando ainda escondia de quase todos que se relacionava com outra mulher. Larissa, por sua vez, conta que tem um acordo com a mãe para não namorar mulheres na cidade do interior onde a mãe ainda vive.

Entretanto, é interessante notar como Eduarda e Iara possuem diferentes noções a respeito da necessidade de “esconder” relacionamentos. Talvez, porque suas trajetórias passem por relacionamento com outros homens, possibilitando que elas diferenciem dois contextos, mesmo que temporariamente: um dentro de uma matriz heteronormativa e outra fora. Eduarda traz luz a uma noção diferente dos enredos das outras interlocutoras, ao conseguir refletir sobre as diferenças impostas entre pessoas

héteros e pessoas homossexuais, a partir de uma fala bem direta “enquanto hétero, eu não precisava passar por isso”.

Os inúmeros questionamentos, até as mais diversas posições sobre insegurança, passam a existir na vida de Eduarda a partir do momento em que “torna-se” lésbica. Os vários cálculos que mencionamos, não precisavam ser feitos por ela quando se envolvia com outros homens – ou ao menos eram outros cálculos. Os atos comedidos como a necessidade de deixar a namorada no estacionamento do prédio quando precisava passar em casa para evitar o constrangimento da família a respeito do relacionamento, não são situações que aparecem com frequência em relatos de casais heterossexuais, ao menos pelo marcador sexualidade. Da mesma forma, as situações vexatórias, de constrangimento e julgamento pululam como exemplos ao longo das entrevistas.

Como Iara passou 30 anos sendo “hétero”, é interessante notar como ela também percebe mudanças em suas ações, discursos e práticas, ao mesmo tempo em que “descobre” interessar-se por mulheres. As primeiras histórias trazem para ela lembrança da percepção da *invisibilidade, do não dito*, afinal sempre que estava namorando alguém “mostrava pra todo mundo com quem eu namorava, porque eu namorava com menino, então pra mim foi muito violento (...)” não mostrar com quem estava namorando agora.

Eu não acho que é fácil não. É hipocrisia dizer que é fácil, sabe? Porque não é não! Porque tem coisas que podem até ser, mas externamente. Para quem olha de fora pode até parecer fácil, mas internamente não é. Porque vai mudar um monte de paradigma na tua cabeça, você vai olhar o mundo de outro ângulo, você não tá mais ali... Eu sempre dizia isso: antes eu estava junto, eu caminhava junto com os colegas. Eu sempre fui a boate gay, mesmo quando eu era hétero, porque eu dizia que era mais divertido, sim. Mas eu nem me importava com o que estava acontecendo. Eu ia pra dançar, porque eu adoro dançar, eu não estava nem aí se tinha gente se beijando, eu nem olhava, nem estava preocupada com isso. **E depois não... Aí você já não tá ali acompanhando, você tá ao lado, você faz parte, você tá dentro da história, você é mais um, é mais um na multidão. Então é mudar o lugar, é mudar o teu lugar no mundo.** Pra mim, eu acho que foi muito isso. Eu continuo sendo a mesma pessoa, só que com outro olhar a respeito das pessoas, do mundo, do amor, das relações, do respeito, eu acho que amplia, pra mim foi isso, e não é fácil. Ninguém me venha dizer que é fácil, que foi leve, que foi tranquilo. (IARA, grifo nosso).

Tanto não é “um jeito” próprio, que Eduarda e Iara percebem a diferença de comportamento anterior e o atual, onde o que mudou foi apenas o sexo biológico das pessoas com quem mantinham um relacionamento. Expressar sentimento de insegurança e medo está dentro de uma sistemática de ações que parece não espantar, e expressa-se por vezes com resignação, como quando Beatriz percebe:

Você acaba fazendo, você acaba se retraindo em certos lugares, em multidões e tal. Não é certo, você não deveria fazer. Você não está errada, mas você acaba fazendo porque a opinião do todo. Todo mundo é muito mais forte do que você ali.

Muitas vezes, essas medidas colocam-se no âmbito do subentendido, do segredo e do silêncio, elementos advindos das condições de controle as quais essas mulheres precisam passar cotidianamente. Nesse sentido, os espaços que frequentam e as redes de relações entre sujeitos que constroem, surgem como formas de lidar com processos violentos em suas vidas. Por isso, a importância trazida sobre os espaços, físicos ou não, em suas narrativas.

4.4. As bolhas e os guetos.

Dentre os vários aspectos que circundam os processos de sociabilidade, estamos dando destaque aqui para a violência como ação que permeia essas interações entre os sujeitos. Por isso, é preciso ter em mente a influência que ela gera nas percepções de si, seja na identidade ou nas agências de determinados indivíduos.

Quando questionamos às interlocutoras sobre as piores das violências sofridas, todas as respostas remeteram-se a cometida por familiares ou pessoas próximas. Elas ressaltaram que isso ocorria especialmente por envolverem expectativas com relação a confiança e segurança nesses outros sujeitos. Segundo Peter Berger (2001), nesses meios privados, os laços sociais dos indivíduos encontram-se mais fortes.

As diferença entre a interação e a relação para Alexandre Werneck (2012) são interessantes para nossa pesquisa. Segundo o autor, a *interação* é uma forma mais simples de ação mútua; não necessariamente existirá uma confiança contínua de um sujeito sobre o outro. É mais comum em situações pontuais. A relação, ao contrário,

possui um tempo de contato mais contíguo, pautados “por uma mesma lógica ao longo do tempo” (WERNECK, 2012, p. 36 - 37).

Sendo assim, certas ações em uma interação com pessoas com quem não existe uma lógica de confiança estabelecida ao longo do tempo, parecem atingir as interlocutoras de maneira mais superficial. Naturalmente, o contrário tende a ocorrer em uma relação onde essa base de confiança foi estabelecida ao longo do tempo e com fundamentos mais rígidos, como a expectativa amorosa e acolhedora que temos no que diz respeito a família.

Quando você está no núcleo familiar você sente, tem a sensação de que você deveria *tá* protegida, que são os seus e não sei se por ser do interior ou ser o que eu acredito, eu acho que as relações sanguíneas têm uma certa força maior. Então você ser agredido por um irmão ou pela própria mãe e ela falar isso, você sabe é aquela filha que *tá* sempre ali, você tenta ajudar, sempre esteve presente, sempre se dedicou, que sempre tentou fazer os seus irmãos crescerem junto com você e eles não aceitam e por isso você morrer, você ser a pior pessoa do mundo. Por que você gosta de alguém do mesmo sexo que você. Isso é muito doloroso. Você ser realmente penalizada por uma única coisa, então tudo o que você é e tudo que você construiu até então acaba ali. (LARISSA)

Chama atenção também a fala de Larissa, na medida em que é capaz de estabelecer parâmetros de aceitação segundo morais universalmente aceitas como “boas”, tais como: ser trabalhadora, ser presente ou ser ajudante na família. A argumentação que se estabelece vai de acordo com valores que deveriam ser considerados mais importantes para a família de Larissa do que o fato de se relacionar com mulheres, algo entendido como extremamente negativo, como se este fato impossibilitasse que todos os outros se transformassem em pontos positivos. Silvia compartilha da mesma visão:

Então isso é uma coisa que incomoda muito. Deixa você muito p. da vida! Você saber que você é honesta, descente, trabalhadora, batalhadora e de repente porque você tem coragem de viver você decide viver, aí você é execrado! Você é tornado invisível! Você é silenciado, entendeu? (SILVIA)

Beatriz utiliza-se de um termo que pode nos ajudar a entender as formas como muitas dessas mulheres escolhem mediar suas relações com outras pessoas. A questionei sobre a vulnerabilidade das mulheres lésbicas a partir do que ela vivenciava,

dos ambientes que costumava frequentar ou de experiências pelas quais havia passado. Ela disse que “de forma geral” não via diferenças, mas continua a refletir sobre o assunto para explicar o porquê desta percepção. Segundo Beatriz, ela e a namorada vivem em uma “bolha” – “a gente tem uma bolha bonitinha” – e nessa bolha elas escolhem quem entra e quem sai e por quais motivos isso pode acontecer. Ao selecionar bem as pessoas com quem se relacionam, excluindo pessoas que julgam incômodas e incluindo as que julgam boas, Beatriz consegue escapar, em boa parte de sua vida, de comentários, julgamentos e interações que impliquem em insegurança, medo ou mesmo aborrecimentos.

Seria possível afirmar que todas as pessoas podem eleger uma espécie de “bolha” para si. Todos, homossexuais ou não, de uma forma ou de outra, fazem seleções por razões diversas, das pessoas permitidas de entrar em suas “bolhas” ou não. Contudo, a crítica se dá na medida em que as motivações de Beatriz para isso não estão ligadas a mero gosto, estilo ou interesses em comum (lembrando que tais aspectos são construções sociais), mas sim os aspectos de vulnerabilidade, de insegurança, de desconfiança e de receio que enfrenta em situações hostis, caso não esteja inserida em um meio que considere resguardado.

Beatriz conta que por razão de um estágio é obrigada a fazer um curso sobre questões ligadas ao emprego e trabalho, junto com outras pessoas mais jovens que ela, em um número que gira em torno de 40 a 50 em uma turma. Então as “segundas-feiras são sempre mais tristes na minha vida. Toda segunda-feira é um choque”, na medida em que precisa sair da bolha, situação “horrível” em suas palavras, além de perceber, ainda que em tom de piada, “que as pessoas são horríveis”. Contou, então, que prefere evitar os conflitos através do silêncio, embora isso traga certa exclusão.

As outras interlocutoras não falaram exatamente no termo “bolha”, mas retrataram espaços e momentos em que parecem “retirar-se” da vida em comum e construir espaços próprios onde suas experiências não correm perigo. É assim, por exemplo, que Eduarda ao estar com a namorada em certos momentos, define um “mundinho” próprio: “quando a gente entra no mundinho da gente, se bloqueia qualquer forma de preconceito, se não for muito explícito”. Ou mesmo Paloma e Suzana

que remetem ao espaço entre amigas que foi criado no bar de Ana, onde estão todas as noites e ali se sentem à vontade.

A noção de que é possível estar dentro de uma bolha pode também estar ligada a compreensão de que estar próxima de pessoas que também se compreendem enquanto desviantes, faz com que, como analisa Becker (2008, p.48), seja natural a conversão para o mesmo grupo, onde expectativas e valores são compartilhados. Dá-se assim uma organização dos grupos e essa noção de segurança pode estar atrelada ao que o autor chama de solidificação da identidade desviante. Ou seja, há semelhanças morais e culturais em comum que possibilitam o fortalecimento de argumentos de auto justificação, pois, “fornecem aos indivíduos razões que parecem sólidas para levar adiante a linha de atividade que iniciou” (p. 48).

Pensamos então que é possível que haja a construção de um espaço próprio de segurança, não necessariamente físico, mas espaços virtuais – a internet e as redes sociais aparecem em diversas falas – onde é possível “estar seguro” de hostilidades, mesmo que indiretas (se agridem alguém igual a mim, mesmo que não “saibam” de minha igualdade, me sinto agredido). Ainda assim, questionamos as interlocutoras sobre esses espaços de socialização ou espaços onde se sentem mais à vontade que outros; sobre gostar ou não deles, sobre a necessidade de que espaços exclusivos ou majoritariamente voltados para mulheres existam ou não e principalmente qual a validade desses locais para essas mulheres.

Quando questionada sobre onde se sentia mais segura em demonstrar afeto com outra mulher, Iara respondeu “barzinho gay” e em seguida o conectou a ideia de “gueto”. Ainda que não seja favorável a ideia de gueto, lembrou-se dele como um lugar de proteção “enquanto a gente vive uma cultura de violência, de não aceitação, de homofobia”. Silvia, por outro lado, apesar de não gostar de festas, refere-se também ao fato de não gostar de frequentar guetos porque sente que isso, de certa forma, é uma agressão contra sua identidade:

Eu sempre disse que eu nunca me conformei de só frequentar guetos. Nunca! Não! Eu sempre disse isso: eu quero ter o direito de ir ao restaurante com a minha namorada, chegar lá, sentar como gente, como gente educada, como gente civilizada, comer, beber, pagar a

conta e ir embora. Respeitada como qualquer outro cliente, porque eu sou uma cliente também, não tô pagando? Não tô pagando o que eu consumi?! (SILVIA)

João Pessoa, até onde minhas interlocutoras conseguiram me informar, não conta com espaços voltados especialmente para mulheres lésbicas desde 2013. Enquanto algumas cidades possuem boates e/ou festas voltadas exclusivamente para a interação entre mulheres com práticas homoeróticas. Três interlocutoras citam uma festa que acontecia no Centro Histórico, próximo à Praça Antenor Navarro, mas que não teve grande sucesso. Ainda assim, a ideia de que era uma festa voltada para mulheres que se relacionavam com mulheres não seria explícita, segundo Larissa “eles não colocam o título de lésbica, colocam o título mais de alternativo”. Além disso, é observado como um espaço para mulheres mais jovens e de classe média.

Iara, por sua vez, lembra que sempre ia para uma boate também no centro da cidade, que contava sempre com grande frequência de mulheres. Ana conta que também frequentava a boate e que faz falta ter esses espaços em João Pessoa. Próximo a ela ficava a outra boate que para Eduarda era o oposto dessa, por ser frequentada mais por homens do que por mulheres, algo como um espaço gay e um espaço lésbico. Todos esses espaços já não existem mais em João Pessoa, ao menos no momento desta pesquisa.

Beatriz, Carolina, Larissa e Adriana, interlocutoras mais jovens e de classe média, elencam o Centro Histórico da cidade como o espaço mais aberto e com maior frequência de mulheres lésbicas na cidade, especialmente um casarão antigo que recebe diversas festas que as interlocutoras atestam serem espaços com maior frequência *gay*, mas que contam com público diverso, o que nem sempre seria “bom”. Para Beatriz são festas

Mais divertidas e mais liberais... não sei. Daí, caras héteros começam a ir também pra lá e meio que vai perdendo a identidade do negócio... Eles vão tomando os poucos espaços que a gente tem. (BEATRIZ)

Beatriz e Adriana compartilham da ideia de que muitos homens heterossexuais têm “invadido” os espaços que antes eram mais frequentados por homens e mulheres homossexuais. Ambas, de certa forma, demonstrando irritação, ainda que em tom de

brincadeira. Adriana diz: “aí eu fico pensando ‘meu ambiente’! Vocês que têm que se retirar daqui, eu não entro nos *BG (nome de um bar)* da vida de vocês!”.

Interessante notar como a “falta” de um local exclusivo para mulheres lésbicas leva a uma sensação de incômodo entre elas. Ana conta que quando tinha um bar/boate em Mangabeira, um grande bairro de João Pessoa, era justamente por ela deixar apenas que mulheres o frequentassem que o espaço fazia sucesso.

A definição desses espaços está dentro dos cálculos feitos na proporção de busca por segurança e percebe-se que a linha que os separa é muito sutil, conforme lembra Iara:

Iara - Na Praça do Bispo, na frente da boate, eu ia muito. Às vezes na sexta, às vezes no domingo, só que eu tinha cuidado, sabe? Engraçado, eu ia numa boa, mas eu sempre ficava muito atenta. Era como se eu tivesse sempre naquela história de alerta: “eu tô aqui, mas com cuidado”, sabe? Eu não sei eu sou medrosa, mas eu dizia assim “essas meninas se arriscam demais”

Mariana - Na parte de fora?

Iara - Na parte de fora, ali na praça mesmo, tem umas meninas que ficam, que ficam se beijando, que deitam uma no colo da outra, e tal.. Que pra mim, eu acho super natural, mas e quem passa ali? Então eu sempre ficava com essa neura, sabe? Rapaz, a gente tem que ter cuidado, porque passa tanto taxista aqui... Galera machista da p***, e a gente completamente exposto. Exposto e vulnerável de certa forma.

Eduarda, bem como outras interlocutoras, percebe uma espécie de classificação dos espaços, algo como “é um bar mais hétero, é um bar mais homo, é um bar mais alternativo, que não obrigatoriamente é de hétero ou de gays, mas que é *de boa* (...)”. Saber se determinado lugar é “*mais de boa*” ou não, pode mudar a forma como essas mulheres agem ou deixam de agir, em concordância com o espaço. Eduarda diz que prefere “sentir” o lugar antes de saber quais os limites que estão postos. Assim, conforme consideramos o fato de que existe a obrigatoriedade de fazer ou deixar de fazer algo, em razão da imposição de determinada ordem e se isso é imposição para alguns e não para outros, de forma a limitar as potencialidades e desejos de determinadas pessoas, estamos então encarando situações de violência.

Assim, os espaços íntimos, como casas de amigos e pequenos bares, prevalecem como preferência de lugares em que se sentem mais à vontade, segundo as interlocutoras. Mais uma vez poderíamos questionar sobre o fato de que qualquer pessoa deve sentir-se mais à vontade na casa de amigos, contudo, se sentir confortável em ambientes amigáveis são determinados por ações simples como a possibilidade de demonstrar carinhos, de dar beijos de despedidas ou de sentar de mãos dadas, ações que não têm a constante atenção como em outros espaços. Se voltarmos, mais uma vez, aos cálculos que são feitos em razão da violência nos locais de socialização mais gerais, percebemos que não são raras avaliações como a de Larissa:

O Centro Histórico acaba que é o lugar que eu mais frequento. Eu me sinto mais segura, eu não sei se porque um espaço mais alternativo, então você parte de um pressuposto de que as pessoas são um pouco mais abertas.

Lugares onde é possível sentir-se mais confortável, “lugares gays”, lugares com “pessoas mais abertas” podem não ser apenas espaços de frequência para divertimento ou para “pegação”. Eduarda, por exemplo, lembra que as casas de amigos permitem que ela e a namorada fiquem mais à vontade justamente porque em suas próprias casas isso não é possível, haja vista a família de ambas não aceitarem ou do relacionamento anterior de Eduarda ter sido escondido.

Ainda assim, para Beatriz, por sua vez, não existe lugar onde ela se sinta confortável em demonstrar carinhos com a namorada: “É! Nenhum! Nenhum lugar! Nem na minha casa me sinto segura suficiente pra isso, só no meu quarto, pronto!”, destacando que o quarto tem tranca.

Ana também afirma que não gosta de lugares como boates e barzinhos gays, mas indica a violência como questão a ser levada em consideração, mesmo afirmando a maior parte do tempo que isto apenas demonstra seu jeito de ser:

Não gosto muito de sair pra esses lugares. Também não gosto. Eu prefiro ficar na minha casa mesmo, trabalhar entendeu, eu não gosto muito de sair assim pra barzinho gay não. Assim também não. Até pela violência que tá acontecendo hoje em dia, né? Aí eu prefiro ficar em casa mesmo. (ANA)

A busca por espaços onde seja possível sentir-se segura pode ir além. É o caso de Silvia, que saiu de casa para viver com outra mulher e, em determinado período da vida, achou que precisava sair de João Pessoa para ver como eram outras cidades, “cidades maiores”. Foi assim para o Rio de Janeiro e para São Paulo, dizia que precisava ir para um lugar no mundo “onde isso fosse tratado com mais boa vontade” e confirma que isso aconteceu, sentiu-se deslumbrada com Copacabana e sua “fauna”.

A tentativa de identificar quais os espaços frequentados por mulheres lésbicas em João Pessoa esbarra não só na aparente invisibilidade travestida de “reserva” que as interlocutoras podem afirmar ter em relação as saídas, mas especialmente com uma trajetória histórica que não privilegia o espaço público como espaço da mulher e muito menos como espaço da lésbica. Enquanto há diversos trabalhos sobre homossexualidade no Brasil voltado para a homossexualidade masculina, que destacam com bastante peso os espaços públicos (mesmo que revestidos de intimidades, particularidades e camuflagens), inclusive mapeando lugares, é notória a dificuldade existente em seguir a mesma metodologia de pesquisa quando se estuda as mulheres lésbicas. Lacombe (2005, p. 2), por exemplo, questiona “Cadê as lésbicas desta cidade?”, sobre a tentativa de falar dos espaços no Rio de Janeiro frequentados por lésbicas.

Obviamente que os espaços existem e que são densamente transitados, mas como descobrir essas mulheres e como adentrar nesses lugares torna-se uma questão ligada a um desses aspectos que definimos enquanto violência: a invisibilidade. Regina Facchini (2008) retrata a dificuldade de encontrar informantes para seu trabalho sobre mulheres com práticas homoeróticas, chegando a conclusão de que são grupos fechados e que permanecem fortemente divididos por razão de classe e status.

Beatriz Preciado (2008) observa como as cartografias gays, urbanas, brancas e de classe média são colocadas como prioridades nos estudos sobre sexualidade, de maneira que lésbicas, transexuais e transgêneros permanecem invisíveis ao interesse dos estudos – o que talvez venha mudando. Tal situação se daria pela dupla característica de interesse na maior parte dos trabalhos: primeiro porque os gays são também habitantes legítimos do espaço público, por sua condição masculina; em segundo, por serem compreendidos como corpos marginais, passíveis de vigilância e normatização. A cartografia das práticas lésbicas, por conseguinte, aparece como um negativo em relação

a cartografia gay. Assim, Beatriz retoma o pensamento de José Miguel G. Cortés que afirma como as lésbicas tendem a estabelecer redes mais interpessoais:

No adquieren una base geográfica tan clara en la ciudad, y ocupan espacios más interiores e íntimos, lo cual les priva – en gran manera – de una organización política tan evidente y nítida como la de los gays (PRECIADO, 2008, S/P).

Ou seja, pensar na lésbica enquanto figura que ocupa o espaço urbano público tal qual homens gays seria falho, é preciso perceber como elas ocupam também os outros espaços e as razões pelas quais essas ocupações não são tão nítidas. O fato de ser um corpo feminino, que não ocupa o espaço público de maneira legítima, a menos que seja como prostituta ou como corpo disponível ao uso masculino, faz da mulher lésbica um sujeito no mínimo bastante específico. Beatriz é uma das interlocutoras que percebe isso:

Primeiro a gente já deixa de ir a muitos lugares e fazer muita coisa só porque a gente é mulher, né? Por si só, por ser mulher, a gente já deixa de fazer muitas coisas, ir a muitos lugares e namorando outra mulher é mais complicado ainda porque é o medo em dobro, por mim e por ela. Acho que sim, a gente vai num restaurante, se a gente pega na mão, a galera já olha "O que está acontecendo?". Você vai, mas você vai aos lugares mais retraída, mais fechada, sem demonstrar tanto quem é aquela pessoa na sua vida, o que ela significa pra você. (BEATRIZ)

Assumir um espaço, não apenas “assumir” a orientação sexual, mas sim tomar para si a legitimidade de suas existências no espaço público pode ser uma experiência em que a violência pode tornar-se mais clara, na medida em que as coações e as respostas podem ser mais diretas e mais incisivas. Ocupar espaço, assumir-se, viver seus desejos e práticas a despeito de medos, nem sempre são exercícios simples, é preciso lidar também com o discurso mudo, a percepção do outro, fazendo com que trejeitos e imagem pessoal façam parte do repertório na construção identitária e também influenciem na possibilidade de estigmatização.

4.5. “Maria sapatão, sapatão, sapatão”: Notas sobre a relação entre estereótipo e violência.

A posição do sujeito na sociedade é atravessada dentre tantos outros aspectos também por questões relativas as formas como observa a si mesmo e como o outro

também a enxerga. A questão da aparência, do trajeito corporal e da imagem liga-se diretamente a marcação da identidade como pressuposto da relação com o outro, sendo capaz de legitimar e reforçar processos de distanciamento ou aproximação. Saber, por exemplo, que é possível manipular um estigma por meio da aparência, do uso ou rejeição de estereótipos ou dos traços é uma forma de colocar-se no campo social, seja com objetivos de proteger-se, de impor-se ou de experimentar variadas possibilidades de conduta.

Os estereótipos apresentam-se como formas simbólicas que influenciam na percepção e no julgamento dos indivíduos em sociedade, geralmente baseando-se em elementos do senso comum, amplamente categorizados, reiterados ao longo do tempo e, muitas vezes, dificilmente desconstruídos. Para Toledo (2008) são diversos os estereótipos e estigmas que atravessam a visão da lesbianidade, como a ideia de que lésbicas são mulheres masculinizadas, ou que não praticam “sexo de verdade”. Ou seja, na relação entre duas mulheres sempre vai existir uma ativa e outra passiva, que lésbicas são promíscuas ou contrariamente vivem um amor romântico assexuado ou mesmo que seriam mulheres frustradas com homens.

Para a pesquisadora é importante frisar que existem outros tipos de estereótipos e estigmas. É preciso, dessa forma, reconhecê-los para que possam ser desmistificados. Tais elementos não servem somente como simples categorização, mas podem e devem ser compreendidos como braços das estruturas de poder, elementos cruciais de controle e dominação, além de serem violências por si só ou motivarem outros tipos de violência.

É possível verificar nas experiências cotidianas e públicas das interlocutoras ao longo de suas biografias, os estereótipos que se impõem nas interações. Se para umas o peso dos estereótipos e da imagem não interviam tanto em suas vidas, para outras há o pensamento de que na maior parte das vezes esses atributos podem atrair maiores dificuldades. Paloma apresenta bem esta noção:

Eu acho que a questão da aparência, você se vestir de outra maneira geralmente as mulheres são mais masculinas, se vestem com roupa de homem. Elas são mais apontadas até por questão da aparência mesmo. Você chega assim em determinado lugar, as pessoas apontam e olham

torto e é a realidade, né? Eu acho que, eu não me visto, eu não gosto, eu sou bem feminina. Mas eu acho que se fosse pra usar também, eu usaria sem me preocupar com a opinião de ninguém, mas que existe preconceito, existe. (PALOMA)

Carolina diz que apesar de não ter sofrido agressões físicas, “no máximo xingamentos, assédios”, confirma conhecer casos onde a agressão se deu porque a mulher “tinha cara de sapatão”. Eduarda, por sua vez, tem certeza de que pode ocorrer violência exclusivamente pelo fato de uma mulher ser lésbica ou aparentar ser, a partir de estereótipos amplamente reiterados como a de que toda lésbica é masculinizada, assegurando que as pessoas tendem a ser agressivas quando consideram alguma coisa errada, tal como a aparência. Para Larissa:

A sociedade não tá preparada, especialmente porque a questão da homossexualidade está mais aberta e as pessoas também tendem a impor seus pensamentos caso se sintam agredidas de alguma forma por homossexuais. (LARISSA)

Para Iara, esse perigo acontece o tempo todo e na sua visão é preciso ter sensibilidade para perceber como essas agressões se dão, porque em alguns momentos são “tão pequenas” que “passam batidos”. Para Iara “a violência mais cruel mora no cotidiano, nas pequenas coisas, nos pequenos gestos”, justamente porque tornam-se rotineiros e colocam o sujeito em uma rede de ações violentas que ele pode deixar de tentar rebater.

Adriana relaciona a possibilidade de violência não apenas com a noção de ser lésbica, mas também com o fato de que ser mulher sugere diversas possibilidades de agressão, dado o machismo. Segundo ela, as agressões verbais são mais comuns do que as agressões físicas “porque querendo ou não, eles ainda veem a gente como mulher”, mas que isso não impede que mulheres lésbicas sejam desencorajadas a fazer algo por sua condição. Ainda que Adriana aponte que não deixa de fazer coisas por medo da violência por ser lésbica, é possível notar nas entrelinhas de seus discursos sujeições relativas a determinadas situações, como evitar de frequentar determinados ambientes ou de omitir a relação afetiva dos seus colegas de trabalho.

Para ela: “eu já sofro preconceito por ser mulher, imagina se eles soubessem que eu sou mulher e homossexual? Ia piorar a situação.”. Podemos considerar, nesse

sentido, que faz parte da tentativa de proteção contra situações de violência a conscientização de que “se parecer” lésbica, na aparência ou no jeito, pode chamar perigosamente a atenção. Beatriz concorda com o fato de que a aparência tem peso na possibilidade de acontecer determinada violência, ela afirma que a namorada aparenta ser “mais lésbica”, o fato de estar do lado da namorada já chama certa atenção das pessoas, mesmo considerado que não possua (Beatriz) traços ou aparência que a associe como lésbica,

E aí por eu estar junto, pronto, aí já associa que é todo mundo e que é isso aí mesmo (risos). Vamos xingar, sim! Porque tem certeza que é! Só por isso! (...) A aparência atrai muito mais. (BEATRIZ)

Parecer “mais lésbica” está atrelado com a noção de que a mulher lésbica é masculinizada. A namorada de Beatriz, em sua visão, não seria “tão feminina”, segundo os estereótipos de feminilidade. Seria possível relacionar a percepção de que lésbicas femininas, *femmes*, podem apenas ser sujeitos desacreditáveis, segundo a visão de Goffman, mas as lésbicas ditas masculinas, *butchs* apresentam publicamente um estigma, passando prontamente a categoria de desacreditadas, visão compartilhada com Toledo (2008). É preciso também considerar que a aparência é mutável e transformável de acordo com a necessidade ou desejo de quem o faça. Isso reforça as performatividades de gênero de Butler. Beatriz conta que a namorada, ao ser convidada para a festa da Natal em sua casa, com suas primas e tia, apesar de ter uma aparência que Beatriz considera mais “menininho”, preferiu vestir-se com saia e sapatilha, elementos considerados femininos por ela:

É engraçado porque tipo, ela adora usar calça jeans e usar *All Star*, e não sei o que. Mas *pra* festinha de família ela foi de vestidinho, e eu acho engraçado, porque foi tipo uma forma de camuflagem, sei lá, não sei. Por mais que não seja uma coisa confortável pra ela, foi uma forma de não ser tão desconfortável pra todo mundo ou pra mim. Eu não sei se ela achou que eu ia me sentir incomodada (BEATRIZ).

Em muitas falas, a noção de feminilidade coloca-se de certa forma como contraponto a noção estereotipada de lesbianidade. Silvia afirma que apesar de nunca ter escondido ou disfarçado o fato de ser lésbica para determinadas pessoas, sempre trabalhou “no sentido de não incorporar paradigmas”. Questionei então o que seriam estes “paradigmas”, ela então retoma a noção do estereótipo de que a sociedade tente a

achar que mulheres lésbicas seriam uma espécie de “estivador”, em suas palavras, e que isso tanto não seria verdade, que tem amigas que seriam mais femininas do que a “própria Afrodite”.

Em diversos momentos, o que se coloca como feminilidade pelas interlocutoras conecta-se diretamente com a noção de vaidade, como se os dois conceitos fossem a mesma coisa. Eduarda assevera que não acredita ter um estilo muito feminino, já que não é uma “pessoa mais emperiquitada, e etc e tal...”, ainda que nos últimos tempos considere que tenha se tornado mais vaidosa, seguindo esses mesmos parâmetros.

No decorrer da entrevista, procuramos diferenciar *aparência* de *trejeito*, imagem de atributos corporais, de maneira que fosse possível tanto diferenciar o que é aparência, no sentido de uso de acessórios e objetos, como: maquiagem, roupas, sapatos e etc, em contrapartida ao trejeito físico, como: forma de andar, falar, gesticular, mostrar-se. Ainda que as interlocutoras tenham se inclinado a misturar os fatores, foi possível apreender os sentidos das falas sobre cada ponto.

Eduarda e Larissa chamam atenção sobre nem tanto a aparência, mas como os trejeitos podem ser evidências de estereótipos que as “denunciam” como lésbicas. Larissa conta que certa vez “alertou” as colegas de um cursinho para concurso público “oh, as pessoas podem falar de você, realmente eu tenho os trejeitos...” e que isso poderiam as tornar desacreditadas, como coloca Goffman (1975), por andarem juntas. Os trejeitos e os modos corporais parecem como algo mais difícil de ser “disfarçado” do que a aparência, onde símbolos de feminilidade podem despontar como formas de dificultar a percepção do estigma, como os cabelos mais compridos, maquiagem, acessórios. Eduarda consegue enxergar isso em si mesma:

Minha postura, a minha forma de me impor, meu andar, eu acho que há um conjunto de coisas que pra mim entram dentro da parte de estereótipo porque eu vejo muita gente, que também tem esses estereótipos e não tem orientação. Mas a gente vai pela recorrência, né? O padrão, dentro do padrão eu me encaixo muito nisso, acho que muito mais pelo conjunto de fatores, postura, assim, trejeitos e tudo mais, mais do que aparência (EDUARDA).

Nota-se como esses trejeitos se aproximam com a noção do masculino, andares mais “amplos”, postura mais ereta, falar mais alto e mais forte – lembrando a

dominação masculina de Bourdieu. Mesmo que todas consigam discernir as formas pelas quais aparências e trejeitos concorrem para sinalizar ou esconder que são lésbicas, foi possível perceber certa discrepância quando se fala da identidade de si, conforme vimos anteriormente, e a identidade do outro. Os discursos das interlocutoras quando são confrontados diretamente são uns, mas os discursos que perpassam assuntos de aparência, de trejeitos e de estereótipos se dão em outras direções.

Ainda que todas concordem que cada uma tem o direito de se vestir e “ser” como desejam, as críticas quando tornam ao gosto pessoal são diferentes, especialmente quando falamos de interesse amoroso. Em contrapartida ao que foi dito sobre a identidade e a negação de estereótipos de si e sobre o direito que cada mulher tem de se construir, conforme seus desejos e necessidades – inclusive “definindo-se” como lésbica ou não. Seria a rigidez da caixinha lésbica inválida apenas na superfície?

Que eu nunca me interessei por mulher masculinizada, eu não gosto. Aquela mulher-estivador, não. O que sempre digo, é pra se arrumar um namorado logo! É esquisita, porque tem umas que são pesadas, nada contra, nada contra! Agora, não me atraí não me motiva, não me motiva, né? Eu gosto de leveza, eu gosto de pessoas leves, alegres, leves, sem inventar muita moda, entendeu, então eu acho que é por aí. Porque cada um é um mesmo, mas eu me identifico assim, eu me reconheço uma mulher que nunca se interessou por homem, que gosta de mulher e que não acha nada demais nisso aí não (SILVIA).

A maior parte das interlocutoras adota em seu cotidiano aparências e trejeitos que, conscientemente ou não, são manipuláveis a ponto de deixá-las menos vulneráveis quanto possível. Nossas interlocutoras percebem que enquanto lésbicas ou enquanto mulheres que se relacionam com outras mulheres, sendo mais “femininas” estão menos expostas à violência do que aquelas masculinizadas. Não apenas os critérios físicos devem estar nessa lista, é preciso observar como características psicológicas também atravessam essas perspectivas. Entra aí a noção de que mulheres lésbicas seriam mais violentas em seus relacionamentos ou que apresentariam certa brutalidade por conta da masculinidade inerente, posicionando-se em estereótipos que por vezes se encontram atrelados. A noção apresentada por Silvia a respeito de pessoas leves é diretamente oposta à sua visão sobre mulheres masculinizadas.

Somos levadas a crer que a transposição de elementos advindos da heterossexualidade compulsória, que tende a normatizar o sistema gênero/sexo/desejo/prática (BUTLER, 2014) faz com que a determinação dos interesses amorosos elencados por Silvia, não seja de fato tão livre de conceitos rígidos quanto os discursos anteriores podem enunciar.

Claramente as divisões entre práticas sexuais e estereótipos no reduto íntimo tornam-se mais frágeis e desconstruídos, mas a aparência e a noção do público tende a acompanhar esse trajeto mais lentamente. Nenhuma das interlocutoras considerava-se masculinizada, ainda que algumas ressaltassem certos trejeitos sobre si mesmas e questionassem suas motivações para escolha de determinadas formas de vestir, por exemplo. Beatriz, por exemplo, acredita que justamente por não “parecer” lésbica torna-se mais fácil para ela proteger-se, especialmente em comparação com mulheres mais masculinizadas. Larissa afirma, por sua vez, que questionou a si mesma quando decidiu deixar o cabelo crescer:

Se era porque eu estava começando a ficar com medo e com receio das pessoas me julgarem de primeira por ser lésbica realmente, ou se era realmente só porque eu queria deixar o cabelo crescer. E aí cheguei à conclusão de que era só deixar o cabelo crescer, porque eu não mudei o meu jeito de vestir no meu dia a dia, mas aí foi que eu fui me tranquilizando mais (LARISSA).

Quando se percebe que seu estigma é notório e que as pessoas o percebem diretamente, parece haver uma noção de mudança na percepção de si, podendo ser mesmo inquietante, como foi para Larissa. Ao se perceber atingidos diretamente por um processo de estigmatização e observar-se mais vulnerável às violências mais diretas, os sujeitos são capazes de desenvolver maneiras de lidar com elas para que deixem a posição de fragilidade. Transformam-se as categorias e, ao mesmo tempo, mudam os pontos de vista a respeito de situações que anteriormente eram corriqueiras ou mesmo automáticas.

Iara conta que certa vez estava na casa de uma amiga, também lésbica, onde costumava passar sempre para tomar um banho, dormir ou visitar quando precisava “resolver coisas em João Pessoa”, já que na época estava morando em outra cidade. Ocorreu que em um determinado dia, a tia desta amiga, que morava no interior, foi

hospedar-se em João Pessoa e ligou para avisar quando estava já a caminho do apartamento, no momento que Iara estava tomando banho para que as duas pudessem ir jantar fora. Segundo Iara, depois da ligação “tudo mudou”, a amiga começou a apressar Iara para que ela saísse do apartamento:

Eu só sei que ela queria que saísse imediatamente do apartamento dela, a mensagem era essa. E eu achando estranho, e tomei banho, me troquei correndo, e desci as escadas, quando eu cheguei no estacionamento, minha moto estava lá no estacionamento, e ela desceu junto comigo, aí a tia dela chegou porque a tia já estava no caminho. Quando a tia dela chegou, ela até chegou a me dar boa noite, porque passou por mim, a tia dela. E passou por mim e disse boa noite, eu disse boa noite e a minha amiga fingiu que não estava comigo, fingiu que não me conhecia.

Não apenas a situação vexatória foi perturbadora para Iara, mas o fato de ter sido “percebida” como lésbica, especialmente por “ter sido” hétero por 30 anos, mexeram com ela:

Iara - Fiquei chocada, sabe? Eu saí assim totalmente desnorteada, p***. Minha amiga, sabe? Aí fiquei, “eu tenho cara de gay?”. Pelo amor de Deus! Olha, eu fiquei ligando pros meus amigos: “Gente! Tá estampado na minha testa?!”. Eu até tava com um colar nesse dia, “tá estampado, que não sei o que” e as meninas morrendo de rir das minhas palhaçadas e eu desesperada. Cara, eu literalmente adoeci naquela semana, tive um mal estar da p***. Aí fui pra terapia. Fui ver essa questão. Eu me senti completamente anulada, pelo fato de simplesmente levantar alguma suspeita pra tia dela de que eu era lésbica e que era amiga dela, imagina, sabe?

Mariana - Só amiga?

Iara - É. Eu passei vários, eu passei mais de um mês, aí o que que acontece, eu me senti tão mal que eu não procurei mais ela, não falei mais com ela, a gente se distanciou totalmente. Eu passei um tempão pra elaborar isso porque eu fiquei assim, até baixar a bola, porque eu fiquei com muita raiva, me sentindo rejeitada, enfim.

Becker (2008) lembra como os sujeitos ditos *outsiders* são capazes de esconder características que os “denunciem”. Tornam-se capazes de manter suas práticas sem que necessariamente transpareçam como desviantes para outros sujeitos – coisa que Iara provavelmente achou que estava fazendo bem. Por outro lado, esse sigilo permite que mulheres lésbicas fujam de possíveis situações de violência direta, como no caso de serem demitidas ou mesmo preteridas à uma vaga por “parecerem” lésbicas.

[No meu trabalho] várias pessoas vão lá deixar currículos e tudo. Já chegou o caso de uma menina que se vestia mais masculina e na hora que ela deixou o currículo, a dona, e ela sabe da minha opção sexual, ela disse que não queria “isso” trabalhando na empresa dela, entendeu? Então assim, pela opção sexual e pela maneira de se vestir ela tratou uma pessoa que até então merece o mesmo respeito que ela, como qualquer coisa, como isso, como um objeto, entende? (PALOMA)

A questão da aparência e dos trejeitos ligada diretamente ao uso e aceitação de estereótipos e estigmas que envolvem mulheres lésbicas, conecta-se também a esta noção de esconder ou transparecer algo. Temos aí, mais uma vez, a manipulação do estigma. O que a mulher que deixou o currículo para ser atendente no local de trabalho de Paloma transparecia, eram estereótipos ligados à mulher lésbica, como a masculinização, que estão conectados aos estigmas que acompanham esse grupo desviante. Paloma, ainda parte do mesmo grupo desviante, “foge” dessa problemática ao não apresentar em sua aparência ou visual tais estereótipos, não que necessariamente os esconda, ao menos segundo suas narrativas.

A fala de Paloma sobre “o isso”, nos ajuda a ter uma compreensão mais dinâmica desse “jogo” de esconder ou mostrar.

Agora não, eu tô mais tranquila, mas há um tempo, eu era meio assim... Eu me olhava no espelho, “me deixa ver como é que eu tô hoje, se eu tô muito gay, se eu tô menina, se eu tô menino”. E de acordo com o lugar que eu ia, eu.... Tomava mais cuidado, sabe assim? (...). Então tem coisa que eu evito quando eu quero. Quando eu quero! (IARA).

A ênfase dada no momento que diz: “quando eu quero!”, demonstra em seu discurso uma maior segurança e controle sobre esse momento em que se revela um segredo, ou não, de acordo com a vontade. Outras mulheres, como Ana, afirmam ter o seu estilo: “eu gosto de me vestir assim, né? Eu tenho o meu estilo próprio, eu não gosto de usar muita saia, né? (Risos). Aí eu gosto de bermuda, camiseta, essas coisas, normal”. E complementa:

Às vezes, assim, a gente vê nos olhos das pessoas quando a gente tá em algum lugar, em ônibus, em banco, no mercado, alguma coisa, eles olham a gente com outra forma. Por que de alguma maneira, principalmente a gente que tem o nosso estilo, ele olha a gente com outros olhos, com um desprezo muito grande, com nojo, alguma

assim, repugnante que a gente lê nos olhos deles assim. Mas eu olho assim e não ligo, o que importa é a minha vida, ele que viva a vida dele e acaba. Pra mim não interessa muito não, o que vale é a minha opinião, eu sou feliz e a opinião dele não me interessa (ANA).

A compreensão de que aparência e determinados trejeitos estão ligados aos estereótipos de lesbianidades, como é o caso da ‘masculinização’, reforça como as interlocutoras sabem dos riscos e de certos perigos enfrentadas por aquelas mulheres que se encaixam de alguma forma nos estereótipos sobre mulheres lésbicas.

Eu não sofro tanta violência porque eu tô num padrão, num padrãozinho da sociedade e porque eu não sou masculinizada, se eu fosse, eu sofreria muito. Eu acho que... por exemplo, "se parecer" mais lésbica, coisa horrível [dizer isso] (risos) enfim. Parecer mais lésbica, as pessoas percebem mais, notam mais (BEATRIZ).

A posição da mulher lésbica enquanto objeto de desejo masculino é um dos estereótipos mais notórios apresentados. Caso seja retirado dela a posição de subserviência, ela poderá ser vista como objeto de realizações de fetiches masculinos e essa possibilidade é bem observada pelas mais jovens interlocutoras - Beatriz, Carolina e Adrian -, também compartilhada por Silvia, ao falar sobre o envelhecimento.

Beatriz conta que uma das agressões mais diretas que sofreu ocorreu quando estava numa festa com uma ex-namorada. Elas estavam juntas e um rapaz pediu para ficar com as duas, quando elas afirmaram que não queriam: “ele obviamente explodiu, ficou lá xingando e não sei o que, falando idiotices”. Adriana também passou por situação semelhante:

Eu tava com a menina que eu tô ficando e a gente tava dançando. Aí tinha uma mesa que eu acho que deveria ser aniversário de alguém lá, e aí tinha uns três casais héteros, uns gays na mesa, acho que por isso que eles foram. Os rapazes ficaram olhando pra gente como se.. sexualizando aquilo! Seboso! E as suas respectivas companheiras olhando pra gente com ar de raiva, tipo irritadas porque a gente tava dançando juntas! (ADRIANA).

A relação entre aceitação ou não aceitação de mulheres lésbicas é contraditório, na medida em que é preciso perceber que está “aceitação” está atrelada a diversos fatores que categorizam a posição de mulheres lésbicas enquanto fetiche, ou seja, prontas para satisfazer homens quando necessário, especialmente se encarnarem o papel

ideal do feminino submisso. Ou, ao contrário, quando esse fetiche não é realizado, desencadeando um segundo tipo de violência mais direta, com as meninas xingadas.

Neste sentido, é possível pensar também no poder exercido pela lésbica, Butler (2014), por exemplo, distingue o conceito de falo lésbico, ou seja, um uso do corpo e dos prazeres que se deslocam da imagem de poder e controle do pênis masculino. O falo é símbolo de poder, mas nem todo homem que possui um pênis, por exemplo, será detentor da ideia de falo. Na medida em que o falo pode ser representativo de qualquer coisa, como uma perna, as mãos, a boca, ele pode ser “reterritorializado” e, portanto, tomado como meio subversivo a despeito das práticas hegemônicas da sociedade, como a heterossexualidade compulsória.

Portanto, é possível pensar essa noção de violência como resposta a distinção e realocação do poder do falo, e de uma possibilidade de perda de domínio dos homens quanto a possibilidade do controle dada a matriz heterossexual. Por certo isto também se relaciona diretamente com frases que por vezes perpassam a brincadeira, mas prontamente podem ser compreendidas como violência moral, assédio, quando não antecedem violências diretas por conta de estereótipos levantados constantemente em momentos de conquista amorosa masculina frustrada.

Eu escuto mais é “porque não me conheceu ainda!” “quando eu pegar” “vou te converter” é aquela coisa da aparência, como a gente não tem a aparência muito masculina, muito estereotipada, eles não vem com agressão, “vai aprender a ser mulher”. Eles veem mais com fetiche, eles veem a gente mais como fetiche, a realização dos sonhos deles, tá ligado? Chega “meu deus, ganhei na loteria” não, você não ganhou, sai daqui! Mas esse tipo de violência, no meu caso acho que seria mais assédio mesmo (CAROLINA).

A partir do momento que estes estereótipos revelam-se como corriqueiros, e muitas vezes ignorados como processos violentos, é preciso repensar quais os valores e aspectos interiorizados e perpassados sobre mulheres que se relacionam com outras mulheres, ainda dentro da noção de que os estereótipos são grande fonte de conflito interno e externo entre estas mulheres, especialmente quando ligados ao que contradiz as rígidas normas de gênero – lembro do caso da própria Carolina que durante muito tempo teve “nojo” de si mesma.

É possível tratar de estereótipos não apenas quando falamos da imagem dos sujeitos, é notória a incorporação de certos paradigmas quando falamos da violência afetivo-conjugal, aquela dentro de relacionamentos. A noção estereotipada de que entre um casal de mulheres não existe violência, quase mitológica para autores como Otero (2013), deve ser analisada com maior cautela, como veremos no próximo tópico.

4.6. A violência e o relacionamento amoroso – do flerte ao fim.

Torna-se necessário compreender de que maneira a violência, tanto em suas formas diretas quanto indiretas, permeia os próprios relacionamentos ao longo do tempo, em suas variadas formas, dos casos mais efêmeros, das traições, das “ficadas”, dos relacionamentos duradouros, dos namoros, dos relacionamentos estáveis ou dos casamentos, seja na conquista amorosa ou após o fim.

Pode-se, então, observá-los de uma perspectiva mais interna até uma mais externa. Ou seja, a violência que se coloca entre os sujeitos dos relacionamentos e a violência que afeta a existência do relacionamento vindo do exterior, como pressões familiares, alimenta a necessidade de esconder a sexualidade das duas ou de uma delas para determinadas pessoas, em determinados locais. A frustração em demonstrar afeto em público, de deixar subentendido qual o papel daquela outra mulher em sua vida, dentre outros, são exemplos de como a violência insere-se com elemento extremamente prejudicial para o desenvolvimento de algum tipo de romance.

Giddens (1992) relembra como a experiência sexual entre homens e mulheres historicamente remeteu-se a um padrão duplo, rígido, com a agência de cada um deles. A cada um deles ficavam determinados papéis fixos sobre essas experiências, a atividade para o masculino e a passividade para o feminino. Fica evidente a noção de valores e crenças, normas sociais definidas enquanto categorias binárias e essencialistas, privilegiando um polo em relação ao outro. Como pensar, então, a relação que envolve duas mulheres?

A hipótese que poderíamos lançar, primeiramente, diz respeito à incongruência da relação binária para a relação homoerótica entre duas mulheres. Ambas estão fora da definição de mulher “correta” ou “mulher de verdade”, segundo o imaginário social

dominante. Para Toledo (2008), perspectivas como essas recaem na noção de que o envolvimento sexual entre mulheres não existe, são invisíveis e não configuram como sexo, pois não existe a penetração de um pênis na vagina.

Relembrar a linha de pensamento traçada ao longo deste trabalho, onde a violência acontece na medida em que temos disputas de poder ou quando o poder de um está ameaçado pelos outros, nos ajuda a pensar que a partir do momento que a mulher lésbica “ameaça” o uso exclusivo do poder masculinista, ela coloca-se em posição passível de violência. Talvez ela o faça apenas existindo como um corpo que diverge da heteronormatividade.

É interessante pensar, então, se há diferenças entre os relacionamentos heterossexuais e os relacionamentos homossexuais, assim como se a violência age sobre o segundo para que essas diferenças ocorram. Para Adriana, por exemplo, há diferenças “principalmente porque mulher é muito sentimental, então eu acho que pode ocorrer, talvez com mais frequência essa questão de violência”. Vejamos que as interlocutoras se afastam de noções arraigadas sobre feminino ou masculino, elas mesmas invocam essas características como essenciais e responsáveis por ditar as maneiras como as relações se desenvolvem.

Seguindo outro viés, para Giddens (1992), há diferenças nas formas como os relacionamentos entre casais gays e casais héteros se desenvolveram ao longo do tempo. Para ele, os casais gays, especialmente os de mulheres lésbicas, são responsáveis pela emergência na modernidade do chamado *relacionamento puro*. Esse tipo de relacionamento tem como base a confiança, o compromisso e a intimidade entre os parceiros, seja de que sexo ou orientação sexual forem. Justamente pela vontade entre as partes de que o relacionamento se sustente com base no comprometimento e no desejo por si só, diferente da noção de obrigação trazida pelos casamentos heterossexuais e legais que deveriam ser duradouros com base no contrato estabelecido e no imaginário social que o ligava ao dever.

As mulheres e os homens gays precederam a maioria dos heterossexuais no estabelecimento de relacionamentos, no sentido que o termo veio a assumir hoje, quando aplicado à vida pessoal. Assim, tiveram que “seguir” sem estruturas de casamento tradicionalmente

adotadas, em condições de relativa igualdade entre os parceiros (GIDDENS, 1992, p.25).

Para o mesmo autor esse “não reconhecimento” teria resultado em um tipo de relacionamento “melhor”. Por outro lado, na visão das interlocutoras, tal ponto de vista pode não dar conta de suas perspectivas sobre relacionamentos e conquistas amorosas. O que talvez falte ao pensamento de Giddens sobre mulheres lésbicas, é não levar em conta as violências sofridas por elas diariamente, nem os efeitos em forma de sofrimento de seus *selves* por conta de violências advindas do não reconhecimento moral e legal. O fato de precisar esconder-se, de limitar-se, de ser coagida, ameaçada, humilhada e intimidada são fatores que aparecem no cálculo dos riscos em iniciar um romance ou terminá-lo, não apenas o desejo de manter o relacionamento.

Uma das questões levantadas ao longo do roteiro de entrevista procura avaliar justamente o quanto a necessidade das pessoas da relação de esconderem suas sexualidades, além de poder afastar a entrevistada da tentativa de manter ou começar um romance. Questionei, então, como elas avaliavam situações em um relacionamento onde uma das pessoas precisaria esconder a sexualidade por imposição da companheira, seja por necessidade, por medo ou por outra razão, como manter um emprego. Quis saber também se elas já haviam passado por alguma situação do tipo.

Larissa conta que passou algumas vezes por essa dinâmica de relacionamento, onde suas namoradas precisavam esconder de determinadas pessoas, geralmente familiares, o fato de relacionarem-se com outras mulheres. Ela destaca que o último relacionamento, na época da entrevista, foi pautado pela necessidade que a namorada tinha de esconder o relacionamento de familiares e pessoas da faculdade. Embora, avalia que a decisão de manter ou não um relacionamento deve ser mantido em acordo – o que lembra a noção de relacionamento puro, segundo Giddens.

Larissa - Eu acho que deve existir um acordo entre as pessoas. Elas se gostam? Até que ponto não ficar em público vai machucar, magoar o seu sentimento? Até que ponto não poder andar de mão dada vai prejudicar o amor que você sente? Então, se você gosta de alguém o suficiente... Realmente frequentar alguns lugares específicos onde você possa demonstrar carinho ou realmente ter um relacionamento em que fique mais voltado pro ambiente doméstico, se isso não vai te ferir, eu acho que não tem porque não fazer, aí eu acho que vai dos seus limites e até que ponto te faz bem ou te faz mal, e dos acordos

que existem em um relacionamento, eu acho que se você quer crescer com alguém, mas você quer construir uma relação e essa pessoa não pode se assumir naquele momento, é só um detalhe.

Mariana – E você considera que isso seria um tipo de agressão, da namorada com a outra?

Larissa – Não. Porque eu realmente paro pra pensar em relação ao que ela sofre ao se por no lugar e será que a dor dela... Causar uma dor nesse momento vai valer tanto a pena, só pra você beijar ela em público?

“Só para beijar em público”, talvez não fosse o principal problema para Larissa. Talvez o problema fosse a sensação de atenção constante para que não fosse descoberta ou os cuidados para que não houvesse algum constrangimento para a namorada. Obviamente que a depender dos valores, das necessidades e das perspectivas de cada uma delas haverá variantes que poderão ser mais aceitas ou menos aceitas, como coloca Larissa. Ou seja, se há um acordo entre as pessoas que compõem aquele relacionamento, então, isso significa que é possível abrir mão de determinadas coisas que, à princípio, não trarão maior sofrimento. Contudo, outras poderão passar do limite estabelecido por uma das parceiras, ainda que esses limites pareçam alargar-se, mesmo a contragosto, gerando processos de sofrimento.

Eduarda - Eu já passei por isso antes. Eu já comprei um par de alianças que só eu usava e decidi que nunca mais ia fazer isso na minha vida.

Mariana - Comprar par de alianças?

Eduarda - Usar sozinha. É... Eu tive essa dificuldade talvez não tão clara no primeiro namoro porque era uma coisa que tinha vários outros fatores pra gente pensar e esconder. Ambas...

Eduarda percebe que houve uma violação de seus limites, pois sua primeira namorada mantinha ainda mais segredo sobre o relacionamento do que Eduarda. Ela conta que propôs para a atual namorada que usassem alianças, mas percebeu que a ideia não foi bem aceita porque a namorada, por conta do trabalho (ela era médica), precisava esconder que mantinha um relacionamento com outra mulher. Eduarda considerou durante a entrevista que o assunto mexia em algumas feridas ainda dolorosas.

Independente de qual seja o limite, a questão que importa para este trabalho é notar que existe um limite que fere a potencialidade de relacionar-se enquanto indivíduo pleno e que independente de trazer algum tipo maior ou menor de sofrimento, o sofrimento existe. Além disso, muitas vezes, durante a relação, esses abusos somam-se a outros sem que possam ser percebidos e parados, tornando-se claramente casos de abuso. Algumas dessas formas de violência, a despeito da vontade dos sujeitos envolvidos, poderiam ser evitadas, caso a violência estrutural e a ameaça de violências pessoais não tivessem tanto peso ou fossem facilmente contornáveis.

As variadas formas de violência não se encontram apenas dentro do relacionamento já construído, mas também na fase inicial, na própria conquista amorosa. Várias temáticas do roteiro de entrevistas conduziam a questão da conquista amorosa, que os espaços frequentados, por exemplo, são locais com maior possibilidade de encontro entre mulheres lésbicas. Nesse contexto, a cidade de João Pessoa, principalmente para as interlocutoras mais jovens, é caracterizada como bastante “difícil” quanto a espaços que favoreçam o encontro amoroso entre mulheres lésbicas, como pode ser observado na narrativa de Beatriz:

Não existe [lugar]. Não existe! Porque assim, beleza, geralmente as meninas, as meninas de forma geral, hétero ou não, daqui, acabam indo pra festas gays, pra meninos gays, porque se sentem mais seguras. Não vai ter ninguém enchendo o saco, e etc. E vai muita menina lá. A festa teoricamente era pra ser pra meninos gays, mas acaba atraindo muitas meninas. Conforme vai atraindo as meninas, os caras héteros começam a ir também pra festa, e você começa a ver muita gente hétero, e você não se sente mais segura naquele ambiente, a exemplo das festas na Vila mesmo. Tipo, é bem voltado pro grupo GLS, LGBT, só que meninas héteros começam a ir porque são festas mais divertidas, e mais liberais, não sei, e daí caras héteros começam a ir também pra lá, e meio vai perdendo a identidade do negócio. Meio que eles vão tomando os poucos espaços que a gente tem (BEATRIZ).

Nota-se não apenas a pouca quantidade de espaços frequentados majoritariamente por mulheres, mas também a indignação de Beatriz ao perceber que os “poucos espaços que existem”, parecem ser “invadidos” por homens héteros, observados como intrusos e perigosos, na medida em que descaracterizam a identidade do ambiente, em sua opinião, e faz com ela já não se sinta tão segura. Outro sentimento de insegurança também poderia ser observado a respeito de mulheres heterossexuais no ambiente. Em um ambiente “gay”, a certeza sobre a sexualidade da outra, em tese,

facilitaria a possibilidade do flerte, mas se não existe a certeza sobre a sexualidade da outra mulher sobre quem há o interesse amoroso, como flertar sem medo de ser recusada de maneira constrangedora ou mesmo violenta?

Questionei às interlocutoras diretamente, se já haviam sofrido algum tipo de agressão física, verbal ou moral ao flertar com uma mulher heterossexual. Uma das respostas, contudo, me levou a questionar sobre a necessidade da própria entrevistada de esconder que era lésbica. Beatriz lembra que poucas pessoas sabiam que ela era lésbica, mesmo poucos amigos tinham conhecimento do fato. Questionei então como ela fazia para encontrar pessoas que pudessem ter algum relacionamento amoroso:

Não, porque eu não flerto. Eu não sei flertar! (risos). Eu não chego em ninguém, eu não faço nada, eu fico lá quieta na minha. Eu não dou em cima das pessoas, só quando eu tenho certeza que é (BEATRIZ).

Eduarda, por sua vez, reflete sobre a dificuldade de saber quem “é gay” e quem não é, essa dificuldade é responsável por não permitir a paquera com outra mulher, o que talvez tenha ajudado a nunca sofrer algum tipo de agressão nesse sentido.

Sempre me perguntei, inclusive, como é que faziam assim, sem ter a pulseirinha "sou gay" (risos) ou então "não sou gay, mas aceito beijos" (risos). Eu sempre me perguntei como é que era isso. Mas eu, graças a Deus, nunca passei por isso porque eu nunca fui tão ousada.

Várias interlocutoras se mostraram bastante tímidas, afirmando que não flertavam sequer com mulheres lésbicas, como foi o caso de Adriana.

Na verdade, nunca aconteceu de eu flertar com uma mulher hétero. Graças a Deus, nunca aconteceu (risos) porque deve ser um pouco constrangedor!

Por outro lado, outras interlocutoras contaram casos onde a violência, o constrangimento ou o medo de sofrer algum tipo de repreensão ficaram marcados em seus discursos. A questão do “saber” e do “não saber” sobre a sexualidade do alvo da conquista amorosa reflete não apenas o medo de ser recusada, mas o de sofrer algum tipo de agressão física ou moral.

Silvia - Foi um episódio assim que eu nunca esqueci. Eu ia saindo aqui (CCHLA), era bem mais jovem, claro, eu ia saindo daqui e quando eu vou saindo vem vindo uma professora do mesmo departamento.

Mariana - Você já era professora?

Silvia - Sim, tinha assumido há pouco tempo, era bem jovem, e ela vinha. Era de manhã, acho que 9 horas da manhã e interessante, ela vinha com um vestido branco. Então ela vinha ali saindo nas árvores já perto do CCHLA, e um sol filtrando nas folhas das árvores, foi em cima dela, ficou um visual tão bonito, um jogo de luz bonito. Eu lembro que a gente se cumprimentou, nós éramos do mesmo departamento, e ela uma mulher de São Paulo, hein! Paulista! Aí eu vou, eu digo: "tudo bem?", "tudo bem" e aí a gente sempre parava pra conversar porque ela também gostava de cachorro, de gato. A gente parada: "mas menina você tá muito bonita, pense, ficou bem demais esse jogo de luz". Ela olhou pra mim e disse "o que é isso?". Ela sempre soube qual era a minha, eu nunca neguei isso. Eu notei que ela se sentiu, é como se ela se sentisse incomodada com meu comentário, quer dizer uma vez que eu era gay, eu jamais podia dizer que uma amiga do departamento era bonita? É bonita!

Silvia chama atenção para o fato da professora ser "de São Paulo", a noção apresentada direciona para o fato de que em grandes cidades como São Paulo e Rio de Janeiro, os sujeitos teriam maior acesso a informação e a escolaridade, noção atrelada a percepção do preconceito como ignorância e pobreza. Na verdade, há diversos fatores que podem contribuir para que os sujeitos sejam mais ou menos preconceituosos, apenas escolaridade e classe social não ajudariam a responder as motivações que explicassem a discriminação da professora como resposta ao elogio de Silvia. Essa separação entre status e prestígio dos sujeitos será analisada mais a frente, mas quero destacar a continuidade da fala de Silvia quando questionei como ela se sentiu em relação àquela reação da professora.

Então, eu acho isso um absurdo, eu sempre costumo dizer para as meninas: "A mulher imbecil é uma desgraça". Aí as meninas perguntam por quê? "Porque essas imbecis deviam se sentir privilegiadas quando uma, uma... uma lésbica de classe, de categoria, vai lá... pelo menos olhasse pra elas, olhasse. Mas não, ela se sente... muitas delas se sentem insultadas, né?". Então, tem essas coisas... e a reação é somente porque sabe qual é a sua, ela já tá imaginando que você é algum doente mental que vai querer agarrá-la de todo jeito, a força, eu chamo isso de outro nome, isso aí não tem nada a ver uma coisa com a outra.

A fala de Silvia denota certa irritação sobre o assunto, talvez como reação ao fato de que a recusa agressiva mexa com a visão positiva que tem de si mesma e de mulheres lésbicas "de classe", elegantes e com mais status do que uma "sapatão", por exemplo. Isso remete a hierarquização dos sujeitos via marcadores sociais e de

sexualidade, ou seja, a noção de que possivelmente essas mulheres a quem se refere, seja de insulto moral. É possível que o elogio feito por Silvia tenha sido interpretado como um flerte e a visão geral de que mulheres lésbicas são seres abjetos e, por isso, devem manter-se longe daquelas pessoas “normais”, talvez tenha causado a reação agressiva.

Por outro lado, a contra reposta de Silvia e a reflexão feita sobre a professora demonstram também extrema irritação e evoca a noção de honra e de prestígio. Goffman (1975) lembra como a visão positiva do estigma denota por aquele estigmatizado a sua colocação no grupo como melhor do que o restante. Ser “uma lésbica de classe” significa ter honra, ter prestígio, ter status privilegiado, ter manejo e ser diferente daquelas mulheres degradadas, talvez estereotipadas na masculinidade, sem “categoria”. Aqueles que não enxergam isso, por sua vez, podem ser vistos como “imbecis”.

Outras “consequências” podem advir do flerte com mulheres que não se relacionam com outras mulheres, segundo as interlocutoras. Carolina lembra que certa vez ficou com uma menina em uma festa, mas que não sabia que ela “era hétero”, o processo de conquista é bem simples em sua descrição: “Aí eu olhei pra ela, ela me olhou e eu paquerei, e a gente ficou lá, mas foi só isso, beijei e tal”. Depois de algumas festas e algum tempo, o fato da menina perceber-se enquanto hétero, antes de relacionar-se com Carolina, foi tema de certa desorientação para moça alvo do flerte:

Nós só ficamos em algumas festas, aí ela ficou bem aquela coisa. Ela vinha me dizer que não sabia o que estava acontecendo com ela, ela sempre foi hétero, mas ficou comigo e não sabia o que era isso que ela estava sentindo.

Ficar, “bem aquela coisa”, significa relembrar um processo que parece comum a várias mulheres lésbicas, o da “descoberta” de uma nova forma de expressão da sexualidade. Carolina fala em um tom pesado sobre “aquela coisa” por justamente remeter-se a como este processo é, muitas vezes, longo e doloroso, já que envolve a necessidade de aceitação, de quebra de preconceitos seus e das possíveis consequências negativas que poderá sofrer ao descobrir-se afetiva, sexual ou amorosamente interessada em outra mulher.

Como um processo que envolve muitas questões sobre si, sobre o outro e sobre suas práticas e desejos amorosos, talvez, isso explique a fala de Ana, quando afirma que isso “nunca aconteceu” com ela, pois é preciso “saber dividir”, ou seja, saber que não se pode flertar com mulheres que “não sejam lésbicas”.

Ana - Eu nunca faço isso na minha vida, eu não gosto dessas coisas não. A gente tem que saber dividir também.

Mariana – Você não daria em cima, flertaria com uma mulher que não se relaciona com outras mulheres, por exemplo?

Ana – Não.

Não apenas na conquista amorosa existe certo medo de que algo saia do esperado ou de que haja algum tipo de agressão. Processos violentos também estão presentes dentro dos próprios relacionamentos, na forma de violência afetivo-conjugal. Questionei para cada entrevistada se ela já havia sido agredida dentro do próprio relacionamento ou se conhecia alguma mulher lésbica que havia passado por esta situação. Das dez interlocutoras, apenas Adriana afirmou não ter sido agredida e nem conhecer outros casos entre pessoas conhecidas que tivessem passado por algum tipo de agressão da companheira. Todas as outras interlocutoras ou passaram por casos de abuso ou conheceram mulheres nesses contextos.

No que se refere ao restante das interlocutoras, cinco delas conheciam mulheres lésbicas que tinham sofrido algum tipo de agressão física, psicológica ou moral. Lembramos que todas as violências se inserem em um contexto de relacionamento abusivo. É o exemplo narrado por Larissa:

Uma colega minha em que a mulher dela é professora universitária e ela foi agredida, e a mulher dela dizia que quem mandava na casa dela era ela porque quem pagava as contas dela era ela.

O destaque trazido por Larissa de que a agressora era “professora universitária”, desmistifica a noção de que entre pessoas de classes mais altas e escolarizadas, as situações de violência não aconteceriam ou seriam menores. Além de Larissa, Silvia, Iara, Ana e Suzana também conheciam mulheres que haviam passado por algum tipo de violência afetivo-conjugal.

Carolina, ainda que não conheça outras mulheres agredidas, lembra que ela própria passou por agressões psicológicas e morais vindas de uma antiga namorada, com quem o relacionamento era escondido dos pais da mesma.

Carolina - Ela já tinha tentado se matar antes, mas bem antes de eu conhecer ela, aí tipo... “até te conhecer, pensava em me matar de novo” e não queria fazer mais por estar comigo, saca? Como a gente não podia sair, ela ficava: “tem paciência comigo, não me abandona, não me deixa, eu vou morrer”. Aquela coisa meio: “não me deixa se não eu piro, eu surto”, eu não sei. Era muito confusa aquela menina, às vezes eu não entendia.

Mariana – Como foi pra você lidar com isso?

Carolina – Era como se ela conseguisse fazer eu me sentir egoísta, uma pessoa egoísta por querer fazer com ela coisas que ela dizia não poder fazer.

Beatriz, por sua vez, reconhece ter sido agredida por uma pessoa com quem não chegou a ter um relacionamento, mas por quem considera ter sido perseguida.

Beatriz - Ela me *stalkeava*²¹ na vida, ela era... eu acho que até por isso que ela era assim, não sei. Ela me falou que o último relacionamento dela foi muito longo e que tinha sido um relacionamento abusivo, não sei o que... E que ela sofreu violência verbal e que lá pro final do namoro ela tinha sofrido violência física, acho que chegou a apanhar da namorada, aí eu nossa! Depois ela veio também tipo, depois que a gente se conheceu, ela meio que começou a me perseguir! No dia que a gente se conheceu, foi numa festa aí, eu tava bêbada, e não sei o que lá, aí todo mundo dividiu táxi pra ir pra casa e me deixaram primeiro, ou seja, ela sabia onde eu morava. Aí ela ficava indo lá em casa tipo do nada ela “Ei, tu tá em casa?”, “Não, tô não” e eu estava. “Ah, porque eu ia passar aí te deixar não sei o que”, “Ah não, tô não, tô na rua” e tipo, ela vinha e insistia, eu disse “não, eu não quero” e aí ela “não, tá certo, eu não vou insistir”. Quando era dois dias depois, ela vinha de novo, eu fiquei desesperada, acho que isso durou mais de um mês.

Mariana - Você tá dando esse exemplo como uma forma de abuso também, da parte dela?

Beatriz - Sim. Ela foi abusada, mas ela também me abusou!

Mariana -. Como é que você se sentiu?

²¹ Gíria que se refere ao ato de “perseguir” outra pessoa, adentrando sua intimidade e conhecendo detalhes sobre a vida do outro. Reconhecida na internet, em especial quando falamos em redes sociais, “stalkear” é uma conjugação aportuguesada do verbo inglês *to stalk*, traduzido como *seguir*, *perseguir*.

Beatriz - Nossa, eu me senti agredida!

É interessante o raciocínio de Beatriz ao pensar que a agressão da pessoa que a perseguia era uma espécie de reflexo das agressões sofridas por esta em um relacionamento anterior. Não é possível dizer que isso é um modo de justificação dos atos cometidos pela moça que a perseguia, mas como análise sincera de quem foi abusada por quem foi abusada.

Situação semelhante de agressão psicológica e moral se deu com um relacionamento anterior de Iara. A agressão física de fato não chegou a acontecer, mas ela relata como ameaças foram tornando-se cada vez mais frequentes ao ponto de que Iara precisou dar um fim ao relacionamento.

A gente namorou oito meses, só que ela era muito inconstante, muito instável, muito insegura, muito ciumenta, então sentia ciúme de mim o tempo todo, era uma coisa louca! Eu tava pirando já! Eu morando em outra cidade, trabalhando a semana toda, e a pessoa toda hora me ligava “você tá onde? você tá com quem”, sabe coisa de gente doida? “você tá com quem? você tá conversando com quem?” se passasse uma menina e falasse comigo na rua, fazia “quem é essa pessoa? você conhece de onde? você já ficou com ela?”, então tinha umas loucuras assim, tanto que a gente acabou.. Em 8 meses, a gente acabou 3 vezes, aí a última eu não queria mais, aí numa dessas discussões, eu acho que ela ameaçou fazer um escândalo, fazer um barraco assim, num lugar público.. foi meio assim.. “eu vou no seu trabalho” [...] E acho que violência contra mulher, qualquer pessoa tá sujeito a sofrer, porque a gente não sabe, ninguém tem o selo do INMETRO na testa.

A namorada em questão era professora universitária e Iara contabiliza a insegurança daquela como responsável por parte do comportamento agressivo. Iara também conta o caso de uma amiga que após constantes agressões da namorada, conseguiu convencê-la a ir até a delegacia:

Como eu te falei, eu já levei uma amiga minha pra denunciar a companheira porque eu já não aguentava mas, assim, ela ligava muito pra mim, uma amiga mesmo assim... Que a companheira. Pegava a moto dela, saía pra trabalhar e deixava ela a pé. Fazia várias coisas, sabe assim? Era violência de todos os tipos, patrimonial, física, psicológica, vários tipos de violência cometiam com ela. Até que um dia ela me ligou chorando, tinha tido uma briga tão grande que a outra tinha quebrado cadeiras e ela estava toda marcada (IARA).

Iara levou a amiga para uma delegacia e refletiu sobre o fato da amiga não querer denunciar a agressora, especialmente por conta da família: “Então eu acompanhei a situação, depois não denunciou, mas com o tempo a relação, graças a Deus, acabou”. Talvez pelo relacionamento próximo com movimentos sociais, confirma, neste trecho de sua entrevista, a importância da informação e da denúncia como forma de combate à violência contra mulher: “Eu denuncio, eu sou muito de denunciar”.

Avena (2011) aponta, por exemplo, a dificuldade que casais homossexuais enfrentariam de recurso às medidas de proteção, seja da família ou do poder público, nos casos de violência, muitas vezes pelo medo que a família descubra o relacionamento ou de que os operadores da justiça sejam preconceituosos. Isso ajuda a explicar também a implementação de delegacias especializadas contra crimes homofóbicos no país.

Compreende-se, nesta situação, a importância dada aos laços familiares e como um fato como a violência afetivo-conjugal pode afetar diretamente a relação entre todos, gerando medo e conflitos entre os sujeitos mais próximos. Suzana conta que um dos principais problemas enfrentados por ela a respeito da aceitação de sua orientação sexual pela sua mãe, aconteceu por conta de um relacionamento no qual foi agredida com um soco por uma namorada, além de outro momento onde a mãe viu a filha tendo o cabelo puxado por outra mulher. Para Suzana, a mãe tem dificuldades em aceitar seus relacionamentos por achar que a filha poderá ser agredida outra vez ou que irá se relacionar com “gente que não presta”. Este pensamento lembra a noção predominante socialmente de que indivíduos desviantes, no caso aqui por suas sexualidades dissidentes, tendem a envolverem-se e praticarem outras ações vistas como desviantes, conforme salientado por Becker (2008).

Porque, assim, eu já levei um murro de uma, aí desde esse dia ela ficou com mais raiva ainda, se ela não tinha raiva aí ela ficou. Ela tem medo do que pode acontecer. Tem medo assim... Que eu me envolva com alguém que use droga, que seja errado, mas graças a Deus, eu nunca usei. Já me envolvi com uma pessoa, mas aí eu não sabia, só depois que eu já estava com a pessoa (SUZANA).

Um dos aspectos sobressaiu-se como surpresa em minha pesquisa, foi o relato figurado de uma interlocutora – ou, ao menos, admitia diretamente o que as outras não

informaram – enquanto agressora dentro de um relacionamento. Para ela, contudo, era importante contextualizar o acontecimento.

Eu cheguei mais cedo do trabalho e peguei ela na cama com outra. Ou seja, eu não tenho sangue de barata e acho que ninguém teria. Foi aquele quebra pau, a outra pessoa que estava com ela até então fazia passar por minha amiga. Eu sei que acabou. Peguei minhas coisas, saí de casa, pra casa da minha mãe, quebrei tudo dentro de casa, até então quando eu vi estava tudo destruído. Porque assim, eu saí de mim, quando eu vi, eu tinha quebrado porque era tudo que eu tinha construído com ela, era minha casa, meu sonho, meus planos. Minha casa estava toda prontinha, toda feita, e eu cheguei mais cedo do trabalho peguei ela na cama com outra pessoa, que até então quando eu discutia com ela, eu ligava e essa pessoa fazia, "ô amiga fica assim não, não fica assim, fica bem, num sei o que". No outro dia, ela foi na delegacia e deu uma queixa de mim. Eu vou responder aos processos de agressão, tudo isso por ter quebrado as coisas

Mariana - Você chegou a bater nela?

Paloma - Também, foi recíproco tanto ela quanto eu, tanto eu com ela, ela comigo, foi. Foi o quebra pau, eu sei que no final das contas, ela foi na delegacia deu queixa, eu também fui, fizemos o corpo de delito, e ficou nesse moído aí, eu vou responder os processos, o dela acho que tá pra chegar. Mas a experiência terrível que nunca mais eu quero passar na minha vida. Na próxima, eu levo a pizza e não quebro mais nada, deixa lá as duas, no final tem a pizza e pronto.

A narrativa de Paloma só aparece nos relatos quando ela tenta me explicar porque estava envolvida em um processo judicial, mesmo assim Paloma explica um contexto onde “ninguém agiria diferente”. Ainda que uma mulher, enquanto agressora, seja observada com muito menor frequência, é preciso compreender que tais atos não devem ser encarados como meras brigas entre iguais. Como lembra Pasinato (2011), sobre relacionamentos violentos entre homens e mulheres, essas relações devem ser compreendidas como dinâmicas de poder e não como objetos fixos e estáveis, segundo padrões de pensamento dominante. Além de ser uma forma de pensar e compreender os casos de violência entre casais homossexuais.

A noção trazida por Paloma de que a agressão foi recíproca, permite analisar o que Otero (2013) define, enquanto mitos que envolvem as relações entre pessoas do mesmo sexo, como a compreensão de que trata de uma briga entre pessoas semelhantes ou que são práticas advindas de co-depedência entre parceiros, especialmente a compreensão de que o que foi molestado de alguma forma “procurou” a situação –

como a namorada que trai a outra. Estas noções interligam-se a confirmação da vida patológica, em diversos setores, de uma pessoa homossexual.

Uma representação recorrente, mas não unânime, no caso da violência afetivo conjugal nas falas das interlocutoras, refere-se a concordância de que mulheres são mais passionais e mais ciumentas. Portanto, a possibilidade de acontecer uma agressão dentro do relacionamento é maior do que seria entre um casal heterossexual - homens e mulheres- justamente os padrões de pensamento dominante que me referi mais acima. Para Paloma, “tudo é mais intenso entre mulheres, tudo é mais intenso... Inclusive as agressões”. Para Suzana, “o ciúme é maior, tem muito isso, então assim, muitas mulheres acham que uma é dona da outra, e não existe isso.”.

Eduarda chega a relativizar a questão da vulnerabilidade ou não das mulheres lésbicas dentro de um relacionamento homossexual. Reconhecendo que mulheres lésbicas não estão isentas de violências.

Acho que eu posso dizer que dentro do relacionamento estão um pouco menos, mas não que estejam isentas, porque eu acho a agressividade apesar de ser inerente ao ser humano, eu acho que ela é mais recorrente no homem, a agressividade de um modo geral, psicológica e física, mas isenta não, porque eu acho que é uma coisa que é a pessoa, eu acho que mulher também é agressiva com mulher. Existe.

A representação de que homossexuais são mais “promíscuos” ou menos comprometidos com relacionamento estáveis do que pessoas heterossexuais também fazem parte desses mitos apresentados por Otero (2013). Tais estereótipos não habitam apenas o imaginário de pessoas heterossexuais. Ana, por exemplo, afirma que a exposição da violência contra mulher lésbica está relacionada a diversidade exagerada de parceiras, uma fala geralmente associada a homens gays, mas que aqui se estende para todo sujeito fora da matriz dominante:

Porque não encontra a pessoa certa né, porque fica com qualquer pessoa, não tem aquela de conhecer primeiro pra poder ter um relacionamento, aí o pessoal vê, vai pra boate. Fica com a pessoa e não sabe quem é ela, não sabe se a pessoa é violenta, não sabe se ela gosta de brigar, de bater, essas coisas, é por isso que essas coisas acontecem.

Avena (2011) aponta como essas visões, que priorizam características enraizadas nas noções dominantes a respeito do sexo e gênero, trazem dificuldades no combate a violência entre casais homoafetivos, para ela:

Sem campanhas de informação adequada de imagens positivas de relacionamentos homossexuais, aliados ao silêncio da comunidade em discutir a temática, muitas vítimas acabam por não reconhecer seus relacionamentos como agressivos e não buscam ajuda de vida. (p.106)

Procuramos fechar nossa análise reconhecendo que a violência é um elemento presente desde os aspectos íntimos e de construção identitária de mulheres lésbicas, passando pelas relações entre sujeitos e instituições, até entremeada nas relações íntimas, justamente por pensar tais processos violentos como introduzidos nos aspectos micros e macros da sociedade, podendo revelar de que maneira a violência atua diretamente e indiretamente sobre os sujeitos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se na proposta inicial desta pesquisa as dúvidas surgiam sobre se era de fato necessário repensar a questão da violência contra mulheres lésbicas, no momento de conclusão, reconhecemos um cenário mais realista e talvez mais duro em comparação com aquele primeiro momento.

Questionar quais seriam e como se manifestariam as violências contra mulheres lésbicas serviu para compreender experiências sobre violências diretas e indiretas, expressas em situações de medo, de segredo, de estereótipo, de relacionamento conturbado e de construção identitária, muitas vezes, dolorosas. Percebemos que a construção social dessas mulheres está permeada quase que inteiramente pela violência, em maior ou menor grau, mas ainda assim constantemente presente.

Algumas situações foram chocantes, como quando Carolina e Eduarda admitiram que para aceitarem a si mesmas foi preciso contornar a noção de nojo que as acompanhava durante a adolescência. Esta situação exige uma reflexão: quão violenta é uma estrutura que consegue fazer um sujeito ter nojo de si mesmo? Como é possível dizer que não existem processos violentos quando temos sujeitos que não podem ser plenamente sujeitos, de fato e de direito?

O que se dá é que em um cenário como o desta pesquisa, em que a heteronormatividade é privilegiada e dita normal e a homossexualidade desviante e patológica, via diferenças de poder, a violência surge como instrumento na manutenção de um *status quo* que constantemente incide sobre estas mulheres, desde a construção de suas identidades, até as relações com outros sujeitos e no próprio reconhecimento de direitos pelas esferas públicas. Por isso, a defesa de que estamos completamente mergulhadas nesses processos.

Isso não significa que devemos pensar apenas a partir de uma percepção de homossexualidade de forma geral. É imprescindível pensar na violência contra mulher lésbica de maneira separada daquelas vivenciadas por outros sujeitos fora da matriz heterossexual, como homens gays, transexuais, bissexuais e outros. Não como forma de diminuir suas importâncias, mas pela necessidade de não nivelar ou tornar invisíveis as

demandas e processos de cada um desses grupos, cada vez mais múltiplos, já que não serão exatamente as mesmas formas de violências, ainda que muito próximas.

Tanto isso importa que Green (2000), Perlongher (1987) e Spagnol (2001) referem-se a espaços ocupados e experienciados especialmente por homens gays e confirmam a necessidade de outras metodologias para o estudo de outros sujeitos, como as mulheres lésbicas. Notadamente, os espaços públicos e privados dividem-se a partir dos gêneros masculino e feminino, ou seja, as sexualidades acompanham essa noção. Por isso, ao falar sobre a violência contra mulheres lésbicas confirmou-se a visão de que elas tendem a fazer parte de grupos mais fechados e menos expostos, ver Facchini, 2008 e Lacombe (2005, 2010), fazendo com que suas experiências se deem muito menos no ambiente público do que no privado, o que não significa de forma alguma que exista menos violência, mas que parecem estar apenas mais veladas, escondidas e disfarçadas.

Em parte, estas situações são explicadas nos próprios discursos das interlocutoras. Para Adriana, por exemplo, o fato de ser mulher e o imaginário social de que “em mulher não se bate nem com uma flor” ajuda para que situações de violências diretas aconteçam em menor medida. Por isso, falar sobre violência com relação ao gênero feminino e, especificamente, às sexualidades lésbicas, revela aspectos diferentes.

Por outro lado, essa noção pode nos conduzir a duas questões: a mulher do imaginário social não é de fato “mulher” quando falamos de lesbianidades, ao que concordamos com Rich (2012), e, sendo assim, não estaria presente na lógica de que não pode ser violentada; e em segundo lugar, “não bater” está atrelada a agressão física, mas em que ponto no meio desta reflexão encontram-se as outras formas de violências? Claro que formas de violências diretas são preocupantes e necessitam de cuidado por parte da política pública, mas negar a importância das violências não físicas ou indiretas torna invisíveis processos igualmente cruéis. Quando falamos de mulheres lésbicas já invisibilizadas por serem “não-mulheres”, esses processos tornam-se ainda mais graves e intrínsecos às suas vivências.

Notadamente, seus principais agressores e também aqueles com quem mais estabelecem relações conturbadas. Encontram-se próximos: seus familiares, como na situação de cárcere privado, no caso de Larissa, nas humilhações e chantagens emocionais sofridas por Carolina. São seus colegas de trabalho que “olham diferente”;

são os conhecidos dos espaços que já não podem frequentar, como as igrejas de Silvia e Paloma.

Isso não significa dizer que o espaço público não reserve a elas sua cota de agressão, pois neles predominam os atos discriminatórios, como o vizinho que falava mal de Suzana, como o controle dos olhares, como o medo de Beatriz andar de mãos dadas na praia, como o controle dos corpos, quando Adriana dança com a namorada e transformam-se em fetiche para outros homens.

Todas estas violências, e outras que talvez não tenham sido percebidas aqui, surgem corporificadas no cálculo diário sobre fazer e não fazer. Como vestir e como comportar-se? Como andar, como gesticular, como falar? É o que vemos na reflexão de Larissa ao questionar se deixou o cabelo crescer por que tinha medo de “parecer” lésbica. A conclusão de que o jeito mais “menininho” da namorada de Beatriz ajuda com que os outros possam xingá-la. A consternação de Iara ao achar que poderia ter “cara de sapatão”. Na necessidade de Ana que usava bermuda, cabelo curto e camiseta, de saber “se devia alguma coisa” para o homem que a chamou de sapatão no meio da rua.

Em outros momentos as violências atuam sobre seus discursos e modos de estabelecer relações. Como contar? Para quem contar? Qual a medida que difere o esconder, do “não contar pra todo mundo”? Conseguimos notar a escolha de quem pode entrar na bolha de suas relações, construída para proteger-se da agressão e do preconceito do outro. A decisão de contar “e sofrer as consequências” (Paloma) ou de manejar situações até o limite, já que esconder a sexualidade fere a noção de quem se é.

A perspectiva constante de segredo, de manipulação da informação e a necessidade de manter invisível parte concreta de suas vidas, materializa a sexualidade como dispositivo de controle dessas mulheres. Não é exagero dizer que todas as pessoas que se reconhecem enquanto mulheres lésbicas ou que se envolvem amorosa, sexual ou afetivamente com outras mulheres estão sujeitas a situações de violências das mais variadas formas. Compreendemos que o medo passa a ser introjetado, na medida em que o autocontrole é primordial para evitar possíveis violências, passa-se aí ao medo como resultado das violências já sofridas ou ansiedade de que possam vir a sofrer.

Outra surpresa ao longo da pesquisa se refere a quantidade de falas que trazem o temor da violência sexual em forma de estupro, o que reconhecidamente se caracteriza como estupro corretivo, ou seja, o estupro onde a mulher lésbica deve ser “corrigida” para que vire “mulher de verdade”. Essa noção surge na voz das interlocutoras como decorrentes também de estereótipos comuns a respeito da mulher lésbica, como aquela que pode ser corrigida por meio da força e que precisa para isso de um “homem de verdade”. Mais interessante ainda é notar que nenhuma das interlocutoras relata ter sofrido esse tipo de abuso, mas o imaginário social que as envolve o torna real e temeroso ao ponto de instituírem tal forma de violência como bastante provável de ocorrer com elas mesmas. Eduarda temeu menos o assalto do que a possibilidade do estupro. São aspectos como esse que podemos perceber a atuação da violência estrutural.

A religiosidade também foi um dos assuntos que surpreendentemente surgiram no decorrer das conversas, especialmente por não ser um ponto de questionamento direto elaborado no roteiro de entrevista. A religião protestante foi indicada como sendo motivadora de possíveis situações de violência, de discriminação e fomentadora de preconceito, isso indica parte da relação que se estabelece entre homossexualidade e determinadas religiões. Nestas situações, podemos perceber a determinação da homossexualidade como patológica por essas esferas de saber/poder, conforme tratado por Michel Foucault. Por outro lado, foi interessante notar como nas falas de Ana e Suzana, o candomblé, religião de matriz africana, surge como espaço de acolhimento e aceitação, em contrapartida a violência promovida por outras religiões.

Outro ponto interessante são os discursos contraditórios, talvez, recorrentes pela própria dificuldade de enxergar formas de violências menos diretas ou para além da violência física ou psicológica. De certa forma, isso fica claro no discurso de todas, por exemplo, quando concordam que todos devem “fazer o que têm vontade”, mas trazem inúmeras ressalvas ao próprio comportamento e as próprias escolhas amorosas. Como na decisão de demonstrar afeto em público ou de assumir-se para determinadas pessoas. Analisam, muitas vezes, o recato como timidez ou “jeito”, e não como medo e apreensão, o que demonstra como a percepção da homossexualidade ainda se apresenta entranhada no imaginário dessas mulheres, como espécies de sinais de alerta, lembrando-as constantemente que todo ato “chocante” tem consequências graves.

É interessante, nesse contexto, permeado por violências, também notar a maneira como as falas que mais revelam situações dolorosas e traumáticas são contadas com calma e, muitas vezes, aos risos, como situações que parecem não terem sido incorporadas como extremamente críticas, mas talvez como parte comum e normal de suas vidas. Tal como a situação de Larissa em cárcere privado ou a de Suzana ao ser expulsa de casa, “só nos momentos de raiva”.

No que diz respeito a percepção das diferenças entre as formas de violências sofridas, notamos que as interlocutoras têm noção de que determinados marcadores sociais, como: “raça”/cor, idade/geração e classe, intensificam ou dinamizam violências. Todas as interlocutoras reconheceram que a questão da “raça”/ cor muda a relação da mulher negra com a violência, por exemplo. O entendimento geral é de que o elemento “raça”/cor é como uma coisa “a mais” para intensificar o preconceito e a possibilidade de violência contra a mulher lésbica. Não foi possível encontrar em suas falas uma noção de interação entre todos esses marcadores, formando identidades diferentes com diferentes experiências.

Quando tratamos da idade e da geração das interlocutoras, o discurso empreendido por elas refere-se à noção de que o passar dos anos traria o que elas compreendem ser um “amadurecimento”. Isto significaria que a combatividade e a reação às violências se tornam processos de maior “tolerância” e “compreensão” com as agressões sofridas quando se envelhece, o que surge como característica positiva em seus discursos. Contudo, é necessário analisar mais criticamente essas noções, não como processos de “amadurecimento”, mas talvez como maior “amedrontamento”, como nas palavras de Iara. Não é possível dizer se o motivo é o cansaço, a conformação ou a necessidade de adaptação às variadas formas de violências constantes e diárias, mas a visão sobre o envelhecimento é de que se tornam muito menos combativas e mais reservadas. Soma-se a isso, a própria invisibilidade trazida pelo envelhecimento, de maneira que temos processos de violências estruturais latentes, nas vivências de mulheres lésbicas mais velhas.

Foi possível perceber como tanto aquelas mulheres com maior escolaridade e de classes mais abastardas quanto as de classes mais empobrecidas e de menor escolaridade sofriam com formas semelhantes de violências diretas e indiretas, contudo

a maneira de lidar com estas violências diferenciava-se. Aquelas de classes menos favorecidas, por exemplo, foram as únicas a recorrer a polícia e a outros órgãos de segurança quando sentiram-se vítimas de situações violentas, o que não aconteceu, por exemplo, com as outras interlocutoras, mesmo em situações que consideravam como suficientes para que o fizessem. A noção trazida por Facchini (2008), sobre como a pobreza estaria ligada a ausência de descrição na visão de suas interlocutoras, parece então se confirmar aqui nas práticas das interlocutoras.

É de se pensar que, ao contrário do senso comum e da maioria das interlocutoras ao falar sobre as diferenças de classe, a violência não esteja sendo superada nos ambientes mais escolarizados e mais “ricos”, ainda que nesses espaços as expressões de violência deem-se de maneira menos perceptível e mais silenciosa, porém não menos eficaz. É o que demonstram as ressalvas feitas ao ambiente universitário, por exemplo, de que a Universidade Federal da Paraíba era um ambiente reconhecidamente hostil na visão de Larissa – aluno - e de Silvia – antiga professora – afirmam essa noção. De igual forma, as violências afetivo-conjugais trazidas em suas falas tratavam de duas professoras universitárias como agressoras em um relacionamento com outra mulher.

É pertinente notar como nove entre dez entrevistadas reconhecem ter sido vítimas ou conhecem alguém que foi vítima de situações de violência afetivo-conjugal. Uma delas, Paloma, relata a agressão contra a ex-namorada que a traiu. Isso ajuda a repensar a noção de que a violência afetivo-conjugal apenas acontece entre casais heterossexuais e a noção de que a única razão seja a preponderância física entre os sujeitos e a dominação masculina. Vejamos que a violência dentro de um relacionamento, assim como nas relações em sociedade, envolve a diferença de poder que se estabelecem, por razões diversas, entre os sujeitos.

Deve-se, contudo, ressaltar que mesmo em todo cenário aqui retratado, não é possível tratar mulheres lésbicas como meras vítimas, sujeitos dominados e sem reação. Dizer que não existe subversão e que elas aceitam essas realidades sem combatividade, de uma maneira ou de outra, seria irreal. A partir do momento que a violência é capaz de gerar medo nos indivíduos, provocando insegurança e paralisação, ao mesmo tempo é capaz de gerar transgressão, simulação e recriação de formas de sociabilidade, sejam essas formas perceptíveis ou não (KOURY, 2005).

Mesmo o segredo compartilhado, por exemplo, permite que essas mulheres criem laços de amizade e se sintam protegidas. Além disso, ainda que essas mulheres mantenham práticas e expressões controladas e constantemente invisibilizadas, é preciso entender que são as experiências que as marcam, mas não as impedem de “seguir buscando o prazer e insistindo no reconhecimento legitimador” (BUTLER, 2007, p. 24, tradução nossa) de suas sexualidades.

Neste sentido, mesmo as identidades sob forte controle da heteronormatividade transpõem para as mulheres desta pesquisa, independente da classe, a rígida noção de *gênero-sexo –desejo-práticas*. Não apenas para aquelas mulheres mais jovens, mesmo Silvia, a mais velha das interlocutoras, ainda que atrelada as noções rígidas sobre masculinidade e feminilidade em certos momentos, não descarta que possa vir a relacionar-se com um homem, caso apaixone-se por ele. Com isso, não significa que ela seja hétero ou que tenha uma identidade “confusa”, como, muitas vezes, a binarização dos gêneros e das sexualidades apregoam como norma, mas apenas que tais elementos têm se tornado mais fluídos entre as próprias mulheres lésbicas.

Nesse sentido, também não é possível afirmar que os avanços em termos de direitos e reconhecimentos não tenham acontecido ao longo dos anos, especialmente pela mobilização de militantes LGBT. A abordagem oficial do Estado tem sido o alvo das lutas por igualdade e justiça, ainda que em variadas vertentes de reivindicação, mas principalmente focadas em questões de direitos que assegurem a subsistência e a existência de pessoas fora da matriz heterossexual. Talvez, por isso, a forte demanda por proteção quando falamos de lei que puna a homofobia, noção que é equiparada pelas interlocutoras com a lei antirracismo.

Para Guinosa (2012), ainda que a legislação brasileira não estabelecesse qualquer impedimento para relacionamentos entre sujeitos homossexuais, “havia dificuldades práticas nos aspectos tributários, previdenciários, patrimoniais e civis”. Nesse sentido, a autora observa como marco para parte da solução desses entraves, o reconhecimento das uniões estáveis entre casais homossexuais pelo Supremo Tribunal Federal.

Por outro lado, todas as interlocutoras reconhecem que a atuação do Estado é ruim ou inexistente, o que já seria um dado relevante de análise da percepção que elas

têm a respeito de suas seguranças pelo Estado. A tentativa de implementação de legislações que condenem discursos de ódio não apenas tem sofrido com grandes dificuldades de implementação no legislativo brasileiro, tal como o arquivamento no ano de 2015 do Projeto de Lei 122/2006, que tornava crime a homofobia, em contrapartida percebe-se um direcionamento exatamente oposto na proposta de concessão de direitos. No ano de 2014, o tema “família” e de sua definição veio à baila a partir do Projeto de Lei Projeto de Lei 6583/13, do deputado Anderson Ferreira (PR-PE). A “polêmica” volta-se para o conceito de família como uma entidade formada por um homem e uma mulher.

Essas violências praticadas pelo Estado merecem destaque porque nem sempre são percebidas como violências. Salih (2013) faz um recorte sobre o pensamento de Butler a respeito da Lei que nos ajuda a pensar nessa direção:

(...) discurso de ódio é retransmitido pelas autoridades (isto é, senadores, advogados) que supostamente deveriam regulá-los, e, uma vez que o discurso de Estado é, na verdade, sinônimo de discurso de ódio, faz pouco sentido apelar à lei. (p. 145)

Observamos como parece existir uma hierarquização de violências, de um lado as mais diretas, em que os abusos são mais evidentes, as dores e as reações mais perceptíveis ou táteis, são alvo de políticas públicas e de combate, ainda que de maneira fraca e pontual; de outro lado, as indiretas que são menos evidentes, como a construção de preconceitos e estigmas pelas próprias esferas públicas, passam despercebidas como violências, o que torna ainda mais difícil seu combate. Esse é o problema da violência estrutural, como lembra Galtung (1969), esta por não ter um sujeito direto que a pratique torna-se de difícil mensuração e combate.

É preciso questionar se a violência de fato diminui ou apenas muda de figura. Deixa-se gradativamente de ser direta e infligir sobre o corpo para criar espaços de exclusão e controle, segundo moldes foucaultianos. Se as violências indiretas acabam sendo ainda mais eficazes do que as primeiras, na medida em que afetam diretamente a construção de identidade e o cuidado de si, tolhendo os sujeitos em suas raízes, as formas de violências destacadas aqui servem como um sinal de que, ao contrário do que a própria pesquisadora pensava, as coisas não caminham tão bem quanto possam parecer, as agressões estão apenas menos visíveis e mais entranhadas nas mais variadas

esferas da vida, do privado ao público, do íntimo ao superficial. Quando tratamos de mulheres lésbicas, o medo e o autocontrole são parte de suas identidades. Não é possível afirmar se dói mais uma lâmpada na cara ou a condição de não-sujeito que a sociedade lhe impõe, mas é possível dizer que estamos expostas as duas formas todos os dias.

REFERÊNCIAS

AGUIÃO, Silvia. "Sapatão não! Eu sou mulher de sapatão!": Homossexualidades femininas em um espaço de lazer do subúrbio carioca. *Revista Gênero*, Niterói, v. 1, n. 9, p. 293-310, jul. 2008. Semestral. Disponível em: <<http://www.revistagenero.uff.br/index.php/revistagenero/issue/view/10>>. Acesso em: 01 nov. 2013.

ALMEIDA NETO, Luiz M. Um olhar sobre a violência contra homossexuais no Brasil. **Revista Gênero**. n. 1, v. 4, EDUFF, Niterói, 2003.

ALMEIDA, Sara A. C. **Os Bastidores dos Crimes de Ódio**: Dimensões Sociais e Identitárias. 2013. 94 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciências Sociais, Universidade do Minho Instituto de Ciências Sociais, Braga, 2013. Disponível em: <<http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/29294/1/TESE.pdf>>. Acesso em: 15 jan. 2016.

ALVES, Andrea M. Envelhecimento, trajetórias e homossexualidade feminina. **Horizontes Antropológicos**, v. 16, n. 34, p. 213-233, 2010.

ARENDT, Hannah. **Da Violência**. Tradução de Maria Cláudia Drummond Trindade. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1985.

AVENA, Daniella T. A Violência Doméstica Nas Relações Lésbicas: Realidades E Mitos. **Revista Aurora**, São Paulo, v. 1, n. 7, p.1-2, jan. 2007. Quadrimestral. Disponível em: <http://www.pucsp.br/revistaaurora/ed7_v_janeiro_2010/artigos/download/ed7/5_artigo.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2014.

BAIERL, L. F. **Medo Social: Da violência visível ao invisível da violência**. Editora Cortez. São Paulo. 2004.

BANDEIRA, Lourdes; BATISTA, Anallã S. Preconceito e discriminação como expressão da violência. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 1, n. 1, p.119-141, abr. 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v10n1/11632.pdf>>. Acesso em: 15 jan. 2016.

BECKER, Howard. **Outsiders: estudos de sociologia do desvio**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BENTO, Berenice. **As tecnologias que fazem os gêneros**. In: VII Congresso Iberoamericano De Ciências, Tecnologia E Gênero, 8., 2010, Curitiba. Anais.... Curitiba: UTFPR, 2010. p. 1 - 13. Disponível em: <http://files.dirppg.ct.utfpr.edu.br/ppgte/eventos/cictg/conteudo_cd/E8_As_Tecnologias_que_Fazem_os_Gêneros.pdf>. Acesso em: 02 dez. 2015.

BERGAMIN, Marta de A.; ALENCAR, Yasmim N. Heterossexualidade Obrigatória E Violências Contra LGBTs Na Cidade De São Paulo. In: II SEMINÁRIO DE PESQUISA DA FESPSP, 2., 2013, São Paulo. **Anais do Seminário de Pesquisa da FASPSP II**. São Paulo: Fespsp, 2013. v. 2, p. 1 - 25. Disponível em: <http://www.fespsp.org.br/seminario2013/artigos/IIseminarioPesquisa_YasmimNóbrega.pdf>. Acesso em: 05 jan. 2016.

BERGER, Peter. **Perspectivas Sociológicas: Uma visão humanística**. Tradução de Donaldson M. Garschagen. Petrópolis: Editora Vozes, 2001.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Tradução de Maria Helena Kühner. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BRASIL. Secretaria De Direitos Humanos Da Presidência Da República (SDH/PR). **2º Relatório Sobre Violência Homofóbica No Brasil: Ano 2012**. Brasília, 2012. Disponível em: <<http://www.sdh.gov.br/assuntos/lgbt/pdf/relatorio-violencia-homofobica-ano-2012>>. Acesso em: 10 nov. 2014.

BRETON, David Le. Corpo, gênero e identidade. In: FERRARI, Anderson et al (Org.). **Corpo, Gênero e Sexualidade**. Lavras - MG: Center Gráfica Editora, 2014. p. 19-34.

BUTLER, Judith. **Cuerpos que importan: sobre los limites materiales y discursivos del sexo**. Buenos Aires: Paidós, 2002 [1993].

_____. **Défaire dans le genre**. Paris, Editions Amsterdam: 2006

_____. Prefacio (1999). In: BUTLER, Judith. **EI género en disputa**. Barcelona: Paidós, 2007. p. 7-34.

_____. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Trad. Renato Aguiar. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

CAMPOS, Luiz A. Por uma Sociologia Crítica da Crítica: Relendo Lüc Boltanski a partir de Margareth Archer. In: **CONFERÊNCIA DA ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL PARA O REALISMO CRÍTICO (IACR)**, Rio de Janeiro.

2009. p. 1 - 2. Disponível em: <<http://www.uff.br/iacr/ArtigosPDF/31T.pdf>>. Acesso em: 04 dez. 2014.

CRETTIEZ, Xavier. **As formas da violência**. São Paulo: Edições Loyola, 2011.

DOMENACH, J.M. La violencia. In: **La Violencia Y Sus Causas**. Paris: UNESCO, 1981.

EISENSTAT, S. N. **De geração a geração**. São Paulo: Perspectiva, 1976.

ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador**. Uma História dos Costumes. Vol. I. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

FACCHINI, Regina. Entrecruzando diferenças: Mulheres e (homo) sexualidades na cidade de São Paulo. In: DÍAZ-BENÍTEZ, Maria E.; FIGARI, Carlos E. (Org.). **Prazeres Dissidentes**. Rio de Janeiro: Garamond Universitária, 2009. p. 309-342.

FOUCAULT, Michel. **Herculine Barbin: O Diário de um hermafrodita**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.

_____. **História da Sexualidade I: a Vontade de Saber**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1976.

_____. **Vigiar e Punir**. Petrópolis: Editora Vozes, 1975.

GALTUNG, Johan. **Violence, Peace, and Peace Research**. Journal of Peace Research September, 1969. p. 167-191

GERVAIS, Bertrand. Frustrar o espetáculo da violência: Representar os acontecimentos de 11 de setembro de 2001. In: NOVAES, Cláudio C.; SOUZA, Lícia S.; SEIDEL, Roberto H. **Figuras Da Violência Moderna: Confluências Brasil/Canadá**. Feira de Santana: UEFS, 2010. p. 27-38

GIDDENS, Anthony. **A transformação da intimidade: Sexualidade, amor erotismo nas sociedades modernas**. Tradução de Magna Lopes. São Paulo: Editora Unesp, 1992.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

GOMES, Carlos A. C. O desafio da violência. In: NOVAES, Cláudio C.; SOUZA, Licia S.; SEIDEL, Roberto H. **Figuras Da Violência Moderna: Confluências Brasil/Canadá. Feira de Santana**: UEFS, 2010. p. 39-50.

GREEN, James N. **Além do Carnaval: A homossexualidade masculina no Brasil do século XX**. Tradução de Cristina Fino e Cássio Arantes Leite. São Paulo: Editora Unesp, 2000.

GUIMARÃES, Antônio S. A. **Racismo e anti-racismo no Brasil**. 2. ed. São Paulo: 34, 2005.

GUIMARÃES, Carmen Dora. **O homossexual visto por entendidos**. Editora Garamond, 2004.

GUINOSA, Érica K. **Notas sobre a evolução recente dos direitos homoafetivos no Brasil**. In: XXV Concurso Del Clad Sobre Reforma Del Estado Y Modernización De La Administración Pública, 25., 2012, Caracas. Anais... Caracas: S.n., 2012. pp. 1 - 23. Disponível em: <http://www.direitohomoafetivo.com.br/anexos/trabalho_tese/20__6fb07c4d30094442c44f94de49b33d16.pdf>. Acesso em: 07 jan. 2016.

IZUMINO, Wânia P. **Justiça para todos: os juizados especiais criminais e a violência de gênero**. Tese de Doutorado. Departamento de Sociologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

KOURY, Mauro G. P. Os medos corriqueiros e a constituição da sociabilidade na cidade de João Pessoa. In: _____. **Medos Corriqueiros e Sociabilidade**. João Pessoa: Editora Universitária, 2005. p. 7-17.

LACOMBE, Andrea. **“Pra homem já tô eu”: Masculinidades e socialização lésbica em um bar no centro do Rio de Janeiro**. 2005. 106 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro Museu Nacional, Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: <http://teses.ufrj.br/PPGAS_M/AndreaLacombe.pdf>. Acesso em: 01 fev 2015.

LACOMBE, Andrea. **Ler [Se] Nas Entrelinhas: sociabilidades e subjetividades entendidas, lésbicas e afins**. 2010. 192 f. Tese (Doutorado) - Curso de Pós-graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro Museu Nacional, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em:

<http://teses2.ufrj.br/Teses/PPGAS_D/AndreaLacombe.pdf>. Acesso em: 02 nov. 2013.

LEÓN, Adriano. No Embalo Da Suingueira: o uso da etnografica na investigação das redes sociais. **Política & Trabalho: Revista de Ciências Sociais**, João Pessoa, v. 42, n. 1, p. 237-254, jan. 2015. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/politicaetrabalho/article/view/19003/14164>>. Acesso em: 15 out. 2015.

LICÍNIO, José V. J. H. **Uma crítica queer ao tratamento jurídico do casamento igualitário e da mudança de sexo no Brasil**. 2014. 142 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Direito, Puc-rj, Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <<http://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/23547/23547.PDF>>. Acesso em: 20 abr. 2015.

MARSIAJ, Juan P. P. **Gays ricos e bichas pobres: desenvolvimento, desigualdade socioeconômica e homossexualidade no Brasil**. Cadernos AEL, v. 10, n. 18/19, 2003.

MARTUCCELLI, D. Reflexões sobre a violência na condição moderna. **Tempo Social. Rev. Social**, USP S. Paulo, p. 157-175, mai. 1999.

MINAYO, Maria C. S. A Violência Social sob a Perspectiva da Saúde Pública. **Cadernos de Saúde Pública do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p.07-18, out. 1994. Disponível em: <<http://www.observatorioseguranca.org/pdf/aviolenciasociaisobaoticadasaudepublica.pdf>>. Acesso em: 05 jan. 2016.

MISKOLCI, Richard. O Armário Ampliado: Notas sobre sociabilidade homoerótica na era da internet. **Revista do Núcleo Transdisciplinar de Estudos de Gênero**, Niterói-rj, v. 2, n. 9, p.171-190, jul. 2009. Semestral. Disponível em: <<http://www.revistagenero.uff.br/index.php/revistagenero/article/viewFile/88/64>>. Acesso em: 14 mar. 2015.

MOTT, Luiz. A construção da cidadania homossexual no Brasil. **Democracia Viva**, Salvador, p. 98 - 103, jan. 2005. Disponível em: <http://www.observatoriodeseguranca.org/files/ibasetnet_0.pdf>. Acesso em: 05 jan. 2016.

MOTT, L. Homo-afetividade e direitos humanos. **Revista Estudos Feministas**, 2006, v.14, n.2, p. 509-521

TERRA. **Onde é legal e ilegal ser gay?**, 2014. Disponível em: <<http://noticias.terra.com.br/mundo/homofobia-no-mundo/>>. Acesso em: 05 jan. 2016.

OTERO, Luis. Desmitificación de la violencia en parejas del mismo sexo. **Revista Iberoamericana de Salud y Ciudadanía**, Ourense España, v. 2, n. 2, p.102-109, jul./dez. 2013. Disponível em: <http://www.iohc-pt.org/pdf/Revista_IJHC_no2_vol2.pdf#page=102>. Acesso em: 05 ago. 2014.

PASINATO, Wânia. “Femicídios” e as mortes de mulheres no Brasil. **Cadernos Pagu**, v. 12, n. 37, jul./dez. 2011, p.219-246.

PASSOS, Izabel C. Friche. Situando a analítica do poder em Michel Foucault. In: PASSOS, Izabel C. Friche (Org.). **Poder, normalização e violência: Incursões foucaultianas para a atualidade**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008. p. 7-22.

PERLONGHER, Néstor, **O negócio do michê**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

PISCITELLI, Adriana. Prefácio. In: DÍAZ-BENÍTEZ, María E.; FÍGARI, Carlos E. **Prazeres Dissidentes**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009. p. 11-20.

PRECIADO, Beatriz. «Cartografías Queer: El flâneur perverso, la lesbiana topofóbica y la puta multicartográfica o cómo hacer una cartografía “zorra” con Annie Sprinkle» en G. CORTÉS, José M. (ed.), **Cartografías disidentes, Sociedad Estatal para la Acción Cultural Exterior de España (SEACEX)**, Barcelona, 2008, p. 346.

REZENDE, Claudia B.; COELHO, Maria C. **Antropologia das Emoções**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

RICH, Adrienne. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. Tradução: Carlos Guilherme do Valle. **Revista Boagoas**, Natal, v. 5, n. 4, p.17 - 44, 2012. Disponível em: <<http://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/2309/1742>>. Acesso em: 14 dez. 2015.

RODRIGUES, Geisa. **As múltiplas faces de Madame Satã: Estética e políticas do corpo**. Niterói: Editora da UFF. 2013

SACCO, Airi. **Como usar a ciência para estudar o preconceito**. Realização de Tedxufrgs. Porto Alegre: Tedx Talks, 2015. (17 min.), son., color. Palestra sobre defesa de Tese de Doutorado. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=fbRc0svwu-4>>. Acesso em: 10 dez. 2015.

SALIH, Sara. **Judith Butler e a Teoria Queer**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

SANT'ANNA, Affonso R. **O canibalismo amoroso**. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

SANTOS, Cecília M.; IZUMINO, Wânia P. **Violência contra as Mulheres e Violência de Gênero: Notas sobre Estudos Feministas no Brasil**. E.i.a.l.: Estudios Interdisciplinarios de América Latina y El Caribe, Tel Aviv, v. 16, n. 1, p.147-164, jan. 2005. Disponível em: <<http://eial.tau.ac.il/index.php/eial/article/view/482/446>>. Acesso em: 14 jun. 2015.

SANTOS, José V. T. Microfísica da violência, uma questão social mundial. **Cienc. Cult.**, São Paulo, v. 54, n. 1, junho 2002. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252002000100017&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 16 Set. 2015.

SANTOS, Tatiana N.; ARAUJO, Bruna P.; RABELLO, Luiza R. **Percepções de lésbicas e não - lésbicas sobre a possibilidade de aplicação da Lei Maria da Penha em casos de lesbofobia intrafamiliar e doméstica**. Bogoas, Natal, p.102-120, nov. 2014. Disponível em: <http://www.periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/6545/5075>>. Acesso em: 04 jan. 2016.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil para análise histórica**. Tradução de: Chritine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. 3. ed. Recife: S.o.s Corpo, 1996.

SEDGWICK, Eve K. Epistemologia do armário. **Cadernos Pagu** (28), janeiro/junho, 2007, p. 19-54.

SEGATO, Rita Laura. As estructuras elementales de la violencia: contrato y status en la etiología de la violencia. In: **CURSO DE VERANO SOBRE VIOLENCIA DE GÉNERO**, 1., 2003, Brasília. Conferência de Abertura. Brasília: -, 2003. p. 1 - 19. Disponível em: <<http://ujed.mx/ovsyg/Documentos/Biblio - Estructuras.pdf>>. Acesso em: 25 nov. 2015.

SEGATO, Rita Laura. As estructuras elementales de la violencia: contrato y status en la etiología de la violencia. In: **CURSO DE VERANO SOBRE VIOLENCIA DE GÉNERO**, 1., 2003, Brasília. Conferência de Abertura. Brasília: -, 2003. p. 1 - 19. Disponível em: <<http://ujed.mx/ovsyg/Documentos/Biblio - Estructuras.pdf>>. Acesso em: 25 nov. 2015.

SILVIA, Nelson V. Prefácio. In: GUIMARÃES, Antônio S. A. **Preconceito e discriminação: queixas de ofensas e tratamento desigual dos negros no Brasil**. São Paulo: 34, 2008. p. 11 - 14.

SIMMEL, George. A Sociologia do Segredo e das Sociedades Secretas. In: MALDONADO, Simone Carneiro (Org.). **Georg Simmel: sentidos, segredo**. Curitiba: Editora Appris, 2011. p. 109-139.

SIMÕES, Júlio A.; FRANÇA, Isadora L.; MACEDO, Marcio. **Jeitos de corpo: cor/raça, gênero, sexualidade e sociabilidade juvenil no centro de São Paulo**. Cadernos Pagu, Campinas, v. 1, n. 1, p. 37-78, jul. 2010. Disponível em: <http://www.producao.usp.br/bitstream/handle/BDPI/6816/art_SIMOES_Jeitos_de_corpo_cor-raca_genero_sexualidade_e_2010.pdf?sequence=1>. Acesso em: 15 jan. 2016.

SOLIVA, Thiago Barcelos. A rua e o medo: algumas considerações sobre a violência sofrida por jovens homossexuais em espaços públicos. **Revista Latino-americana de Geografia e Gênero**, [s.l.], v. 2, n. 1, p.122-132, 4 abr. 2011. Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). DOI: 10.5212/rlagg.v.2.i1.122132

SPAGNOL, Antônio S. **Desejo marginal: violência nas relações homossexuais**. São Paulo: Arte e Ciência, 2001.

SUGIZAKI, Eduardo. **Foucault e a Violência**, 2008. Disponível em: <<http://www2.ucg.br/flash/artigos/080708foucault.html>>. Acesso em: 07 dez. 2015

SWAIN, Tânia N. Para além do binário: os queers e o heterogêneo. **Gênero - Revista do Núcleo Transdisciplinar de Estudos de Gênero**, vol. 2, nº 1, 2º semestre de 2012, p.87-97.

TOLEDO, Livia Gonsalves. **Estigmas e estereótipos sobre as lesbianidades e suas influências nas narrativas de histórias de vida de lésbicas residentes em uma cidade do interior paulista**. 2008. 235 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Psicologia, Unesp – Universidade Estadual Paulista, Assis, 2008. Disponível em: <http://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/97601/toledo_lg_me_assis.pdf?sequence=1>. Acesso em: 16 jun. 2015.

TONELI, Maria J. F.; BECKER, Simone. A Violência Normativa e os processos de Subjetivação: Contribuições para o debate a partir de Judith Butler. In: **Seminário Internacional Fazendo Gênero**, 9, 2010, Florianópolis. Anais eletrônicos / Seminário Internacional Fazendo Gênero 9. Florianópolis: Anais Eletrônicos, 2010. Disponível em: <http://www.psicam.net.br/content/upload/50_a_violencia_normativa_e_os_processos_de_subjetivacao.pdf>. Acesso em: 07 jun. 2015.

WEBER, Max. **Economia e sociedade**. Brasília: EdUNB, 1982

WERNECK, Alexandre. **A desculpa: As circunstâncias e a moral das relações sociais**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2012.

WIEVIORKA, Michel. **O novo paradigma da violência.** Tempo Social; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 9(1): 5-41, maio de 1997.

WITTIG, Monique. **La pensée straight.** Paris: Éditions Balland, 2001.

ANEXOS

Roteiro de entrevistas

1. Você é “assumida”? Pra quem?
2. Você já passou por algum tipo de violência por ser lésbica?
3. Você acredita que podem acontecer agressões físicas, verbais, psicológicas ou morais, exclusivamente pelo fato de você ser lésbica?
4. Você já passou por algum constrangimento, humilhação, piada, por ser lésbica?
Como você se sentiu?
5. Você já fez ou deixou de fazer algo por medo de violência por ser lésbica? O que? Você pode comentar?
6. Você já deixou de frequentar algum lugar por medo da violência por ser lésbica?
7. Na cidade de João Pessoa, você deixa ou já deixou de fazer alguma coisa pelo medo da violência contra você por ser lésbica? O que?
8. Você já rebateu ou respondeu a algum tipo de violência motivada pela sua sexualidade? Você pode contar como foi?
9. Quando situações de violência acontecem motivadas por outras razões, como brigas de trânsito, ou discussões em filas, por exemplo, você acredita que o fato de você ser lésbica pode motivar mais ou menos uma agressão?
10. Você costuma esconder ou disfarçar o fato de você ser lésbica para determinadas pessoas ou em determinados ambientes como trabalho, escola...? Se sim ou não, por quê? E como você faz? Como você se sente?
12. Você costuma demonstrar afeto em público? Se sim ou não, por quê?
13. Em que lugares ou ambientes você se sente segura em demonstrar afeto com outra mulher?

14. Especificamente em João Pessoa, existe algum lugar que você se sente segura ou mais segura em demonstrar afeto?
15. Você acredita que a sua aparência interfere na possibilidade de acontecer discriminação ou violência?
16. Você acredita que suas ações, formas de se vestir, certos códigos, trejeitos, podem lhe proteger contra situações de violência?
17. Você costuma frequentar lugares reconhecidamente voltados para lésbicas? Você se sente mais ou menos segura nestes locais?
18. Prefere lugares mais públicos, festas, shows ou casas de amigos, pequenos bares? Por quê?
19. Você acredita ou concorda que algumas ações devem ser evitadas por mulheres lésbicas? Como, por exemplo, beijar em público, ter a aparência mais masculinizada. Por quê?
20. No que se refere a relacionamentos (namoros, casamentos.) você acredita que mulheres lésbicas estão mais ou menos vulneráveis à violência do que mulheres heterossexuais? Por quê?
21. E no cotidiano, no trabalho, na rua, nos espaços públicos?
22. Você já foi ou conhece alguma mulher lésbica agredida dentro do próprio relacionamento? Pode descrever?
23. Você já sofreu algum tipo de violência dentro de casa por familiares? Como ser expulso, constrangido, mantido em cárcere privado, por exemplo...
24. Você sente que entre as agressões de desconhecidos e aquelas praticadas por familiares ou pessoas próximas, uma delas é mais “dolorosa” que a outra? Por quê?
25. Você já sofreu algum tipo de agressão física, verbal ou moral ao flertar com uma mulher heterossexual? Se sim, o que você acredita ter motivado a agressão?

26. Você já sofreu algum tipo de agressão por recusar investidas de um homem heterossexual? Se sim, o que você acredita ter motivado a agressão?
27. Você já sofreu algum tipo de agressão por algum homem gay? Se sim, o que você acredita ter motivado a agressão?
28. Quais os argumentos que você mais escuta, quando pessoas costumam justificar a violência contra lésbicas? por exemplo, “não deveriam estar demonstrando carinho aqui...”
29. Como você avalia situações em um relacionamento onde uma das pessoas precisa esconder a sexualidade por imposição da companheira, seja por necessidade, medo, ou outra razão, como manter um emprego? Você já passou por alguma situação assim?
30. Você acredita que lésbicas são mais ou menos aceitas ou sofrem mais ou menos violência pela sociedade do que homens gays, travestis ou transexuais? Por que você acha isso?
31. Você acredita que a diferença de classe muda a relação da mulher lésbica com a violência?
32. Por você ser da classe que é a sua relação com este tipo de violência muda?
33. Você acredita que a forma de lidar com o medo da violência muda com a idade?
34. Muda com a questão da “raça” ou cor?
35. Comparando presente e passado, e perspectivas futuras, você acha que a violência contra mulheres lésbicas deve melhorar ou piorar? Por quê?
36. A que tipos de violência você acredita que as mulheres lésbicas estão mais expostas?
37. Você acredita que uma mulher lésbica sofre mais riscos de violência em João Pessoa do que em outras cidades, seja do interior ou de outros estados? Por quê?

38. No caso de conhecer outras cidades, você se sente mais ou menos segura em João Pessoa, por quê?
39. Em caso de algum tipo de violência homofóbica/lesbofóbica (?), a quem se deve recorrer?
40. Quando se deram as situações de violência, você recorreu a algum órgão público de segurança? Qual órgão? Como foi a resposta deles em sua avaliação?
41. Como você avalia a atuação do Estado em relação à proteção da mulher lésbica?
42. O que você acredita que poderia ser feito para diminuir a violência contra mulheres lésbicas?
43. Como você observa a questão da violência e discriminação contra lésbicas em João Pessoa?

Perfil

Nome:

Idade:

Identidade de gênero:

Orientação Sexual:

Profissão:

Escolaridade:

Religião:

Mantém algum tipo de relacionamento estável: